

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO-UEMA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO (PPG)
COORDENAÇÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO (CPG)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CARTOGRAFIA SOCIAL E
POLÍTICA DA AMAZÔNIA (PPGCSPA)**

MARLUCIA AZEVEDO DOS REIS

**UMA ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO DE COLONIZAÇÃO DE
BURITICUPU (MA) A PARTIR DAS TRAJETÓRIAS DE AGENTES SOCIAIS**

**SÃO LUÍS-MA
2023**

MARLUCIA AZEVEDO DOS REIS

**UMA ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO DE COLONIZAÇÃO DE
BURITICUPU (MA) A PARTIR DAS TRAJETÓRIAS DE AGENTES SOCIAIS**

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Cartografia Social e Política da Amazônia da Universidade Estadual do Maranhão como requisito para obtenção do título de mestrado.

Área de concentração: Antropologia

Linha de Pesquisa: Estado Comunidade Tradicional e Territorialidade da Amazônia

Data da aprovação: 26 de maio de 2023

BANCA EXAMINADORA

Prof^ª. Dr^ª. Cynthia Carvalho Martins (orientadora)
Universidade Estadual do Maranhão (UEMA)

Prof^º. Dr^º. Horácio Antunes de Sant'Ana Junior
Universidade Federal do Maranhão (UFMA)

Prof^ª. Dr^ª. Helciane de Fátima Abreu Araújo
Universidade Estadual do Maranhão (UEMA)

São Luís-MA

2023

FICHA CATALOGRÁFICA

Reis, Marluvia Azevedo dos.

Uma análise da implementação do projeto de colonização de Buriticupu (MA) a partir das trajetórias de agentes sociais / Marluvia Azevedo dos Reis. – São Luís, 2023.

104 f

Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Cartografia Social e Política da Amazônia, Universidade Estadual do Maranhão, 2023.

Orientadora: Profa. Dra. Cynthia Carvalho Martins.

1. Projeto de colonização. 2. Buriticupu. 3. Território. 4. Trajetórias. 5. Conflitos. I.Título.

CDU: 316.48(812.1)

Elaborado por Synara de Azevedo Ferreira CRB 13/932

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a todos os trabalhadores e trabalhadoras do campo em especial aqueles que fizeram parte da história de Buriticupu: Manoel da Conceição, Luíz Vila Nova, Maria Celina e Raimundo França Cruz.

AGRADECIMENTOS

Agradeço imensamente aos orixás e às forças da natureza por terem me permitido realizar este trabalho, apesar das inúmeras dificuldades enfrentadas, incluindo os problemas de saúde decorrentes da Covid, que impactaram minha memória e afetaram a condução da pesquisa. Foram diversos os desafios de saúde, tanto físicos quanto mentais, enfrentando minhas próprias limitações em termos de concentração, angústia e desejo de desistir. Se durante as disciplinas, principalmente no início, minha memória acompanhava minha vontade de escrever, posteriormente, durante a dissertação, a dificuldade de recordação se somou à preocupação de não conseguir concluir o trabalho iniciado. No entanto, agora que o trabalho está concluído, reconheço a importância das amizades, dos estímulos e do valor da força espiritual na superação dos desafios vivenciados.

Enfrentar a depressão, que resulta em fadiga, tristeza e baixa autoestima, para escrever este ensaio tão significativo não foi nada fácil. Não sei como consegui, mas desejo expressar minha gratidão à minha orientadora, professora Cynthia Carvalho Martins, pela paciência e estímulo constantes, sempre acreditando em minha capacidade. Isso me ajudou a viver um dia de cada vez e a construir este trabalho presente.

Quero agradecer ao meu marido, Edi Soares, que sempre foi meu companheiro, cuidando de nossos filhos e de outras responsabilidades para que eu pudesse realizar esse sonho, além de suportar a distância e a falta de atenção. E, acima de tudo, agradeço aos meus três filhos: Nicole, Vitor e Nicolás, pela compreensão e pelo amor que têm me fortalecido para enfrentar todas as adversidades e dificuldades que surgiram ao longo deste período.

Expresso minha gratidão à minha mãe, que me criou, pelo incentivo constante aos meus estudos. Espero que um dia ela possa me compreender melhor e que possamos superar todas as dificuldades que nos separam no momento. Tudo o que eu queria era compartilhar com ela todas as minhas conquistas e dizer o quanto ela foi importante em cada momento em que pensei em continuar estudando.

Também desejo agradecer aos meus amigos pelo apoio e pela força que me deram, incluindo Teresa, Caira, Fabrício, Valdênia, Padre Dário, Mariana, Flávio e Leonaldo. Espero não estar sendo injusta com ninguém, mas essas pessoas estiveram sempre presentes, seja com palavras de conforto, emprestando um livro, oferecendo um ombro para chorar ou fornecendo ajuda financeira. Sem eles, não teria sido possível concluir o Mestrado em Cartografia Social e Política da Amazônia.

“Chamar-me-ão de subversivo/ Eu responderei incisivo: O sou. Pelo meu povo que luta, / Pelo meu povo que trilha apressado/ Caminhos de sofrimento. Eu tenho fé de guerrilheiro/ E amor de revolução.”
(Pedro Casaldáliga)

Resumo

Este trabalho tem como objetivo analisar o "Projeto Pioneiro de Colonização de Buriticupu-MA" por meio das trajetórias de agentes sociais que participaram diretamente ou indiretamente da política de colonização implementada pelo governo em 1972. O projeto foi coordenado pela Companhia Maranhense de Colonização do Maranhão (COMARCO) e prometia a distribuição de terras e o assentamento de 10.000 famílias em um período de 10 anos. No entanto, na prática, as terras distribuídas foram improdutivas para as famílias dos chamados "colonos", enquanto terras públicas foram vendidas para consórcios empresariais. Os agentes sociais envolvidos nessa pesquisa vivenciaram a luta pela terra e resistiram a um sistema desigual de distribuição de terras, que envolve corrupção, grilagem e violência. O trabalho busca trazer as experiências desses agentes sociais por meio de suas próprias vozes e dos lugares que ocuparam no conflito. Essa abordagem etnográfica, viável mesmo durante a pandemia, é o cerne da pesquisa. Dessa forma, refletimos sobre os atos do Estado e as categorias científicas a partir das trajetórias dos agentes sociais. Os atos do Estado geraram ambivalências em relação ao direito ao reconhecimento da territorialidade e às condições de vida das famílias cujas vidas foram afetadas pelo projeto institucional. Diante desse aspecto, destacamos a capacidade de organização dessas famílias por meio de estratégias de luta, que envolvem a articulação com diversos setores, como a Igreja Católica e organizações da sociedade civil. Além disso, são exploradas as práticas cotidianas que fundamentam a permanência na terra, como a implantação dos chamados "roçados".

Palavras chaves: Projeto de colonização; Buriticupu; Território; Trajetórias, conflitos.

Abstract

This work aims to analyze the "Projeto Pioneer de Colonização de Buriticupu-MA" through the trajectories of social agents who participated directly or indirectly in the colonization policy integrated by the government in 1972. The project was coordinated by the Companhia Maranhense de Colonização do Maranhão (COMARCO) and promised the distribution of land and the settlement of 10,000 families over a period of 10 years. However, in practice, the distributed lands were unproductive for the families of the so-called "settlers", while the public lands were sold to business consortia. The social agents involved in this research experienced the struggle for land and resisted an unequal system of land distribution, which involves corruption, land grabbing and violence. The work seeks to bring the experiences of these social agents through their own voices and the places they occupied in the conflict. This ethnographic approach, viable even during the pandemic, is the core of the research. In this way, we reflect on the actions of the State and the scientific categories based on the trajectories of social agents. State acts generate ambivalences in relation to the right to recognition of territoriality and the living conditions of families whose lives were guaranteed by the institutional project. In view of this aspect, we highlight the organization capacity of these families through struggle strategies, which involve articulation with various sectors, such as the Catholic Church and civil society organizations. In addition, daily practices that underlie the permanence on the land are explored, such as the implementation of the so-called "roçados".

Keywords: Colonization project; Buriticupu; Territory; Trajectories, conflicts.

LISTA DE SIGLA

ACR- Ação Católica Rural

BR-Rodovias Federais

CAEMA- Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão

CEBS-Comunidade Eclesiais de Bases

CEMAR-Companhia Energética do Maranhão

CENTRU- Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural

CITEMA-Companhia Industria Técnica do Maranhão

COMARCO-Companhia Maranhense de Colonização

CONTAG-Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura

COTERMA-Companhia de Colonização de Terras do Maranhão

COVID-Coronavirus Disease 2019

CPT- Comissão Pastoral da Terra

EUA-Estados Unidos da América

FETAPI-Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Piauí

ITERMA-Instituto de Colonização e Terras do Maranhão

INCRA-Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

JAC-Juventude Agrária Católica

KM-Kilômetro

MEB- Movimento de Educação de Bases

PCB- Partido Comunista do Brasil

PRONERA-Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária

PT-Partido dos Trabalhadores

SUDENE-Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste

UFMA-Universidade Federal do Maranhão

VARIG-Viação Aérea Rio-Grandense

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	4
CAPÍTULO 1- A CONSTRUÇÃO DA PESQUISA E A POSIÇÃO DA PESQUISADORA	7
1.1 A trajetória da pesquisadora	7
1.2 Sobre os entrevistados e as condições de realização das entrevistas	15
CAPÍTULO 2. SOBRE AS TRAJETÓRIAS DOS AGENTES SOCIAIS	19
2.1. Trajetória de Domingas Carneiro Azevedo	21
2. 2 - A Trajetória de Luíz Vila Nova.....	29
2.3 A Trajetória de Raimundo França Cruz	46
CAPÍTULO 3 - REFLETINDO SOBRE OS ATOS DE ESTADO E CATEGORIAS CIENTÍFICAS A PARTIR DAS TRAJETÓRIAS DOS AGENTES SOCIAIS	66
3.1 Uma rápida digressão sobre a situação de Buriticupu e as abordagens dos trabalhos que abordam a situação a partir das noções de “camponês”, “terra” e “questão agrária”	67
3.2 Refletindo sobre os Atos de estado e a noção de colonização a partir da situação do Projeto de Colonização de Buriticupu	72
3.3 A noção de fronteira, deslocamento e colonização como categorias de análise	81
CONSIDERAÇÕES FINAIS	90
REFERÊNCIAS	95

INTRODUÇÃO

O presente trabalho é a expressão dos conflitos sociais que fazem parte da história de Buriticupu, um município situado no oeste do Maranhão na região Vale do Pindaré na Amazônia maranhense e que foi palco de uma disputa entre os designados “trabalhadores rurais” e os chamados “latifundiários” e grileiros de terra a partir da década de 1960. Destacamos como impulsionador desse conflito os atos de Estado (BOURDIEU: 2014) como a Criação da Lei de Terras de Nº 2.979 de 1969 a chamada “lei Sarney” e o chamado “Projeto Pioneiro de Colonização” da Companhia Maranhense de Colonização (COMARCO).

O objetivo do presente trabalho consiste em analisar o processo de implantação de um projeto desenvolvimentista a partir de observações localizadas e considerando trajetórias dos agentes sociais que se deslocaram para compor o denominado “projeto de colonização” da COMARCO em Buriticupu/MA. Procuraremos analisar as estratégias familiares considerando as relações de pesquisa que mantivemos com agentes sociais referidos a esse processo.

E aqui gostaria de esclarecer que, mesmo entrevistando agentes sociais, com trajetórias distintas, as suas posições em face ao citado “projeto de colonização” possuem uma dimensão vinculada às suas famílias e ao conjunto que representa o seu coletivo. A entrevistada, dona Domingas, por exemplo, nos traz uma trajetória a partir da qual é possível se pensar uma posição em que transmite o vínculo familiar, ligada à possibilidade de acesso às áreas de roçado. A trajetória do senhor Raimundo França inclui uma estratégia familiar e política, assim como a do senhor Luíz Vila Nova, mais voltada à representação coletiva. Os dois últimos com uma inserção no universo da atuação na esfera social e política. Cada um deles vivenciando de uma forma específica a dinâmica do chamado “projeto de colonização”.

Muitos obstáculos estiveram presentes no fazer da dessa pesquisa, mas conforme destaca Bachelard (1996, p.17) os obstáculos epistemológicos não são externos, pois “fazem parte do próprio ato de conhecer”. Nessa perspectiva podemos destacar inúmeros obstáculos em nossa pesquisa, principalmente causados pela nossa situação emocional frente à uma pandemia que trouxe muitas sequelas físicas e mentais.

Na compreensão de Bachelard, “o real nunca é o que se poderia achar, mas é sempre o que se deveria ter pensado” (BACHELARD, 1996, p.18), e nesse movimento é necessário afastar as sombras que dificultam a compreensão sobre o real.

Situar essas trajetórias exigiu um rigor científico pautado nas representações dos agentes sociais e uma posição de respeito às narrativas que irão compor o presente trabalho, pois são narrativas pautadas em trajetórias que ajudam a compreender a real situação das

famílias que foram objetos dessa política desenvolvida pelo Estado no que se refere aos “projetos de colonização”.

Pretendo incluir uma descrição do denominado “projeto de Colonização”, implementado no município de Buriticupu. Como citamos no início, estamos tratando do “projeto pioneiro de colonização” implantado pela COMARCO. Ressaltamos que Buriticupu antes do ato de emancipação era denominado pelas próprias famílias da COMARCO, em decorrência da forte presença dos administradores e planejadores do projeto.

No primeiro capítulo situarei a trajetória da pesquisadora, seu pertencimento e como essa trajetória está vinculada à escolha do tema da pesquisa e as suas opções teórico-metodológicas que contribuem com a compreensão de como se estruturam as condições em que ocorre o “projeto de colonização” de Buriticupu. Além disso, o elemento central dessa compreensão é as trajetórias dos agentes sociais e a forma como elas se inter cruzam, mesmo tendo suas particularidades;

No segundo capítulo, adentrarei à análise das trajetórias dos agentes sociais selecionados para compor uma interpretação acerca da implementação do "projeto de colonização" e suas repercussões nos aspectos que abrangem a qualidade de vida e a permanência dos "colonos" nas áreas disponibilizadas pelo projeto, bem como as consequências das políticas de desenvolvimento que estavam vinculadas ao mencionado "projeto de colonização". Será a partir das narrativas de dona Domingas, que chegou a Buriticupu em busca de terras livres para plantar, de seu Raimundo França, que foi recrutado e enganado pelo "projeto de colonização", mas que teve de empreender uma luta coletiva para assegurar o direito à terra, e da narrativa do líder camponês Luíz Vila Nova, que examinaremos a posição singular de cada agente social, posição essa que é particular e estruturada de acordo com as trajetórias familiares de cada um.

No terceiro capítulo, analisarei o "Projeto de Colonização", os atos de Estado e a estruturação da máquina governamental para viabilizar um projeto que apenas beneficiava os latifundiários, ou seja, transformou a terra em uma mercadoria com todas as vantagens para a subjugação dos trabalhadores. Nessa análise em questão, levarei em consideração as narrativas dos agentes visando uma compreensão acerca da materialidade do projeto, como cada agente experimentou essa dinâmica e em que momento as trajetórias dos agentes se entrelaçam nas situações apresentadas pelo "projeto de colonização".

Dessa maneira, no tópico 3.1, retomo estudos realizados acerca do "projeto de colonização" em uma perspectiva crítica em relação à noção de desenvolvimento. São trabalhos

que contribuem para situar como o tema foi abordado por diferentes autores a partir de uma visão denunciatória, enfatizando categorias como "camponês", "terra" e "questão agrária". Nossa pesquisa aponta para uma análise mais etnográfica, evitando categorias mais genéricas que correspondem a uma modalidade interpretativa com pouca ênfase nas percepções locais dos conflitos. Dos livros estudados, destaca-se a obra de Luíz Vila Nova, intitulada "Luiz Vila Nova: memórias da vida e da luta de um militante" (NOVA, 2019), que retrata sua trajetória completa. O senhor Vila Nova resgata a memória de todas as estratégias empregadas para confrontar o Estado e os latifundiários, com o objetivo de que os trabalhadores pudessem conquistar a terra que se encontrava aprisionada. Este trabalho busca reconstruir sua luta enquanto "camponês" e seu impacto na esfera política partidária. Outro livro que contribuiu para a compreensão da vida do senhor Vila Nova foi o livro da professora Helciane Araújo, intitulado "MEMÓRIA, MEDIAÇÃO E CAMPESINATO: As representações de uma liderança sobre as lutas camponesas da Pré-Amazônia Maranhense" (ARAUJO, 2009).

Nessa perspectiva, abordarei a noção de ato de Estado como um ato de colonização, estabelecendo uma relação intrínseca com o próprio projeto, intitulado de forma significativa como "projeto de colonização". Analisarei os conceitos supracitados, correlacionando-os com as trajetórias individuais e explorando a ideia de política como uma paixão, assim como as consequências decorrentes do referido projeto, com base nos relatos do senhor Raimundo França. Este capítulo não se trata de uma seção teórica, mas sim de uma seção que articula as referências bibliográficas e os temas abordados pelos autores com as situações de pesquisa. Através das entrevistas realizadas, percebemos a possibilidade de questionar algumas concepções, incluindo a própria ideia de deslocamento espontâneo. Nas entrevistas, é possível identificar as situações concretas que levam aos deslocamentos. Da mesma forma, o termo "agregado", uma categoria científica, e ao mesmo tempo uma noção operacional, adquire significados diversos dependendo do contexto em questão.

No tópico 3.2, a minha reflexão se volta para Buriticupu enquanto uma fronteira fabricada e difundida com o propósito de atrair agentes sociais, sendo na verdade uma manobra engendrada pelo Estado para dissimular sua real intenção, que consiste na comercialização de terras e na fomentação da exploração da natureza, tais como toda a cobertura vegetal e a força de trabalho humana.

Neste tópico em questão, irei destacar os deslocamentos, conforme narrados por dona Domingas Carneiro Azevedo, seu Raimundo França Cruz e Luíz Vila Nova, como uma forma de resistência às situações opressivas impostas pela estrutura agrária caracterizada pela

concentração de terras, exploração da força de trabalho e pelas próprias condições de pobreza enfrentadas pelos agentes sociais.

CAPÍTULO 1- A CONSTRUÇÃO DA PESQUISA E A POSIÇÃO DA PESQUISADORA

Por meio deste capítulo, pretendo explicitar como o presente trabalho se relaciona com o pertencimento da autora, uma participante direta do processo em questão, uma vez que seus familiares se deslocaram para Buriticupu devido ao "Projeto de Colonização". Além disso, abordo como esse tema tem sido uma preocupação desde a monografia de conclusão do curso de graduação. Naquela época, a abordagem era mais externa, distante, baseada em leituras realizadas, sem uma análise mais localizada. Com a entrada no programa de mestrado, novas perspectivas analíticas se abriram, permitindo-nos vislumbrar a possibilidade de realizar um trabalho mais situado, fugindo das grandes narrativas. É um desafio que deve ser enfrentado gradualmente. Meu objetivo é descrever como surgiu o interesse acadêmico pelo tema, demonstrando como os dados objetivos são inseparáveis da forma como foram produzidos e da trajetória da própria autora.

De certa forma, estou lidando com trajetórias de agentes sociais com os quais tenho e tive relações próximas, uma vez que vivenciei esse processo ao longo da minha vida. Apesar de assumir o papel de pesquisadora neste trabalho, sou parte integrante do processo, tendo experimentado as consequências desses atos do Estado. Neste sentido, farei uma explanação sobre os agentes sociais que serviram como interlocutores dessa pesquisa, bem como a relação estabelecida entre eles e eu.

1.1 A trajetória da pesquisadora

Buriticupu, um território sem ordem e envolto em poeira, essa sempre foi a descrição da minha cidade natal, despertando em mim uma constante indagação sobre o motivo dessa classificação. No entanto, aos poucos, fui compreendendo que, na realidade, a lei que sempre prevaleceu em Buriticupu foi a lei da luta, do confronto e da sobrevivência em uma terra conquistada com um elevado custo de sangue e suor por homens e mulheres que almejavam uma vida digna.

Eu sou Marlúcia, criada como filha por Dona Domingas desde o meu nascimento. Sendo filha de sua filha e, portanto, sua neta, ela sempre cuidou de mim após o abandono por parte dos meus pais biológicos. Domingas, uma mulher negra, veio do município de Caxias, deixando para trás toda a sua família, e veio para o vale do Pindaré acompanhada apenas pelo marido, buscando escapar das condições de agregados. Aqui, encontraram uma abundância de terras livres para trabalhar. A trajetória de Domingas é marcada pelo trabalho incansável na

“roça” de sol a sol, como ela mesma costuma dizer. Meu pai adotivo, marido de Dona Domingas, é um "camponês" que veio do Ceará para o Maranhão na década de 1950, fugindo da seca e da fome que forçou muitas famílias a deixarem a região de Pedra Branca-CE. Eles se estabeleceram no município de Santa Luzia-MA e subsistiam da agricultura.

Quando eu era criança, ficava fascinada ao ver as imensas toras de madeira espalhadas por todos os lugares. Na minha rua, havia uma pilha de toras de madeira que eu adorava escalar e correr por cima. À noite, as outras crianças brincavam de esconde-esconde entre as toras de madeira, e nós sempre caminhávamos por cima delas. Parecia algo completamente normal para nós. Eu detestava os caminhões que, durante a madrugada, acordavam com um barulho ensurdecedor. Alguns deles estavam em um estado bastante precário, com motores que falhavam ao tentar ligar, mas ainda funcionavam. No centro do povoado, havia um amplo bosque com um caminho interno, e lá ficava uma imponente casa que chamávamos de "palácio", pois era ali que os representantes do governo eram recebidos. O lugar era cercado por palmeiras de coco, e em frente havia um palco de madeira, onde os políticos subiam para fazer seus discursos durante as eleições.

Essa paisagem, caracterizada pelas palmeiras de coco, era replicada nas ruas mais antigas de Buriticupu, juntamente com várias casas de madeira seguindo o mesmo padrão arquitetônico, situadas nas proximidades do bosque. Rapidamente percebi que essas residências abrigavam os profissionais envolvidos no projeto da COMARCO. Atualmente, ainda é possível encontrar essa arquitetura preservada em algumas casas da localidade conhecida como Povoado Trilha 410.

A realidade de Buriticupu sempre foi assombrosa e marcada pela violência. Do quarto da minha casa, eu escutava minha mãe conversar com outras pessoas sobre os pistoleiros impiedosos que cometiam assassinatos nas fazendas e sobre as manifestações dos "posseiros". Lembro-me de ouvir histórias em que uma das vítimas foi obrigada a cavar sua própria cova. Isso fazia com que meu corpo estremecesse de medo. No entanto, naquela época, eu não conseguia compreender totalmente essa conjuntura. Ficaram gravadas na minha mente as manifestações, o conflito em Terra Bela e a tentativa de assassinato de Luíz Vila Nova. Mas afinal, quem era Vila Nova? Seria ele um bandido ou um herói? Essas classificações eram divididas entre as pessoas que mencionavam seu nome pela cidade.

Eu nasci em Buriticupu, um povoado situado no município de Santa Luzia, no ano de 1982, oito anos antes do processo de emancipação política ocorrido em 1994. Buriticupu é um lugar caracterizado por um intenso fluxo populacional, com ruas amplas, porém sem

pavimentação, e a constante circulação de caminhões madeireiros. Além disso, a região possui um histórico de violência significativo. Naquela época, o fornecimento de energia elétrica era extremamente precário, e sempre que ocorria uma falta de luz à noite, minha mãe costumava dizer: "Pode esperar que vão cometer mais um assassinato", e, quase sempre, suas previsões se confirmavam. Essas conversas me deixavam muito assustada, pois tinha medo daquela realidade.

Um episódio que marcou profundamente foi a ocupação da fazenda Terra Bela. A cada dia surgiam novas notícias sobre os "posseiros" e os pistoleiros contratados pelos fazendeiros. As famílias ficavam divididas, com algumas apoiando a luta pela terra e outras condenando a ocupação por acreditar que se tratava de uma ideologia comunista. Essa situação gerava um intenso debate e polarização na comunidade.

A fazenda Terra Bela era mais uma denominação do que uma fazenda de fato, pois a criação de gado era insignificante em comparação com a sua principal atividade: a exploração de madeira. Em seus discursos, Luíz Vila Nova costumava ressaltar que enquanto o gado se alimentava fartamente do outro lado da cerca de arame farpado, o povo sofria com a fome. Ele argumentava que essa situação não era justa, uma vez que a terra em questão era pública e havia sido vendida pelo próprio governo. Diante disso, a única alternativa restante era ocupar a terra por meio da força e da resistência determinada.

Meus pais optaram por não se envolver em conflitos de terras naquela época. Eles conseguiram adquirir os direitos sobre uma área de 05 alqueires de terras na região do Instituto de Terras do Maranhão (ITERMA), na comunidade chamada Serra das Pulgas. Essa localidade era de difícil acesso e carecia de infraestrutura, mas já contava com título de propriedade, pois fazia parte da área colonizada pela COMARCO na década de 1970. Muitos colonos já haviam transferido suas terras para outros, principalmente devido à falta de assistência do Estado e à precariedade da estrada que levava até lá.

A vida era extremamente desafiadora, meus pais que me criaram viviam no KM 100 e decidiram se mudar para Buriticupu, um povoado vizinho. Apesar das dificuldades, Buriticupu oferecia um pouco mais de infraestrutura, como um hospital e maior fluxo de mercadorias. Assim que chegaram, eles adquiriram uma casa na sede do povoado, além do lote de terras que mencionei anteriormente. Na agricultura, cultivavam diversos produtos, como banana, arroz e feijão. Quando era hora de comercializar, transportavam a produção até a sede de Buriticupu utilizando animais de carga, sendo que meu pai logo comprou um jumento. Na região, havia uma grande produção de arroz, abóbora, banana e outros produtos, como a mandioca, que os

agricultores utilizavam para a produção de farinha. Todo esse cenário agrícola foi aprimorado com o processo de conquista de terras e a expulsão dos latifundiários no início dos anos 1990.

A comunidade Serra das Pulgas enfrentava um desafio significativo em seu caminho de acesso: um grande açude que as famílias chamavam de *brejo*. Era uma área com acúmulo de água, e para atravessar, as opções eram uma ponte feita de paus ou canoas. Quando as pessoas vinham da roça com suas cargas de produtos na costa dos animais, precisavam descarregar a carga e atravessar com ela em suas costas pela ponte, enquanto os animais nadavam. Essa dificuldade persistiu por muitos anos. Eu mesma vivi um momento perigoso quando, junto com minha mãe, quase nos afogamos ao tentar atravessar e acabamos caindo da ponte.

A falta de solução por parte das autoridades para a acessibilidade da estrada em Serra das Pulgas levou os moradores a tomar uma iniciativa por conta própria. Diante da inércia oficial, os lavradores decidiram abrir uma sangria no açude, permitindo que as águas diminuíssem e tornando possível atravessar a pé. Esse episódio é um exemplo de luta que presenciei e na qual meus pais participaram. Há muitas evidências que, em Buriticupu, muitas vezes as ações da comunidade são necessárias diante da falta de ação das instituições oficiais.

Com o intuito de evadir-se dos conflitos de Buriticupu, meus pais determinaram estabelecer-se em nossa terra na comunidade Serra das Pulgas, deslocando-nos à localidade central de Buriticupu de forma esporádica, apenas quando imperava a necessidade de comercializar nossos produtos ou adquirir itens essenciais para o cotidiano. Quando completei doze anos de idade, minha mãe deliberou que iríamos voltar a morar na sede de Buriticupu, com o propósito de me propiciar educação formal. Até aquele momento, todo o meu aprendizado no que concerne à leitura acadêmica havia sido adquirido em âmbito domiciliar, uma vez que jamais frequentara instituição de ensino, embora já dominasse as habilidades da leitura e escrita. Assim, concretizou-se o intento e desembarcamos, momento em que fui matriculada no programa de ensino acelerado, aos doze anos de idade.

Meu pai não esteve envolvido na luta do assentamento de Terra Bela, contudo, devido à extensão considerável de suas terras, situadas em estreita proximidade com a Rodovia Federal, uma parcela significativa foi subdividida para a edificação de residências urbanas, resultando na transformação de grande parte do território de Terra Bela em área urbana, o que faz desse setor o maior bairro de Buriticupu. Desse modo, o pai que me criou obteve posse de um desses lotes residenciais, propiciando-nos a construção do nosso lar. Durante a minha adolescência, tive a oportunidade de familiarizar-me com a história das pessoas que participaram do

movimento pela obtenção de terras, como Luíz Vila Nova, Raimundo França, Zé de Mamede, Danúbio, dentre outros inúmeros protagonistas.

No ano de 1994, ocorreu a emancipação de Buriticupu, um momento de grande significado, pois representava a libertação dessa localidade do município de Santa Luzia, que era governado pelo então prefeito Antônio Braide, um governante tirano que negligenciou Buriticupu, aparecendo somente em períodos eleitorais para angariar votos da comunidade. Durante esse período, Buriticupu enfrentou diversos problemas, sendo a escassez de água o mais preocupante. As famílias se viam obrigadas a disputar a água fornecida por caminhões-pipa, os quais comercializavam esse recurso essencial para aqueles que possuíam recursos financeiros. Em algumas ocasiões, nós nos víamos obrigados a acordar de madrugada para enfrentar longas filas, buscando garantir o abastecimento de água para suprir nossas necessidades básicas.

No âmbito da saúde, defrontamo-nos com a lamentável realidade de um hospital desprovido de médicos e medicamentos, em um contexto marcado por uma ampla variedade de doenças, tais como hanseníase, malária, hepatite e outras endemias, além de vítimas de acidentes e diversos tipos de violência. A saúde constituía uma das políticas mais precárias, notadamente devido à vastidão do povoado, que abrangia diversas comunidades distantes, muitas vezes obrigadas a transportar os enfermos em redes improvisadas.

A política educacional vigente era voltada apenas para uma parcela privilegiada da sociedade, visto que não havia escolas para as famílias do campo e, mesmo na sede, eram escassas e carentes de qualquer infraestrutura adequada, além dos professores receberem remuneração insatisfatória. Nesse contexto, a população compreendeu que a emancipação política seria a solução para enfrentar tais desafios, uma vez que a administração local, liderada por um prefeito eleito na própria comunidade, prometia solucionar todos os problemas enfrentados pela comunidade.

No ano de 1996, ocorreu a primeira eleição municipal em Buriticupu, quando eu contava com 14 anos de idade. Durante esse período, tive a oportunidade de me aproximar de alguns militantes do Partido dos Trabalhadores. A disputa pela prefeitura de Buriticupu envolveu quatro candidatos: Gildan Alves Medeiros, apoiado pelo então prefeito de Santa Luzia, Antonio Braide; João Benedito, representante da Companhia de Terras do Maranhão; Antonio Araújo; e Danúbio Badu de Assis, do PT, respaldado pelos posseiros e militantes envolvidos na luta por Terra Bela.

Nutria uma profunda admiração pelos discursos de Danúbio e Luíz Vila Nova, pois identificava-me com suas palavras, como se soubesse que fazia parte daquela causa. A partir desse momento, comecei a frequentar as reuniões do PT e participar ativamente da campanha. Infelizmente, o candidato do PT não obteve a vitória nas eleições, mas continuamos nossa jornada, engajando-nos nas reivindicações para a melhoria da cidade. Seu Raimundo França foi o único candidato a vereador do PT a ser eleito, sendo nosso representante político nesse cenário.

Minha trajetória de militância teve início nessa conjuntura, sendo nessa trajetória que encontrei minha identidade como filha de trabalhadores e como mulher que se vê compelida a lutar contra as injustiças. Há algo profundamente marcante em Buriticupu que nos leva à reflexão: como um povo tão estigmatizado e abandonado pelas instituições não reconhece o valor daqueles que lutaram incansavelmente por mudanças? Por que continuam votando em candidatos externos, desprovidos de qualquer compromisso político com as famílias locais?

Essas questões suscitam um profundo questionamento sobre os processos de consciência e participação política na nossa comunidade. Talvez existam fatores complexos e multifacetados que contribuam para essa dinâmica, como a influência de forças externas, estratégias de manipulação ou até mesmo a falta de acesso a informações relevantes sobre os candidatos. No entanto, é imprescindível que busquemos compreender e transformar essa realidade, valorizando aqueles que lutaram arduamente pelo bem-estar e progresso de Buriticupu, e reafirmando a importância de escolher representantes comprometidos com as necessidades e anseios das famílias locais.

A Pedagogia da Terra diferenciava-se pela sua abordagem educacional, valorizando os indivíduos do campo e suas histórias, além de fomentar a reflexão sobre nossa prática como militantes sociais. Era uma proposta que reconhecia e celebrava a identidade e a cultura das comunidades rurais, proporcionando uma educação mais significativa e contextualizada. Embora tenha sido um desafio conciliar todas as responsabilidades, a dedicação ao curso foi recompensadora, pois pude ampliar meus horizontes e fortalecer minha atuação como agente de transformação social.

Assim, quando iniciamos as discussões sobre a monografia, eu não desejava escrever sobre educação. Meu interesse recaía sobre Buriticupu, sua colonização e, mais especificamente, abordar o processo sob a ótica do colonizado, em contraposição à visão já abordada por outros autores, que se centrava na perspectiva do colonizador.

Essa pesquisa revelou-se uma experiência enriquecedora para minha primeira incursão na pesquisa de campo. A partir desse momento, decidi aprofundar meus estudos, embarcando em uma especialização em Educação do Campo. Dessa forma, optei por dar continuidade à minha pesquisa, analisando os projetos de desenvolvimento na região amazônica e a colonização de Buriticupu sob uma perspectiva histórica. Esse trabalho refletia a minha busca incessante por compreender como o Estado havia institucionalizado a violência em nome de um desenvolvimento desigual, resultando na subordinação e marginalização dos trabalhadores locais.

Através dessa pesquisa, pude aprofundar minha compreensão sobre os impactos das políticas de desenvolvimento na região e suas consequências socioeconômicas. Meu objetivo era contribuir para a conscientização e promoção de uma transformação que valorizasse os direitos e a dignidade dos trabalhadores locais, que haviam sido historicamente marginalizados nesse processo.

A conjuntura atual desperta em mim um sentimento simultâneo de medo e revolta. Apesar do árduo processo de luta pela terra e das conquistas alcançadas através da desapropriação de diversas fazendas na região do Vale do Pindaré, constatamos que isso ainda não foi suficiente para a emancipação plena dos trabalhadores. O estado do Maranhão encontra-se no epicentro do mercado de terras e dos projetos de expansão das commodities, sendo também o principal corredor de extração de minério, cujos impactos afetam gravemente várias comunidades.

Esses elementos impulsionaram-me a engajar-me em discussões com movimentos que se encontram em luta contra esse modelo de desenvolvimento desigual. Busquei compreender e contribuir sistematicamente para essa batalha, e, nesse sentido, tive a felicidade de ser aprovada no Programa de Pós-Graduação em Cartografia Social e Política da Amazônia (PPGCSPA) da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). Essa conquista representa uma oportunidade valiosa para aprofundar meu conhecimento e engajamento na causa, permitindo-me compreender de forma mais aprofundada as dinâmicas sociais e políticas da região amazônica.

Por meio desse programa, buscarei contribuir para a construção de uma cartografia social e política que evidencie as vozes das comunidades marginalizadas e fortaleça as lutas por justiça social e ambiental. Dessa forma, almejo trazer à tona as situações vivenciadas pelos trabalhadores e comunidades afetadas, de modo a sensibilizar e conscientizar a sociedade sobre

a urgência de uma transformação rumo a um modelo de desenvolvimento mais justo e sustentável.

Dessa forma, desenvolvi um projeto de pesquisa com o propósito de analisar os projetos de desenvolvimento na região amazônica. À medida que fui avançando nas reflexões e diálogos com meus orientadores, decidi focalizar minha análise no projeto de colonização de Buriticupu, utilizando a trajetória de três agentes sociais que vivenciaram esse processo como base de estudo.

A aprovação no PPGCSPA foi uma conquista que quase parecia um sonho, pois ser a primeira da minha família a ter a oportunidade de cursar a faculdade e agora embarcar em um mestrado era algo além das minhas expectativas. Tornar-me mestre representava um marco inestimável em minha trajetória pessoal e acadêmica.

Entretanto, enfrentei desafios significativos em meio a essa jornada. No dia anterior à minha viagem para as aulas presenciais, uma triste realidade se impôs: a pandemia de COVID-19 atingiu o seu auge e o Governador decretou um rigoroso lockdown. Esse cenário implicou no isolamento das pessoas, incluindo a suspensão das aulas presenciais. Como resultado, as atividades acadêmicas foram transferidas para o ambiente virtual.

Esse período foi marcado por uma grande insegurança em vários aspectos. Em primeiro lugar, o governo brasileiro adotava uma postura negacionista diante da ciência, o que gerava uma sensação de falta de segurança e direcionamento adequado para lidar com a pandemia. Mesmo diante de um cenário de inúmeras mortes em todo o mundo, a resposta governamental não era a esperada.

Além disso, a doença em si apresentava sérias consequências. Passei por uma experiência de COVID prolongada, o que resultou em diversos transtornos em minha vida. Sofri com falhas de memória, dificuldades de concentração e, infelizmente, desenvolvi um quadro de depressão, que ainda enfrento até o momento atual e requer o uso de medicação para o tratamento.

As sequelas físicas e mentais causadas pelo vírus afetaram significativamente a minha rotina e qualidade de vida. A necessidade de lidar com essas questões de saúde, juntamente com as implicações socioeconômicas que atingiram a maioria das pessoas, criaram uma atmosfera de incertezas e desafios constantes.

Face a tais adversidades, a continuidade dos meus estudos tem se mostrado árdua, porém, tenho me empenhado sobremaneira e, além disso, dei início à etapa de pesquisa empírica, conduzindo as entrevistas pertinentes. Primordialmente, dirigi-me à minha mãe

adotiva, a dona Domingas, cuja trajetória é marcada pelo desprendimento de sua condição de "agregada" em terras alheias, bem como pelo seu deslocamento para Buriticupu.

Tive a honra de conduzir uma entrevista com dona Domingas, tendo a grata satisfação de contar com a presença de minha orientadora nesse encontro. Cabe ressaltar que não foi tarefa fácil, pois a mencionada entrevistada nutre certa aversão ao relembrar eventos passados. Para ela, revisitar todas as adversidades enfrentadas ao longo de sua trajetória revela-se um desafio árduo. Realizar esse trabalho, permeado pelas expressões de vivência de minha mãe, reveste-se de profundo significado para mim.

Entrevistar minha mãe é deparar-me, de frente, com minha própria história, compreendendo, assim, nossa posição no mundo. Tal compreensão assume uma importância fundamental em relação à minha identidade como mulher negra oriunda da Amazônia, que escolheu empenhar-se na defesa dos direitos humanos, ao mesmo tempo em que contribui para a batalha em prol dos camponeses. Essa é uma das razões pelas quais optei por cursar este mestrado.

1.2 Sobre os entrevistados e as condições de realização das entrevistas

Neste tópico, almejo retratar as condições nas quais as entrevistas foram realizadas em meio à pandemia da COVID-19, um período permeado por angústias e dificuldades para a sociedade brasileira, e Buriticupu não foi exceção. Ademais, salientarei a identidade dos entrevistados, a fim de situar o leitor em relação às suas afiliações e proporcionar uma compreensão mais aprofundada de suas trajetórias, abordadas posteriormente.

Nessa perspectiva, destaco que dialoguei com diversos autores que me auxiliou no momento de refletir sobre nossa posição frente aos meus interlocutores e a melhor abordagem a ser adotada durante as entrevistas. Dentre as leituras que me embasaram nessa empreitada, podemos citar Berreman (1975). Referido autor enfatiza que, comumente, os etnólogos omitem explicitar seus métodos de pesquisa ou detalhar os aspectos do trabalho de campo, deixando de compartilhar suas experiências no contexto investigado. Conforme as orientações desse ilustre autor, decidi incorporar minha própria trajetória e descrever as relações estabelecidas com os interlocutores. Enfrentei o desafio de transformar a pesquisa em um ato de escuta, aprendizado e construção de novos conhecimentos.

Nesse sentido, pretendo descrever alguns aspectos da minha pesquisa de campo em Buriticupu. Minhas escolhas foram completamente conscientes, uma vez que considero que ninguém é mais adequado do que Raimundo França e Luíz Vila Nova para serem entrevistados quando o assunto é o "projeto de colonização" de Buriticupu e suas consequências. No entanto,

essas escolhas também estavam intrinsicamente ligadas às relações que estabeleci com os dois entrevistados ao longo da minha vida. Essa conexão permitiu um acesso tranquilo aos entrevistados, mesmo em meio à Pandemia de Covid-19.

A realização da pesquisa durante esse período pandêmico dificultou uma convivência mais próxima com os entrevistados e, conseqüentemente, restringiu o trabalho. Apesar disso, realizei entrevistas tanto presenciais quanto online. As condições para as entrevistas foram cuidadosamente organizadas, levando em consideração as particularidades dos nossos entrevistados, uma vez que se trata de pessoas idosas e alguns com comorbidades, que não poderiam ser expostos a contatos sem a devida proteção.

A primeira entrevista que gostaria de relatar foi com dona Domingas, minha mãe. Essa entrevista contou com a participação da minha orientadora, a professora Cinthya, que participou por meio da plataforma Google Meet. Dona Domingas é uma lavradora aposentada de 78 anos de idade, que reside na zona urbana de Buriticupu. Ela é natural do município de Caxias, onde toda a sua família de origem ainda reside. Dona Domingas ficou viúva em 1999 e decidiu vender o seu lote na comunidade Serra das Pulgas, deixando de trabalhar na roça atualmente devido à idade e problemas de saúde.

O segundo entrevistado é o senhor Raimundo França, lavrador natural do município de Pedreiras e um dos "colonos" do "projeto de colonização" da COMARCO. Ele chegou a Buriticupu em 1974 e participou da luta pela terra ao lado de Luíz Vila Nova e outros companheiros durante a década de 1980. Raimundo França tornou-se "assentado" do "Projeto de Assentamento Terra Bela". Além disso, ele também foi vereador do município de Santa Luzia, representando o povoado de Buriticupu, e foi eleito vereador por dois mandatos em Buriticupu na década de 1990. Atualmente, ele reside em seu sítio às margens da BR 222, na companhia de sua esposa, dona Zilda. Seu Raimundo não trabalha mais na roça, dedicando-se apenas a pequenas plantações próximas de casa, sob o cuidado de suas filhas.

Raimundo França é uma figura extremamente popular em Buriticupu, sendo conhecido por sua postura firme na política e por ser um defensor da "agricultura familiar". Ele atuou como secretário municipal de agricultura por oito anos e uma de suas preocupações foi o processo de endividamento dos agricultores, bem como as fraudes em empréstimos e a falta de crédito para os "assentados" da reforma agrária. Durante nossa entrevista, ele me recebeu com grande alegria em sua varanda, sentado em sua cadeira. Após tanto tempo de isolamento, foi um alívio para ele poder conversar com alguém. A entrevista foi realizada em 26 de junho de 2021.

Meu terceiro entrevistado foi o ex-deputado estadual e militante Luís Vila Nova, natural do município de Amarante no estado do Piauí. Inicialmente, ele trabalhava como lavrador e teve uma experiência religiosa bastante ativa durante sua infância e juventude. A partir desse envolvimento, ele passou a conhecer a luta sindical e se tornou um grande articulador e organizador do movimento camponês. Juntamente com outras lideranças, como Manuel da Conceição, ele desempenhou um papel fundamental na organização do movimento pela terra no Vale do Pindaré, mais especificamente no município de Buriticupu. Através dessa luta, Vila Nova contribuiu para a criação do Partido dos Trabalhadores, pelo qual foi eleito deputado estadual no Maranhão, e, também para a conquista dos maiores "assentamentos" do estado.

Durante o trabalho de campo, é natural sentir ansiedade e temores ao entrevistar pessoas conhecidas, pois sempre existe o receio de ser mal interpretado. Entre todas as entrevistas, a entrevista com a minha mãe foi a mais desafiadora. Especialmente devido à barreira que ela tinha em compartilhar certas partes de sua vida com outras pessoas. Sempre que eu abordava o assunto da entrevista, ela ficava na defensiva e perguntava: "Que história é essa, minha filha?" Ela afirmava que em sua história não havia nada de importante, apenas muito sofrimento. Sua postura foi diferente dos demais entrevistados, que sentiam prazer em compartilhar suas trajetórias de vida. Por isso, eu me senti uma intrusa ao entrevistar dona Domingas, mesmo tendo obtido seu consentimento e explicado as razões da entrevista.

Conforme enfatizado por Berreman (1975, p. 125), o etnógrafo, no exercício de sua pesquisa, deve construir suas impressões a partir da observação do que os agentes sociais fazem e dizem, tanto em público quanto quando não estão sendo observados. Seguindo essas orientações, busquei observar atentamente o comportamento dos entrevistados e suas interações, tanto durante as entrevistas quanto em momentos de maior informalidade. Essa abordagem me permitiu obter uma compreensão mais completa das experiências e vivências dos sujeitos estudados.

Bourdieu (2001), em sua obra, nos alerta sobre a necessidade de adotar uma abordagem sociológica reflexiva para lidar com os efeitos inevitáveis das perguntas. Durante as entrevistas, as perguntas eram elaboradas de forma a acompanhar o discurso anterior do entrevistado, a fim de não interromper sua linha de pensamento. No caso da entrevista com Luís Vila Nova, foi um momento desafiador, pois ele costuma conduzir o diálogo de forma a rememorar toda a sua trajetória para contextualizar o presente. Ele tem o hábito de compartilhar histórias longas que remontam a eventos anteriores ao assunto em questão. Essa é uma

estratégia que ele desenvolveu para destacar a importância de sua trajetória como um todo. Portanto, o pesquisador precisa ter paciência para ouvir e, ao mesmo tempo, habilidade para conduzir o diálogo de forma a manter o foco nas perguntas.

Sempre nutri admiração pelos chamados "posseiros" e sua coragem. Um aspecto a ser destacado é a minha associação dessa luta ao Partido dos Trabalhadores (PT), liderado por Lula, que na década de 1990 se apresentava como a voz dos trabalhadores na política. Foi assim que conheci seu Raimundo em 1996, durante a primeira eleição para prefeito e vereador em Buriticupu. Raimundo é um lavrador e ex-vereador de Buriticupu, cuja trajetória teve início em Pedreiras, Maranhão, e posteriormente o levou a São Luís, sendo recrutado como "colono" para Buriticupu. Nossa conversa com ele foi bastante longa, pois ele adora compartilhar sua trajetória e, principalmente, falar sobre a luta que enfrentou em Buriticupu. Seu Raimundo reside em uma pequena chácara, próxima à BR 222, perto do povoado Sagrima, e desfruta de uma vida tranquila ao lado de sua esposa, dona Zilda. Para chegar até lá, eu e meu marido utilizamos uma motocicleta, como de costume em minhas empreitadas acadêmicas.

A escolha de Raimundo França como participante deste trabalho baseia-se em sua relevância como uma das figuras mais importantes na luta pela terra em Buriticupu. Sua trajetória está intrinsecamente ligada a tudo o que ocorreu nesse território. Além de conhecer a história, ele vivenciou pessoalmente o processo de colonização, testemunhando o descaso do governo e a exclusão e segregação dos trabalhadores trazidos pela COMARCO.

Completamos uma jornada de 22 quilômetros até o Balneário "Estou de Férias", situado às margens do rio Pindaré, no município de Bom Jardim, para entrevistar uma das personalidades mais proeminentes na história da luta pela terra no Maranhão, Luíz Vila Nova. Fomos calorosamente recebidos por ele e sua esposa, dona Laura. Luíz Vila Nova demonstrou imensa satisfação em compartilhar sua trajetória, e nessa entrevista, contamos com a participação online da minha orientadora, a Professora Cinthya Martins, que pôde atestar sua disposição em colaborar. Passamos praticamente o dia inteiro imersos nessa conversa, enquanto ele relatava suas experiências desde suas atividades como líder da juventude católica no Piauí, até sua chegada a Imperatriz, no Maranhão, e seu encontro com Manoel da Conceição, a fundação do Partido dos Trabalhadores, seu engajamento na luta pela terra em Buriticupu e sua inserção na política como deputado estadual.

Entendo que, ao longo do tempo, Luíz Vila Nova tenha passado por diferentes filiações partidárias e adotado novas posições políticas. É comum que os indivíduos evoluam em suas ideias e encontrem novas perspectivas ao longo de suas trajetórias. Suas críticas aos rumos que

o PT tomou frente a política brasileira, demonstrou que a sua militância é em prol de uma revolução da classe trabalhadora. O Partido Comunista Brasileiro-PCB demonstram sua busca por um modelo político e social que esteja mais alinhado com as convicções e visão de mundo de Vila Nova.

Embora haja divergências políticas entre mim e Luíz Vila Nova, é válido ressaltar o respeito que possuo por ele e sua contribuição na luta pela terra e pelos direitos dos trabalhadores. Reconhecer e valorizar as contribuições de diferentes atores políticos, mesmo que tenhamos discordâncias, é um exercício importante para o diálogo e para a compreensão das complexidades sociais.

É muito significativo que o nosso trabalho de coleta de dados e as entrevistas realizadas tenham contribuído para a construção desse trabalho analítico. Ao ouvir diretamente os agentes sociais que vivenciaram a conjuntura da colonização em Buriticupu, tivemos acesso as narrativas e percepções importantes sobre o papel do Estado e de outros atores envolvidos nesse processo.

As impressões e experiências compartilhadas pelos entrevistados oferecem insights valiosos para a compreensão das dinâmicas sociais, das relações de poder e das consequências do projeto de colonização na região. Esses relatos podem enriquecer a análise crítica do papel do Estado, das políticas públicas e das relações de poder que permeiam a história de Buriticupu. Portanto, ao considerar as perspectivas dos agentes sociais e suas impressões, evidenciamos uma dimensão qualitativa e subjetiva para o trabalho analítico, enriquecendo assim a compreensão da complexidade dessas situações.

CAPÍTULO 2. SOBRE AS TRAJETÓRIAS DOS AGENTES SOCIAIS

O presente capítulo consiste em uma análise das trajetórias de membros de núcleos familiares cujas vidas se vinculam ao Projeto de Colonização de Buriticupu, seja por meio de deslocamentos, como no caso de dona Domingas, que se dirigiu ao Vale do Pindaré em busca de terras livres e férteis; seja na condição de "colono", como aconteceu com seu Raimundo França; ou a partir de um engajamento militante na defesa dos direitos dos trabalhadores rurais, como é o caso de Luíz Vila Nova.

Nesta análise, irei abordar os elementos que compõem o "empreendimento de colonização" de Buriticupu a partir das trajetórias das famílias que se deslocaram para integrar o projeto da Companhia Maranhense de Colonização. São famílias que se deslocaram de forma voluntária e autônoma, buscando viver em terras livres ou unir-se à luta pela emancipação da terra (VELHO, 2009). Nosso objetivo é tornar evidente o processo de mobilização e ocupação

desse território, bem como as contradições do projeto, além do processo de resistência dos trabalhadores.

Apresentarei a trajetória de três agentes sociais com o intuito de compreender os aspectos relacionados à natureza do processo de colonização e expansão da fronteira agrícola no Maranhão. A posição distinta de cada um desses agentes sociais nos permite perceber como esse processo foi vivenciado de maneira singular, dependendo da posição daqueles que o experimentaram, incluindo sua posição familiar e política. Assim, analisamos a trajetória da senhora Domingas Carneiro Azevedo, que não possui um percurso político em movimentos sociais ou estruturas organizativas, mas apresenta diversas estratégias de resistência que podem ser consideradas resultados de sua luta contra a condição de subordinação que vivenciou, referente ao status de "agregada", experimentado nas situações anteriores à sua chegada a Buriticupu, ou seja, nos municípios de Caxias, Bacabal, Santa Luzia e Bom Jesus das Selvas.

Outra análise que realizarei diz respeito à trajetória do Senhor Raimundo França Cruz, autodenominado *agricultor*, natural do município de Pedreiras. Em sua trajetória de luta, ele enfrentou a escassez de uma economia sustentável para o sustento de sua família, o que o obrigou a deslocar-se do município de Pedreiras para São Luís. Lá, trabalhou como taxista por algum tempo. Impulsionado pela necessidade de obter terras para retornar à agricultura, ele foi convencido pelo "Projeto de Colonização da COMARCO" a mudar-se para Buriticupu em 1974, juntamente com toda a sua família.

Da mesma forma, pretendo analisar a trajetória de Luíz Soares Filho, atualmente conhecido como Luíz Vila Nova, um sujeito que foi moldado pelos princípios do movimento católico e político desde sua infância. Ele nasceu no município de Amarante, no Piauí, e, através da luta sindical, veio para Imperatriz. Lá, juntamente com outras lideranças, engajou-se na luta camponesa pela emancipação da terra, que estava sob o controle de grandes propriedades rurais. Luíz Vila Nova foi escolhido pelo Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural (CENTRU) para organizar os trabalhadores sem-terra a fim de ocupar as fazendas que foram obtidas de forma ilegal em Buriticupu. Esse foi o motivo de sua vinda, e ele optou por permanecer na região até os dias atuais.

O presente trabalho visa fortalecer as instâncias de voz dos agentes sociais que, ao longo da história, resistiram e continuam a resistir ao modelo de desenvolvimento imposto pelo Estado nos inúmeros conflitos da Amazônia maranhense. Reconhecemos que é por meio das trajetórias narradas por esses agentes sociais que se torna possível delinear o significado de

cada movimento na busca pela sobrevivência e pela resistência diante dos conflitos estabelecidos no campo em disputa.

2.1. Trajetória de Domingas Carneiro Azevedo

D. Domingas nasceu em 01 de janeiro de 1945 no município de Caxias-MA. Ela é uma das filhas do casal de agricultores Francalino Dias Carneiro e Almira, esta última faleceu durante o parto do sétimo filho. Seus pais sustentavam-se do trabalho na agricultura e da extração do coco babaçu. Residiam no povoado Bananal, localizado no município de Caxias, em terras privadas (propriedade de terceiros), nas quais pagavam um foro pela produção de alimentos, conforme indicado em sua declaração abaixo:

Meus pais trabalhavam de roça, eu saí de Caxias casada. Eu nasci em Caxias e meus pais eram de lá também, e me casei lá, pois meu marido também nasceu lá. A vida lá, a gente trabalhava de roça e quebrava coco, esse era o serviço e a gente morava *agregado* junto com meus pais. Nós botávamos roça no terreno do “patrão”. Nosso “patrão” era dono do terreno e tinha a quitanda para fornecer coisas para os agregados, vendia arroz, feijão, farinha para os agregados, porque os agregados viviam do coco. Ele comprava o coco na nossa mão e nós comprávamos o legume à custa do coco que nós quebrávamos, enquanto não tinha legume na roça. (Domingas Carneiro, 16/03/2022)

O coco babaçu é um dos produtos de destaque na economia do estado do Maranhão. Enquanto os trabalhadores dedicam-se à preparação das terras para a produção de alimentos necessários à subsistência, as mulheres empregam sua força de trabalho na extração e quebra do coco babaçu. A partir da amêndoa, elas produzem o azeite e o mesocarpo, enquanto as cascas são utilizadas na produção de carvão, entre outros produtos que, ao longo do tempo, foram objeto de especialização. Desse modo, as mulheres desse contexto social desempenham diversos papéis por meio de seu trabalho na agricultura, no extrativismo e como donas de casa responsáveis pelas tarefas domésticas.

A atividade na roça envolve a participação de todos e todas da família e é a principal fonte de subsistência das famílias maranhenses. No entanto, esse modo de produção está subordinado à posse restritiva da terra, representada pelo "patrão", ou seja, o proprietário da terra que, mesmo antes da produção estar pronta, já detinha direitos sobre ela, como D. Domingas destaca.

A gente pagava a renda de todas as coisas que a gente plantasse, a gente pagava em produto, se desse dez sacos de arroz ele tinha direito em quase a metade daquele arroz, e dali nós pagava do arroz, do milho, da mandioca, quando nós fazíamos a farinha nós pagávamos a renda para o patrão porque a terra era dele e nós colocava a roça lá, tinha que pagar. (Domingas Carneiro, 16/03/2022)

Era dessa forma que os grandes proprietários se apropriavam da mão de obra dos agricultores por meio da exploração e da cobrança de renda sobre as terras utilizadas para a agricultura de subsistência, que envolvia a produção de arroz, feijão, milho e mandioca. Nesse sistema econômico baseado na "exploração com base no trabalho familiar, a família, equipada

dos meios de produção, utiliza sua própria força de trabalho para cultivar o solo e obtém, como resultado de um ano de trabalho, uma certa quantidade de bens" (CHAYANOV, 1924, p.482).

Além disso, os "arrendatários" não tinham permissão para vender sua produção para terceiros. O patrão detinha o direito exclusivo de comprar tudo e oferecer, em sua quitanda, outros produtos necessários aos agregados que residiam ali,

nós comprava o açúcar, o café, tudo que nós precisava, nós comprava na mão dele e nós não podia vender daquele legume nenhum farelo fora, tinha que vender tudo para ele, se nós precisasse de alguma coisa ele servia, mas o legume nós vendia para ele, mesmo que encontrássemos um preço melhor não podíamos vender, quando a nosso legume acabava as vezes tínhamos de comprar da mão do patrão a nossa própria produção, a gente era pobre e não tinha dinheiro para comprar fora e ai comprava fiado as vezes para pagar com as amêndoas de coco que quebrávamos e ele levava para a cidade de Caxias e lá ele vendia para a fábrica de óleo. (Domingas Carneiro,16/03/2022)

Dessa forma,

Minha família, a família do meu marido, todo mundo vivia nesse sistema de pagar renda, tinha muita gente lá no Bananal, naquele tempo todo mundo morava nas terras alheias, lá todo mundo era *agregado* nas terras daqueles que era melhor de vida e todo mundo morava ali e as vezes tinha bastante morador, era gente que chegava de fora com necessidade e pedia morada para ele e ele dava, mas ninguém poderia fazer uma benfeitoria, por exemplo uma casa, se eu quisesse fazer uma casinha para mim, que a gente chegava pobre, sem nada porque naquele tempo a pobreza era grande, eu não poderia fazer aquela casa muito bem feita, eu tinha que fazer de palha porque eu não poderia vende-la. (Domingas Carneiro,16/03/2022)

Segundo relato de D. Domingas, a trajetória de seus avós se repetia com seus filhos e assim por diante, formando um ciclo que só poderia ser interrompido quando alguém decidia tomar a iniciativa de deixar o núcleo familiar em busca de condições diferentes. Ela enfatiza que, dessa forma,

Nós nascemos lá e lá ficamos, nossos pais já estavam lá morando agregado, nesse tempo ninguém lá, não sei nos outros lugares, mas lá mesmo, onde eu morava e aqueles lugares ali por perto, todo mundo era agregado ao patrão, nós éramos quase como uns escravos ali, tudo era ali, ninguém podia sair para vender em lugar nenhum que ele comprava tudo. Ele tinha tropas de burros para carregar e vender os produtos na cidade (Domingas Carneiro, 16/03/2022).

D. Domingas se distanciou de sua família e das relações estabelecidas na terra onde nasceu, em troca da liberdade. É necessário ressaltar que dona Domingas perdeu sua mãe biológica quando era muito pequena e foi a única entre seus sete irmãos a ser adotada por seus padrinhos. Embora tenha retornado ao convívio da família biológica durante a adolescência, ela nunca conseguiu estabelecer laços fortes que a impedissem de buscar outras relações. Ela mesma relata:

Minha mãe viveu esse mesmo sistema, mas os nossos filhos poderiam casar-se e sair para onde quisesse, só ficava *agregado* quem queria, mas tudo era muito difícil então quando eles se casavam e ficavam ali mesmo, as vezes o patrão não era muito ruim e a gente já estava acostumado e acabava ficando ali mesmo, eu mesma quando me casei fiquei uns tempos lá aí depois foi que eu vim para essas bandas (Domingas Carneiro, 16/03/2022)

A existência de terras desocupadas no Maranhão e as informações de que essas terras estavam disponíveis despertavam esperança, especialmente nos agregados mais jovens, que viam nessa oportunidade a possibilidade de possuir sua própria terra e melhorar suas condições de vida. É importante ressaltar que a maioria dessas famílias se encontrava inicialmente no vale do Itapecuru, onde arrendavam terras de latifundiários. Posteriormente, elas se deslocavam em direção aos vales dos rios Mearim e Pindaré, na região oeste da Pré-Amazônia maranhense, em busca de terras férteis, escapando assim da cobrança de renda pela terra (ARCANGELI, 1987, p.73).

Nessa dinâmica de ocupação, os camponeses marginalizados, como salientado por Velho (2009), gradualmente avançam sobre as áreas de floresta ainda não exploradas na região da Amazônia maranhense. A trajetória de minha família está diretamente relacionada a esse fato, uma vez que minha avó, Domingas, chegou à região do Pindaré, onde atualmente se encontra o município de Santa Luzia, em 1960, em busca de terras livres para cultivo.

Eu saí de Caxias para cá, você sabe que as vezes a gente vive em um lugar e tem vontade de sair para outro lugar, nós saímos, eu e o meu marido, nossa família ficou lá, só veio nós dois, nós viemos para Santa Luzia do Tide que é perto de Santa Inês, de Santa Luzia foi que eu vim para Buriticupu. Santa Luzia era um povoado de muita gente, depois que cheguei lá foi que virou cidade e teve prefeito que era o Tide. Tive os meus filhos lá em Santa Luzia, lá a gente vivia do coco e da roça. Nós fazíamos a roça nos arredores do povoado, lá não tinha patrão, lá era um lugar livre para todo mundo, a gente chegava e fazia sua casinha e ficava, eu morei quatro anos lá, a diferença de lá para o bananal em Caxias é que nós não éramos *agregados* e morávamos à vontade (Domingas Carneiro, 16/03/2022).

Nessa perspectiva, Bourdieu (1996) critica a ideia de que a vida segue um caminho linear e, portanto, é "inseparável do conjunto de acontecimentos de uma existência individual concebida como uma história e a narrativa dessa história". Segundo Bourdieu (1996), os agentes sociais podem ocupar múltiplas posições no mundo social.

Dessa forma, a trajetória de vida de Dona Domingas justifica essa afirmação, pois ela assumiu sozinha a posição de mulher camponesa que trabalhava na lavoura e, também carrega consigo a identidade de quebradeira de coco. Portanto, a história de vida de Dona Domingas é um exemplo concreto que ilustra essa perspectiva. E, portanto,

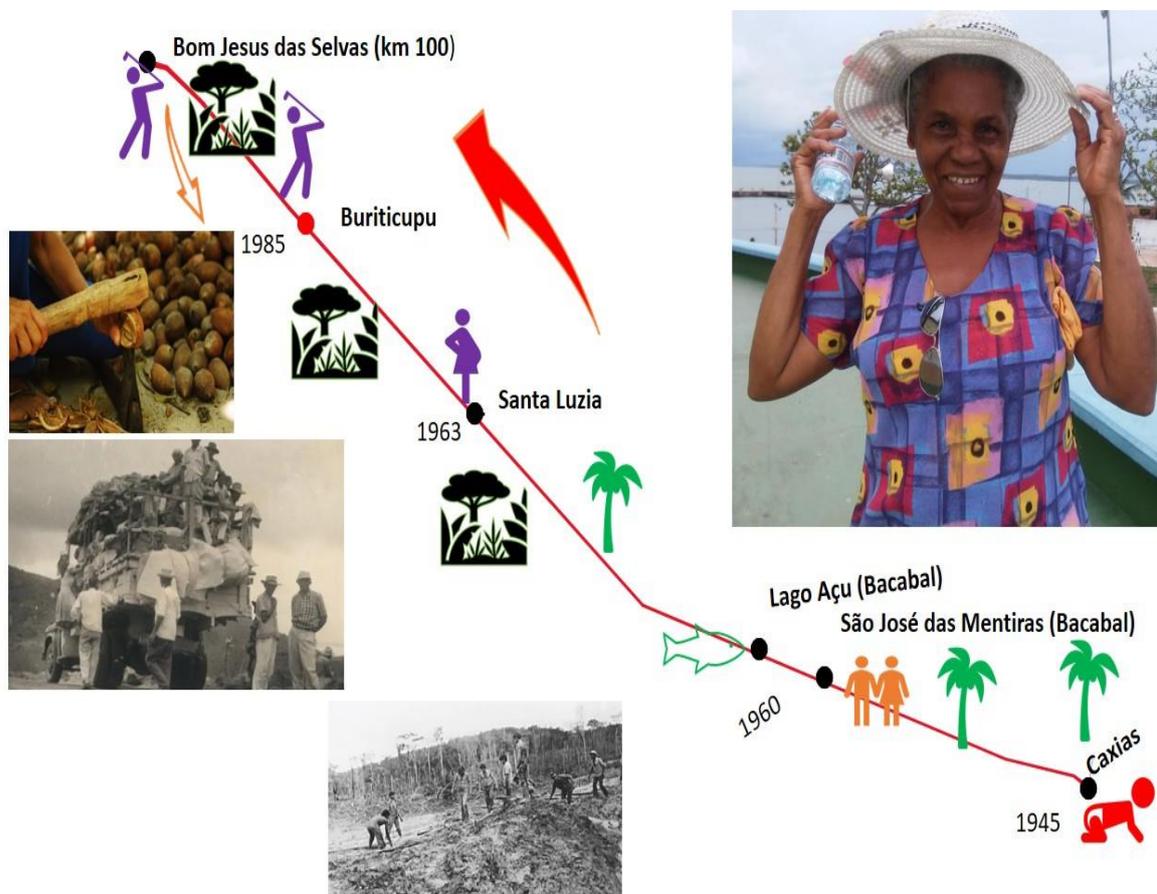
[...]leva a construção da noção de trajetória como uma série de posições sucessivamente ocupadas por um mesmo agente (ou um mesmo grupo), em um espaço ele próprio em devir e submetido a transformações incessantes. Tentar compreender uma vida como uma série única e, por si só, suficiente de acontecimentos sucessivos, sem outra ligação que a vinculação a um "sujeito" cuja única constância é a do nome próprio, é quase tão absurdo quanto tentar explicar um trajeto no metrô sem levar em conta a estrutura da rede, isto é, a matriz das relações objetivas entre as diversas estações (BOURDIEU, 1996, p. 81).

Nesse sentido, a trajetória de vida de D. Domingas só pode ser compreendida quando relacionada às estruturas que compõem as relações objetivas do conflito social, a partir das quais ela se construiu como sujeito.

Na narrativa de D. Domingas, podemos observar como ocorria a ocupação "espontânea" no vale do Pindaré, conforme relatado por ela

Nós tínhamos visto falar que no rumo do Pindaré e do Pará tinha muita mata, aí nós viemos num pau de arara caçando lugar para morar, naquele tempo a gente saía, assim quase como uns peregrinos no mundo, aí nós saímos eu mais meu marido, nós deixamos nossos pais e viemos para cá, chegamos aqui e era bom, tinha muito peixe e muita água [...] (Domingas Carneiro, 16/03/2022).

Domingas Carneiro Azevedo casou-se por volta de 1960, aos 15 anos de idade. Ela deixou Caxias em direção ao Vale do Pindaré, fazendo diversas paradas para trabalhar e garantir a viagem, que era feita em um caminhão pau de arara. Segundo seu relato, naquela época era



comum encontrar grandes barracões nos povoados das cidades, onde os viajantes se abrigavam. Assim, eles passaram um tempo em São José das Mentiras, em Bacabal, trabalhando em roças e quebrando coco. No povoado Lago Açu, no vale do Mearim, viveram da extração de coco e da pesca, até finalmente chegarem ao município de Santa Luzia em 1963, quando sua primeira filha ainda era um bebê. Em Santa Luzia, em 1966, nasceu sua segunda filha, Dinair. D. Domingas relata que em Santa Luzia enfrentaram uma área endêmica de malária, na qual seu

marido ficou doente por cerca de um ano. Durante esse período, ela teve que assumir o sustento da família quebrando coco babaçu e cuidando do roçado.

É importante destacar que o município de Santa Luzia sempre foi considerado uma região endêmica de malária e outras doenças transmitidas por mosquitos. O Dr. Antônio Rafael da Silva, médico epidemiologista e professor da Universidade Federal do Maranhão, conviveu com os "colonos" na região de Buriticupu em Santa Luzia na década de 1970 e pôde observar o impacto da malária, leishmaniose, hanseníase, tuberculose e tracoma.

Conforme destacado pelo Dr. Rafael, a malária representou um dos maiores obstáculos para o desenvolvimento agrícola na região, afastando as pessoas da terra. As características geográficas, climáticas e populacionais, bem como os índices parasitários e esplênicos, a fonte de infecção, as espécies parasitárias e os transmissores contribuíram para a propagação da doença (SILVA, 2014). Embora nosso objetivo não seja abordar os contágios de malária, é importante ressaltar que além dos conflitos enfrentados pelos camponeses, eles também tiveram que lidar com as adversidades de um território que apresentava moradias insalubres e a ausência de políticas estruturantes para a oferta de atendimento à saúde.

O município de Santa Luzia é conhecido pelo pseudônimo de "Santa Luzia do Tide", em referência ao nome de seu primeiro prefeito, Clotilde Santos, popularmente conhecido como Tide Santos. Santa Luzia é considerada a mãe dos municípios de Buriticupu e Bom Jesus das Selvas. A região atraiu moradores de diversos estados, como Ceará, Pernambuco e Piauí, entre outros. Muitas pessoas deixaram suas raízes familiares em busca de terras livres na região de fronteira. Dessa forma, a posição ocupada por D. Domingas nesse espaço social representa um passado no qual muitos agentes sociais buscaram fugir da subordinação ao patrão, em busca de autonomia e terras livres.

A trajetória de vida de Domingas se diferencia das de Luiz Vila Nova e Raimundo França, pois ela não assumiu um papel de militância política. Sua visão de mundo é moldada pelas experiências vividas ao longo de sua vida. Domingas destaca que foi a única de sua família a se desgarrar do núcleo familiar e embarcar em uma jornada pelo mundo, acompanhada por seu marido, como verdadeiros peregrinos. Essa jornada teve início quando ela rompeu com o costume do casamento entre primos e se casou com alguém sem laços de parentesco, que já estava acostumado a viajar em busca de trabalho.

No Vale do Pindaré, já com uma filha de três anos, pois separou-se do seu primeiro marido e ele levou consigo a filha mais velha e o seu filho mais novo faleceu vítima de uma doença desconhecida, minha mãe casou-se novamente com um imigrante cearense. Em busca

de melhores condições, eles se deslocaram para trabalhar na lavoura em Bom Jesus das Selvas em 1974. Naquela época, Bom Jesus das Selvas era apenas um povoado situado às margens da BR 222 e pertencia ao município de Santa Luzia. Inicialmente, trabalharam em terras livres, mas gradualmente pessoas chegavam reivindicando a propriedade das terras e os transformavam em arrendatários.

Seu segundo marido, Sr. José Chagas, era um camponês que migrou do Ceará para o Maranhão na década de 1950, fugindo da seca e da fome que afetaram muitas famílias na região de Pedra Branca-CE. Eles se estabeleceram no município de Santa Luzia, onde viviam da agricultura. Embora Dona Domingas seja neta de piauienses, nasceu em Caxias do Maranhão. Ela se autodenomina quebradeira de coco babaçu e lavradora. Nessa região de Santa Luzia, que abrangia Buriticupu e Bom Jesus das Selvas, não havia palmeiras de babaçu, mas sim uma floresta diversificada. Agora, a atividade agrícola se somava à atividade extrativista, incluindo a produção de carvão, na qual ela também atuou por um longo período.

A vinda de Domingas para a região de Buriticupu, como já dissemos acima, que era apenas um povoado na década de 1970, e para o Km 100, que mais tarde, após a emancipação, recebeu o nome de Bom Jesus das Selvas, foi motivada pelas notícias que circulavam sobre a beleza e a abundância daquele lugar, conforme ela relata:

Quando abriu para cá e ouvimos falar que era melhor e viemos, sabe como era aqui? Era só mata em Buriticupu, só se via capelão cantando e macaco para todos os lados, só tinha uma veredinha que o pessoal tinha feito e uns barracos, sabe? De lona, foi assim que nós viemos, eu meu marido e os filhos. Saímos de Santa Luzia caçando lugar melhor para morar, ele gostava de andar (Domingas Carneiro, 16/03/2022).

Entendo que a entrevistada pode ter evitado relatar especificamente sua trajetória em Bom Jesus das Selvas, e pode ter havido uma mistura de descrição de sua vivência em meio aos conflitos, devido à proximidade entre os dois povoados. É possível que, mesmo morando no Km 100, o acesso aos serviços de saúde tenha sido em Buriticupu, assim como outras questões relacionadas.

Essa proximidade geográfica entre os povoados e a dependência de recursos e serviços em áreas vizinhas são aspectos importantes a serem considerados ao analisar as trajetórias e vivências dos agentes sociais. A falta de infraestrutura adequada, como acesso a serviços de saúde, pode ter sido um desafio enfrentado por muitas pessoas que viviam nessas regiões e podem ter influenciado suas experiências e percepções sobre o Projeto de Colonização e suas consequências.

Portanto, é pertinente considerar que a trajetória de vida de Domingas foi influenciada e moldada pelos conflitos agrários presentes na região, que afetavam a vida dos moradores e impunham desafios adicionais, como acesso limitado a serviços essenciais.

Vimos pela notícia que estavam dando terra para o povo, mas quando viemos para Buriticupu compramos uma terra na mão de outro que tinha ganhado a terra, ele era colono e compramos cinco alqueires de terra na mão dele, pois ele queria ir embora para outro lugar. Acompanhei todos os conflitos, greve, morte e a ação dos grileiros e tudo quanto não prestava, eu estava aqui. O conflito era por causa de terra, um querendo tomar a terra do outro, os fazendeiros querendo tomar a terra dos pobres, sempre foi isso, sempre teve isso. Morreu trabalhador, morreu dono de terra, foi um conflito terrível aqui que a gente ficou aqui porque ficou mesmo, não tinha para onde correr, tinha que ficar, porque pobre depois de chegar em um lugar tem que ficar ali, até que hoje cidade e aquilo passou. As pessoas morriam mais eram assassinados por pistoleiros que os fazendeiros pagavam para matar, matavam até mulheres e crianças, era um terror aqui. Quando os fazendeiros chegaram aqui tinha muita gente, casinha aqui e acolá dos pobres, eles foram e compraram um mundo de terra nem sei onde, e quando chegaram aqui queriam comprar por nada a terra dos pobres e muitos não queriam sair da sua terrinha, e quando a pessoa não vendia ali já sabia, perseguiam até tirar a pessoa ou matar, ou você saía ou morria era assim (Domingas Carneiro, 16/03/2022).

No KM 100, atual Bom Jesus das Selvas, os conflitos eram os mesmos, e D. Domingas e sua família começaram a trabalhar em terras livres como "posseiros", assim como várias outras famílias. No entanto, ao longo do tempo, surgiram os alegados proprietários das terras, reivindicando seu direito de posse. Ressaltamos que, de acordo com Asselin (2009), O Vale do Pindaré, onde o município de Santa Luzia está localizado, foi cenário de grilagem e violência.

Vim de Santa Luzia em um caminhão madeireiro para o Km 100, ficamos sabendo dessas terras devido esses madeireiros, que conheciam essas matas, eles carregavam madeira lá para as bandas de Santa Inês. Nós não trouxemos nada, só viemos nós, o objeto que eu trouxe foi uma máquina de costurar, o resto nós vendemos e o que sobrou doamos para vim para cá porque era só mata e ele queria botar roça era na mata, já tínhamos um conhecido que tinha vindo embora para cá. Viemos trabalhar de roça, lá mudou as coisas porque não tinha coco para eu quebrar, aí eu fui fazer carvão para vender, pois tinha muita madeira, eu nunca gostei de estar parada, além do carvão fui lavar roupa para aquelas pessoas melhorzinha de condição, lá já tinha muita gente, tinha até hotel. O meu marido cortava a madeira e cavava o buraco e eu arrumava a madeira todinha dentro do buraco, queimava e vendia o carvão para viver. Todo mundo comprava nosso carvão (Domingas Carneiro, 16/03/2022).

Em Bom Jesus das Selvas, naquela época conhecido como KM 100, Dona Domingas transicional de quebradeira de coco para se dedicar ao trabalho com carvão. O KM 100 está situado na BR 222 e, naquele momento, recebia diversas empresas envolvidas na abertura e infraestrutura das estradas. Como resultado, alguns hotéis foram instalados e, assim, tornaram-se os principais consumidores do carvão produzido por Dona Domingas a partir da madeira disponível em seu roçado.

Em Bom Jesus mudou porque não tinha o coco babaçu, mas tinha a roça, outra coisa que mudou é que nós não estávamos mais agregados a ninguém, fomos viver em nosso lugar, tudo que nós fazíamos era para nós mesmo, não tinha que partir com ninguém, melhorou bastante. As terras davam muito legume. O modelo da roça era o mesmo dos outros lugares a diferença lá de Caxias era a enorme cerca que tínhamos que fazer para as criações do patrão não comerem o nosso legume (Domingas Carneiro, 16/03/2022).

Conforme destaca Dona Domingas, em Caxias, a criação de gado por parte dos chamados "patrões" era realizada de forma livre e desimpedida. Essa característica também é

observada no livro "Chão de minha utopia", escrito por Manoel da Conceição, que relata os conflitos causados pela devastação que o gado causava nas plantações dos trabalhadores. Dessa forma, era responsabilidade do trabalhador construir sua própria cerca para proteger sua plantação. Essa é a diferença enfatizada por Dona Domingas, pois aqui o gado é criado confinado nas fazendas.

Dona Domingas e sua família não se consideravam como "posseiros", pois sempre que surgiam conflitos, eles se mudavam para uma área diferente. Ela nunca se envolveu em disputas por direitos de terra. Pelo contrário, sempre almejou adquirir um pequeno pedaço de terra longe dos conflitos para trabalhar. No entanto, eles sempre estiveram cercados por conflitos agrários, pois essa era uma situação crônica no Maranhão. Nesse sentido, Dona Domingas fez parte de um grupo que se aventurou nas regiões de mata, conforme mencionado por Velho (2009), em busca de terras propícias para a agricultura. Foi nessa busca que ela se deparou com o "projeto de colonização" da COMARCO na década de 1970.

Esses deslocamentos ocorriam devido à precarização das condições de vida e à expulsão dos camponeses devido aos projetos de desenvolvimento do Estado. Portanto, é necessário relativizar o termo "espontâneo" utilizado em algumas análises, pois a realidade revela uma complexidade maior diante desses deslocamentos forçados.

Ninguém chegava aqui por acaso, ele chegava porque já vinha necessitado, ele já vinha de um lugar fraco, ele chegava e acampavam aí, porque a terra era para todo mundo, quando eles abriram, e o pessoal foram chegando e fazendo seus barraquinhos, aí o governo chegou com a colonização e foram fazendo as casas dos colonos, tirando a madeira e lavrando e fazendo as casinhas de madeira cobertas de cavacos, eu mesma morei muito tempo em uma de madeira. Quem construía as casas eram os próprios colonos, o governo ajudava com comida, pois o povo era muito pobre (Domingas Carneiro, 16/03/2022).

Quando chegamos à Buriticupu em 1985 eu tinha três anos de idade, e para mim era fascinante ver as toras de madeiras em toda parte. As crianças brincavam à noite de esconde-esconde nas toras de madeira e a gente sempre caminhava por cima delas e os caminhões com seus barulhos por toda parte, alguns já bem sucateados, mas ainda funcionavam, no meio do povoado havia um grande bosque com um caminho por dentro uma casa grande à qual chamavam de "palácio", pois era, onde recebiam os representantes do governo e mais tarde virou a prefeitura do município e atualmente é uma praça. Era rodeado de palmeiras de coco e à sua frente um palco de madeira, onde os políticos subiam para fazer seus longos discursos.

Essa paisagem formada por palmeiras de coco da praia, assim como nas ruas mais antigas de Buriticupu, além de várias casas de madeira nos mesmos padrões arquitetônicos, próximas ao bosque, logo compreendi que se tratava das residências que hospedavam os

profissionais do projeto da COMARCO, atualmente ainda se conservou essa arquitetura em algumas casas do povoado Trilha 410.

A conjuntura de Buriticupu foi marcada por violência. Do quarto da minha casa eu ouvia minha mãe falar com outras pessoas sobre os pistoleiros que matavam sem piedade nas fazendas e das manifestações dos “posseiros”, lembro de ouvir que um deles fez a vítima cavar sua própria cova, nossa! isso fazia minha rede subir e descer de medo. Mas eu não compreendia direito aquela conjuntura e ficaram em minha mente as manifestações, o conflito de Terra Bela e a tentativa de assassinato de Luíz Vila Nova, mas quem é Vila Nova? Bandido ou mocinho? Essas classificações se dividiam entre as pessoas que falavam dele pela cidade, alguns o chamavam de “invasor” de terras.

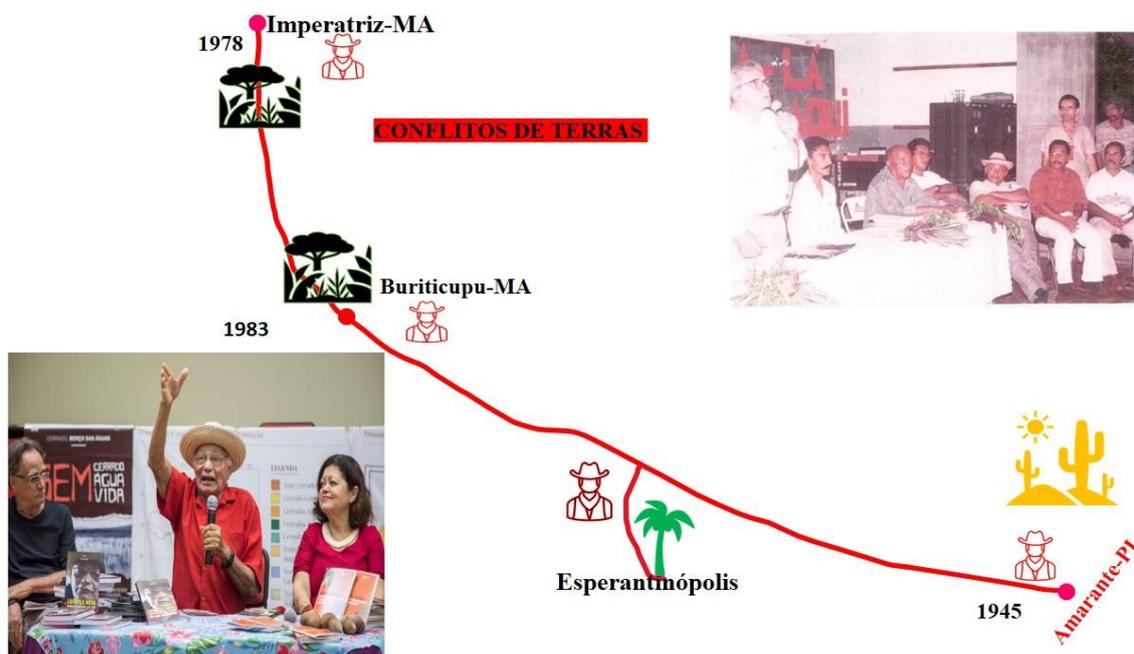
Meus pais, que me criaram, vieram para Buriticupu, pois através de algumas economias e a venda de uma casa em Bom Jesus das Selvas eles conseguiram comprar o direito em cinco alqueires de terra de um “colono” assentado do Instituto de Terras do Maranhão-(ITERMA) no Projeto de “Assentamento” do Estado, Serra das Pulgas em Buriticupu e uma casa na zona urbana. Nesse sentido, os meus pais não precisaram se envolver no processo de ocupação de terras que estava ocorrendo na época, porém se contentaram com uma pequena quantidade de terra e sem nenhuma infraestrutura para viver, assim como outros agentes sociais que já estavam na região.

O presente trabalho não se trata de uma autobiografia, mas de uma construção pautada na narrativa dos agentes sociais que vivenciaram e ainda vivenciam as consequências desse processo. Os entrevistados trazem em suas memórias toda a luta para o enfretamento do antagonismo aos atos de Estado.

2. 2 - A Trajetória de Luíz Vila Nova

A escolha de iniciar com uma breve trajetória da minha família foi feita devido à semelhança com muitas outras famílias que foram atraídas para Buriticupu entre as décadas de 70 e 90. A fundamentação deste trabalho baseou-se nas narrativas de agentes sociais que estiveram diretamente envolvidos na luta pela terra, como Luíz Soares Filho, conhecido popularmente como Luíz Vila Nova no Maranhão e como "Fiscal" no Piauí. A imagem acima utiliza o mapa do Maranhão como referência para situar o leitor sobre os deslocamentos de Luíz Vila Nova, destacando as datas de sua chegada em cada município.

Vila Nova, como lavrador e ativista engajado na luta pela reforma agrária, liderou os trabalhadores no processo de ocupação de terras no Maranhão. Durante a entrevista, ele



compartilhou suas experiências na luta pela terra, desde sua juventude em Amarante, no Piauí, até sua passagem por Imperatriz. Além disso, mencionou sua participação nas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e sua eleição como deputado estadual.

[...]há muitos anos, eu vim para cá em 83, aí me estabeleci nessa região, onde eu estou até hoje, eu sou piauiense, vim do Piauí e me estabeleci em Imperatriz, onde passei aproximadamente 5 anos, de lá a gente veio para cá com o projeto do CENTRU Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural. O Manoel da Conceição Santos, uma figura muito conhecida, estava exilado, e quando saiu do Exílio veio para o Brasil e se estabeleceu em Pernambuco e lá fundou o CENTRU nacional, o CENTRU atingia todo Brasil, mas a sede nacional era em Recife, lá Manoel se estabilizou criou o CENTRU estadual em vários estados do Nordeste, não chegou ao Sul, mas chegou no Nordeste e eu vi falar no Manoel, quando ainda morava no Piauí (Luiz Vila Nova, 06/12/2021).

Luiz Vila Nova compartilhou sua experiência no Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural (CENTRU), por meio de Manoel da Conceição, Vila Nova veio para Buriticupu com o objetivo de promover formação e organizar os trabalhadores para enfrentar os atos do Estado que submeteram essas terras ao domínio dos latifundiários e à grilagem por meio do processo de ocupação de terras.

Conforme relatado por Luiz Vila Nova, o Vale do Pindaré foi escolhido como local para desenvolver um projeto de formação dos trabalhadores, com o objetivo de organizá-los para tomar as terras dos latifundiários e pressionar o governo a implementar uma reforma agrária (NOVA, 2019, p.60). Para alcançar esse objetivo, eles criaram um projeto e foram morar

no meio da mata, a fim de educar os trabalhadores da região sobre a ocupação das terras que estavam sob o domínio dos latifundiários (Luiz Vila Nova, 12/2021).

Esse relato de Luiz Vila Nova, também está presente no livro "Luiz Vila Nova: memórias da vida e da luta de um militante". Nele, ele descreve o local onde o projeto de luta pela terra foi elaborado, chamado de "Cantareira", cujo nome tem um significado interessante, pois remete a "um tripé enfiado no chão em que se assenta um pote (cântaro) com água fresca para matar a sede" (NOVA, 2019, p.77).

A trajetória política de Luiz Vila Nova foi moldada pela luta contra a opressão, manifestada através da fome em Amarante, no Piauí, e pela luta pela reforma agrária no Maranhão. Nascido em 1945 no município de Amarante, Piauí, seus pais eram agregados, assim como os pais de Dona Domingas. Dessa forma, os trabalhadores do campo estavam,

[...] submetidos ao dono da *plantation* e a uma divisão do trabalho complexa que estava longe de algo que pudesse lembrar uma produção camponesa. Mesmo os pequenos pedaços de terra que cultivavam apareciam frequentemente como uma espécie de "doação" do proprietário em terra marginal da *plantation*, de fato constituindo uma maneira de permitir uma reprodução barata da força de trabalho (VELHO, 2009, p.128).

Luiz Vila Nova foi criado na religião católica, conforme relata,

Eu, desde criança fui muito ligado à Igreja passei primeiro a ajudar na missa, na catequese, aquele negócio todo e eu era animado demais e logo fui participar da Conferência Vicentina que tinha a dos adultos, dos jovens e a das crianças e como eu ainda tinha uns dez anos, eu comecei participar da Conferência das crianças e isso me ensinou muito, porque a Conferência fazia uma visita ao povo mais pobre, então quando era no domingo depois da missa a gente saía com a sacolinha vermelha pedindo contribuição para os pobres e o trabalho da Conferência vicentina era esse. Quando a gente chegava, a gente pegava aquela sacola com o dinheiro e entregava ao secretário da Conferência. E aí já tinha inscrito lá um monte de gente daqueles mais pobre, mas era pobre mesmo! Esmolé, o pobre de hoje está melhor de vida que o esmolé daquela época. O trabalho nosso era a questão do esmolé mesmo, aquele dinheiro o secretário dividia para aquele tanto de gente e aí quando era na outra semana que a gente ia arrecadar de novo, uma parte com os mais adultos ia deixar o arrecadado para aqueles esmolé transformado em alimentos, arroz, feijão. Alguns contribuía com dinheiro na sacolinha vermelha, aí a Conferência transformava aquilo em alimento, hoje o povo chama de cesta básica, naquela época era só para os lascados mesmo, e isso me ensinou muito. Foi aí que eu comecei a ver o mundo diferente, porque a gente começou ver o mundo a partir dos que estavam com fome (Luiz Vila Nova, 06/12/2021).

A relação estabelecida entre Luiz Vila Nova e a Igreja possui um peso significativo em sua formação identitária e no reconhecimento de seu lugar no mundo. Ao longo de sua trajetória, ele faz constantes análises pessoais. Sua paixão pela luta camponesa está intrinsecamente ligada à sua origem e às relações estabelecidas desde a infância até a fase adulta, em um processo de educação sobre as causas da pobreza e a necessidade de superá-la por meio da organização social de classe.

Pessoas com a trajetória de vida de Luiz Vila Nova são notáveis pela posição que assumem diante do espaço do possível. Suas ações foram pautadas na construção de uma

atuação ativa dentro de sua instituição religiosa, a Igreja Católica, desde os primeiros momentos de sua vida. No entanto, é necessário ressaltar que sua formação política não se limitou apenas a esse espaço, transcendendo para outras possibilidades. É indispensável enfatizar que sua trajetória está intrinsecamente vinculada às especificidades da luta pela terra no Maranhão. Ainda em Amarante, Piauí, Luiz Vila Nova conviveu com a desigualdade,

[...] eu, aos 13 e 14 anos, eu já tinha conhecimento do outro mundo do lado da exploração, das razões pelo qual aquele povo era daquela forma. Não era a coisa que a gente participava de um seminário e um palestrante dava a palestra, a palestra era a realidade, era vivida. Então, não tinha que decorar nada estava no dia a dia. Mas a grande maioria do povo daquela época, a própria juventude não absorvia aquilo, o que nós um grupo pequeno, absorvia que depois da Conferência Vicentina eu cheguei a ser maiozinho um pouco, aí fui participar da JAC Juventude Agrária Católica (Luiz Vila Nova, 06/12/2021).

Nessa narrativa, Vila Nova nos ensina que são as práticas que formam os agentes sociais, e não apenas a teoria. Ele aprendeu por meio das relações estabelecidas em sua atuação no movimento da Igreja Católica, mas ressalta que nem todos absorvem esses ensinamentos e que alguns optam por seguir outros caminhos.

Destacamos que, na década de 1950 o Brasil estava passando por transformações no Pós-Segunda Guerra Mundial. Apesar da retórica do "desenvolvimento", parecia não haver um planejamento que contemplasse os interesses das famílias que trabalhavam com a terra. O foco estava no processo de industrialização do país e nos investimentos nas grandes indústrias, incentivando o esvaziamento do campo. Isso é reflexo direto dos impactos da II Guerra Mundial na economia brasileira. Como resultado, o Nordeste sempre foi alvo de políticas intervencionistas, o que é evidenciado nas políticas governamentais,

[...] da década de 1870 à de 1950 tendeu a tomar a forma principalmente de construção de açudes e de estradas. A não ser por alguns casos excepcionais (como a transferência de nordestinos para a coleta da borracha na Amazônia durante a Segunda Guerra Mundial) não havia política oficial de migração de massas. A classe dominante nordestina sempre se opôs tenazmente a uma tal política, em nome da defesa de interesses "regionais". Obviamente isso não impediu a migração, especialmente com o desenvolvimento da indústria e da construção civil nas grandes cidades do Centro-Sul a partir dos anos 30 e a expansão da *fronteira* em São Paulo e no Paraná. Os migrantes viajavam em condições muito ruins, em geral amontoados em caminhões, mas assim mesmo iam, e em grandes números (VELHO, 2009, p.169).

Além das ações governamentais no Nordeste, a Igreja Católica desempenhou um papel importante no enfrentamento da pobreza e de outras formas de opressão. É evidente que a Igreja católica no Brasil não possui uma única face. Em diversos momentos, ela se aliou ao Estado para alcançar seus objetivos e demonstrou seu lado caridoso sem questionar as raízes da desigualdade. No entanto, é necessário ressaltar que, por meio do método "ver, julgar e agir", uma parte da Igreja católica passou a assumir um novo caráter, posicionando-se ao lado dos pobres e oprimidos.

Vila Nova vivenciou essas ações de perto,

Naquela época a sede nacional da JAC era no Rio de Janeiro e eles faziam um jornalzinho que ensinava a plantar horta, essas coisas assim, mas tinha um pessoal da JAC bastante avançado dentro dessa visão de uma Igreja nova, de uma Igreja preocupada com a realidade. Aí eu passei a ser o coordenador da JAC. Tinha a JAC adolescente e adulta, uma espécie de pilar para o início da vida. Eu, desde jovem que já trabalhava na agricultura comecei a me apaixonar pela causa do lavrador. No lugar que eu morava todo mundo era lavrador e tinha uns padres avançadíssimos e começavam a discutir o evangelho baseado na realidade da vida. Esses padres liam o evangelho e nós lia o evangelho e estávamos vendo na realidade aquele Jesus Cristo que veio com a preocupação dos pobres, então eu comecei a ver Jesus Cristo de uma forma diferente e ainda hoje é muito diferente, o Jesus Cristo que eu conheço que eu absorvi era um companheiro, ele falava com a gente no Evangelho e a gente fazia as ações que o Evangelho explicava. A questão da fome, do pobre do injustiçado foi tomando conta de todos aqueles jovens da época e a gente passou a ter uma grande atuação nas comunidades através da Igreja e a gente passou a cantar, fazer música, teatro, nesse tempo era dramatização o nome, mas hoje as pessoas chamam de teatro. Essa dramatização era baseada naquilo que a gente via. A gente fazia o teatro lá na igreja, carregando o caixão para enterrar o pobre, o teatro era isso (Luíz Vila Nova, 06/12/2021).

Vila Nova é um agente social que esteve presente em espaços em constante transformação, e foi nesses espaços que ele também se construiu como sujeito. De acordo com Bourdieu (1996), essas transformações são contínuas e não ocorrem por acaso. Para Vila Nova, a educação política é parte de uma prática, não apenas de teoria. Ele afirma: "A educação política, ela é parte de uma prática, não parte de teoria, teoria não educa, é por isso que eu comecei daí" (Luíz Vila Nova, 06/12/2021).

Nessa fase, Vila Nova passou a participar da JAC adulta, e foi nesse período que ele estabeleceu um contato mais próximo com as comunidades.

Na JAC adulta eu ia para as reuniões na comunidade, a base de tudo era o evangelho e no evangelho a gente lia fazia aquela discussão no método ver e julgar e agir e muitas vezes, as pessoas hoje não observa mais isso é só lavagem cerebral, mas naquela época existia um método para você enxergar o mundo que era ver a realidade depois que via toda aquela situação, contava-se um caso de injustiça, de maus tratos, de fome de desespero, agora a gente ia julgar, julgar como? A gente ia procurar no Evangelho o quê que Jesus Cristo dizia na sua palavra escrita sobre aquilo e aí era o julgar. O julgar não era o meu julgar, era o julgar do evangelho e aí a gente complementava com alguns documentos religiosos, carta de Medellín, carta de Puebla, isso ia complementar o evangelho e documentos da Igreja. Depois desse julgar, agora vem o principal é o agir, você não pode ver um problema, você não pode julgar e não agir, agora o agir era de várias formas, era o grupo que discutia o quê que a gente ia poder fazer para melhorar essa situação e aí a gente se deparava com uma situação que ainda hoje é comum, na hora do agir, a primeira coisa é a consciência política, se povo não muda sua consciência política não houve crescimento. O agir não era resolver em si, não era dando uma coisa, uma cesta básica, isso fazia parte, mas o agir principal era transformar a consciência, naquele tempo não se chamava isso de política, mas se chamava de consciência, a concepção do povo se não mudar, o mundo não muda. Então o agir principal é essa educação para que as pessoas comecem a pensar diferente, comecem ver diferente, porque quem não tem consciência não enxerga tudo, só enxerga o que está ali, quem tem consciência enxerga as causas e as consequências e prepara a pessoa para viver diferente (Luíz Vila Nova, 06/12/2021).

A Igreja que Vila Nova vivenciou foi construída com base nos princípios da Teologia da Libertação, um movimento católico que teve um papel extraordinário no combate à fome e à opressão enfrentadas pelos povos do campo. Nesse sentido, consideramos que

A Teologia da Libertação, que nasce como genuína teologia latino-americana, se baseia na experiência do Êxodo e no projeto de vida proposto por Jesus de Nazaré e em sua radical Opção pelos Pobres. Contudo, tem nas intuições do Concílio Ecumênico Vaticano II seu elemento estruturante. O Vaticano II aponta as diretrizes que serão colocadas em prática, principalmente com a realização da Conferência de Medellín e, posteriormente, com um acento menos perceptível, da Conferência de Puebla (SBARDELOTTI, 2019, p.11).

Dessa forma, Vila Nova vivenciou na prática os princípios da Teologia da Libertação e incorporou esses valores em sua vida. Sua trajetória como "camponês" e voluntário dessa teoria o colocou constantemente em contato com as comunidades pobres, que eram afetadas pela falta de políticas públicas em diversas esferas. Segundo ele,

[...] esse método “ver, julgar e agir” ele não podia ficar quebrado... quando eu completei os 18 anos eu me filiei no Sindicato, antes eu já participava de todas as reuniões que tinha no Sindicato, mas era uma missão uma responsabilidade da (JAC), porque a gente ia lá para o sindicato para cantar e aí era música e a gente fazia as músicas que ainda hoje a povo faz e ia cantar lá no sindicato, música era pra abrir os olhos, música de luta. Logo que me filiei no Sindicato veio o golpe de 1964 que fechou os sindicatos e o presidente foi preso porque lá existia dois sindicatos, o sindicato da Igreja, que funcionava na casa paroquial no mesmo salão que funcionava as Conferências Vicentina, o catecismo, mas esse sindicato, apesar dos padres ter uma visão melhor, mas ainda era limitado por causa da religião. E aí apareceu um Sindicato chamado Ligas Camponesas, é aí onde está o nó (Luíz Vila Nova, 06/12/2021).

As Ligas Camponesas surgiram como um movimento pela reforma agrária na década de 1950, representando uma resistência tanto ao processo de industrialização do país quanto à estrutura latifundiária que explorava tanto a terra quanto o trabalhador rural. Esse movimento denunciava a situação de miséria, especialmente no Nordeste, e confrontava o governo. Apesar de a Igreja "apoiar a luta pela reforma agrária", sua visão geralmente era moderada e raramente adotava posicionamentos radicais em oposição ao governo. Dessa forma,

Qual era visão do Sindicato das Ligas Camponesa? tinha uma visão diferente do Sindicato da Igreja Católica. O Sindicato das Ligas Camponesas queria uma revolução, uma transformação estrutural de base, o Sindicato das Ligas Camponesas não queria botar remendo, melhorar a vida de um aqui, melhorar a vida de outro ali, não era esse o objetivo das Ligas Camponesas, eles queriam trabalhar o trabalhador rural para participar de uma grande luta da classe operária e camponesa, campesinos e urbanos. Quer dizer os trabalhadores urbanos eram muito avançados nessa questão de luta socialista, desde o ABC das fábricas, mas o campo era baseado mais nessa educação religiosa, uma visão avançada, mas a Igreja não queria a revolução rsrs (*risos*). E nessa discussão você vendo o mundo a realidade, descobrindo as causas, as consequências você fica dizendo que o homem é a transformação, o mundo não muda, no capitalismo não pode existir dignidade humana, no capitalismo existe melhoria de vida individual de um aqui, outro acolá, que passa a depois explorar também, só uma revolução transformadora passando do capitalismo para o socialismo é que o mundo tem uma perspectiva de mudança. Eu estou falando não é de um comunismo burocrático, eu estou falando de um socialismo, onde o povo discute os problemas, não é imposto pela Rússia e nem pelos EUA, mas é a realidade daquele país que vai criando, criando um mundo para a revolução, qual o objetivo desse socialismo é ouvir os trabalhadores, e isso é muito difícil, as pessoas ouve os trabalhadores para adquirir

um voto rrsrs (risos). Depois que chega no poder, ele não quer sair mais, ele agora melhorou de vida, a família dele toda melhorou de vida, os amigos mais ligados a ele cada um tem um emprego no governo e ele quer continuar sendo o senador, o deputado, o Governador ou o presidente da república para controlar aquele de tal forma que o poder seja concentrado, ou na mão da direita ou na mão da esquerda, esse é que é o grande dilema para a transformação da sociedade (Luíz Vila Nova, 06/12/2021).

Segundo Velho (2009), a partir de 1950, o Nordeste passou a enfrentar as consequências de grandes transformações, como o aumento das secas e dos conflitos, o que levou o governo a intervir significativamente por meio da criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) em 1959, uma autarquia autônoma. Essa intervenção resultou em uma transformação na estrutura agrária do Nordeste, com uma diminuição da agricultura de subsistência. Da mesma forma,

O desenvolvimento combinou-se com um desequilíbrio regional maior e isso levou o Nordeste a: um encolhimento no número de empregos industriais disponível, um golpe severo na renda regional, um golpe na produção de algodão e uma motivação adicional à migração para o Centro-Sul. Um dos fatos por detrás da criação da SUDENE pode ter sido a necessidade de uma contra-medida compensadora que permitisse o prosseguimento da industrialização tal como vinha sendo feito (ou seja, garantindo o essencial no processo), sem ameaçar a “unidade nacional” (VELHO, 2009, p.117).

A criação da SUDENE pode ter sido uma tentativa de mitigar as reações dos trabalhadores diante da marginalização de suas condições de vida, por meio do estabelecimento de mecanismos de luta e representação, como as Ligas Camponesas e o próprio debate da Teologia da Libertação. De acordo com o relato de Vila Nova, tanto as Ligas Camponesas quanto a Teologia da Libertação surgiram como resposta a essa insatisfação com a desigualdade, na qual os pobres camponeses não tinham sequer o direito de garantir um enterro digno para seus entes queridos.

Na Conferência Vicentina a gente tinha um caixão de defunto para os pobres, pobre não podia comprar nem um caixão, enterrava na rede e aí a conferência comprou um caixão, mandou fazer um caixão bem forte mesmo de madeira boa e quando morria uma pessoa dos pobres ou daqueles que não tinha condição, porque pobre naquela época não tinha condição pra nada, mas tinha aqueles que precisava até da comida, né? que era aleijado, era cego, era, né? ... então esse caixão da Conferência, quando morria uma pessoa, eles vinham requisitava o caixão e nós da Conferência emprestava o caixão, a pessoa levava o caixão, botava o defunto dentro do caixão, levava até o cemitério e chegava lá tirava o defunto de dentro do caixão enterrava lá na cova, trazia o caixão de volta para o próximo quando né? rrsrs... mas isso era uma beleza porque a gente não enxergava outro mundo, isso era natural, isso era aceitável só que com essa visão mais avançada dentro dessa realidade, a discussão foi formando uma ideia de confronto, né? Quer dizer, por que tanto pobre? Por que essa situação? Por que é que tem gente que não tem o que comer? Por que é que tem gente que morre à míngua por não poder comprar o remédio? Por que é que uma pessoa vai enterrado em um caixão emprestado porque a família não pode comprar um caixão? E aí vai vendo o outro lado da moeda (Luíz Vila Nova, 06/12/2021).

Diante desses questionamentos e críticas, é que nasceu as Ligas Camponesas, e pela atuação do Partido Comunista do Brasil, as Ligas Camponesas era um elo entre os trabalhadores do campo e da cidade. A partir de 1962 começa a nascer os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais

em meio a uma discussão progressista sobre reforma agrária, no breve governo de João Goulart, que veio a ser interrompida em 1964 com o golpe militar. Nessa perspectiva

O golpe de 1964 prendeu o presidente do Sindicato e, com ele preso, fecharam o Sindicato, e aí com seis meses abriram o Sindicato porque o presidente não sabia de nada, a influência era do Sindicato das Ligas Camponesas que participava do Sindicato católico, quer dizer não era nada oficial, a reunião do Sindicato das Ligas Camponesas não era de massa, eram os grupos, as pessoas se infiltravam no Sindicato da Igreja, era lá que fazia enfrentamento quando o gado entrava na roça de trabalhador, a gente juntava todo mundo e ia lá tirava aquele boi, chegava lá na fazenda e dizia “olha prenda seu boi, seu gado porque se ele entrar novamente nós mata.” Só que essas decisões se tomavam no Sindicato oficial, você compreendeu? As Ligas Camponesas era só a ideia que comandava, as lideranças (Luíz Vila Nova, 06/12/2021).

Essa narrativa sobre a invasão do gado às áreas de roçado está presente, também na trajetória de dona Domingas. Era comum lá em Caxias essa mesma dinâmica, a contradição é que lá em Amarante esse movimento da Ligas Camponesas enfrentavam os fazendeiros e em Caxias os donos de roçado construía cercas para proteger o roçado.

E eu jovem com 18 anos com uma ideia nova e aí quando o Sindicato abriu disse: precisamos fazer eleição e aí ninguém queria ser presidente do sindicato, pois o presidente anterior tinha sido preso, né? E o povo tinha medo, e aí eu disse, rapaz pode me botar aí na cabeça da chapa que eu sou candidato a presidente. Ai, naquela época o estatuto dizia, era democrático, se elegia a diretoria e depois a diretoria escolhia o presidente, agora tinha que ter o cabeça da chapa que era considerado como o presidente, mas cabia a diretoria depois de eleito tudo reformular e, aí, eu fui chapa única porque ninguém teve coragem de montar outra chapa e, aí, nos saímos, já tinha um grupo grande da Igreja dentro desse negócio, mas tinha mais das Ligas Camponesas, e, aí a gente foi eleito. Eu com 18 anos, o Sindicato achou que eu era um menino, a maioria do Sindicato eram mais maduro, o mais novo sócio do Sindicato era eu e, ai, foi aquela confusão toda para que eu fosse ser o secretário, não valorizava o Sindicato uma criança sendo o presidente, era assim a visão que eles tinha e, ai, veio um delegado da CONTAG (Central Nacional dos Trabalhadores na Agricultura) numa reunião nossa para convencer de que a gente tinha que mudar. Eu seria o secretário com muita influência, mas o presidente seria uma pessoa velho para dar respaldo. Aí, eu fui eleito a secretário do Sindicato na reunião dos eleitos e não assumi a presidência, não comandava com a caneta, mas ainda era a grande liderança, então nós participamos de muitas lutas por lá. Naquela época foi criado o Estatuto da Reforma Agrária (Estatuto da Terra), e no Estatuto da Terra dizia que não se podia botar um trabalhador para fora se ele já tivesse bastante tempo morando naquele lugar, por ai o Sindicato e o Estatuto garantia nosso advogado. Já ai era uma briga com o fazendeiro e, então, nós criamos muita briga baseada só num artigo do Estatuto da Terra, mas naquela época os fazendeiro tinha muito ódio de todos os agregados, porque os agregados tinha já um pouco mais de conhecimento (Luíz Vila Nova, 06/12/2021).

Ressaltamos que os sindicatos dos trabalhadores rurais historicamente tem sido um instrumento de resistência frente ao autoritarismo do Estado e das condições de pilhagem da terra. O processo de transformação no campo com o desaparecimento ou a superação da figura do trabalhador morador, aos poucos vai se formando uma massa concentrada nas cidades conforme afirma Velho (2009). Esses trabalhadores acabavam migrando para os grandes centros como São Paulo, para trabalhar nas indústrias, ou para as áreas de fronteiras.

Vila Nova, foi crescendo junto com essas mudanças e comprometido com o projeto da Igreja e dos movimentos dos trabalhadores rurais, conforme ele detalha em nossa entrevista,

Depois eu me casei, era jovem e passei a participar de um outro movimento que não era mais o da JAC porque a JAC era só para jovem, ao ser casado você já participava de um outro movimento chamado ACR- Ação Católica Rural. Um movimento criado dentro da Igreja tinha uma coordenação parecida com a JAC, mas era um movimento de casais. Por exemplo eu para participar da ACR minha mulher tinha que participar comigo e dentro desse movimento de casal a gente criou a Federação dos Trabalhadores na Agricultura no estado do Piauí (FETAPI), e eu fui eleito secretário da Federação e, aí passei a ter uma atuação mais fora, também nos outros município não só em Amarante, criamos o Sindicato em vários municípios do Piauí e eu sempre como uma pessoa bastante idealista, sempre queria estar nos municípios filiando. Articulando, o certo que, quando foi em 1978, eu fui convidado para criar o sindicato de Esperantinópolis Maranhão, eu fui convidado por um padre chamado Jorge. Naquela época dom Helder Câmara já estava em Recife, recém chegado, e criou uma nova forma de formar padres, criou um tema chamado “teologia da enxada” que era para formar os padres que fossem trabalhar no meio rural e 17 padres do Nordeste foram se formar dentro dessa visão, inclusive o lá de Amarante veio, o padre João Moura, que depois de formado voltou pra lá e, aí, eu como uma figura muito ligada à Igreja e ao campo e aos sindicatos, fui colocado como orientador dessa “teoria da enxada”, a cada três meses uma pessoa de cada estado ia lá para Recife durante oito dias debater com esses seminaristas que organizavam o planejamento. Eu era professor, mas eles era que planejavam, esses seminaristas vinham da roça, eles trabalhavam de roça e quando a gente ia para lá, durante quatro horas a gente ia para roça e o restante das horas a gente ia para escola, junto com eles, eles viviam da roça na produção de mamona. Então durante três anos eu convivi com eles (Luíz Vila Nova, 06/12/2021).

Vila Nova se autodenomina um apaixonado pelo trabalho e pela luta popular, separou-se da sua primeira esposa e ficou com a responsabilidade de criar seus cinco filhos, contou com ajuda de sua mãe conforme ele descreve:

E a minha mãe ficou com meus filhos. Aí, eu fui para Esperantinópolis e, com um ano minha mãe me enviou uma carta dizendo: “venha buscar seus filhos”. Eu conversei com o padre Jorge e ele disse que fazia meu casamento e foi aí que entrou Laura, essa querida mulher aqui. O padre disse: “tem uma mulher acolá que eu me atrevo a fazer o casamento”, aí eu disse, mas essa daí eu nem conheço. O padre disse: “olha se você quiser nós vamos na casa do pai dela pedir ela em casamento agora”. Aí nós fomos. Chegando lá estava a família toda e a Laura estava fazendo a comida e mandaram chamar ela, e o velho chegou mais a mãe, já era muito conhecido nesse lugar, trabalhando também dentro da Igreja. Aí o pai dela chamou e contou a história e perguntou: “você quer”? Então ela disse: “não sei não” e depois nós conversamos e eu a convenci e ela aceitou (Luíz Vila Nova, 06/12/2021).

Luíz Vila Nova saiu de Amarante, no Piauí, e se mudou para o município de Esperantinópolis, localizado na região do Médio Mearim, no Maranhão. Lá, ele se casou com sua atual esposa, Dona Laura, que era quebradeira de coco e, também, lavradora. Durante sua estadia em Esperantinópolis, Vila Nova recebeu um recado de sua mãe, o que o levou a retornar a Amarante para buscar os filhos que haviam ficado com ela.

Então nos casamos e viemos para Imperatriz e, aí, chegando lá, a nossa vida era de Igreja mesmo, de religião, de luta. E, aí, comecei fazer discussão na empresa que eu trabalhava e virei logo liderança dos operários e todo dia de domingo nós íamos almoçar na casa de um amigo, era um almoço coletivo e, aí, discutíamos essa visão de classe e de desigualdade. Aí a Igreja de Vila Nova nos congregou e passamos a construir um grupo de casais, nesse tempo o meu

nome era Fiscal, não era Vila Nova, eu com 32 anos de idade e, aí, na Vila Nova a gente começou fazer um grande movimento de casal e, aí, no mês de maio, o mês de Maria, aí, fomos fazer o debate nas ruas do bairro, escolhia uma rua e lá discutia os problemas na mesma visão ver-julgar-agir. E, aí, aparecia os problemas e a gente discutia e fomos fazer o encerramento dia 31 de maio na Igreja Católica e lá Igreja topou de gente e, quando fez o encerramento logo um perguntou: “e agora?” Um dos maiores problemas do nosso bairro era educação, existia somente um colégio particular. Era pago, quem não pagasse não tinha acesso. Aí, nós fomos e planejamos uma passeata até a Prefeitura e, aí, a gente fez logo uma música, porque a gente participava dos movimentos, mas quase todo mundo era analfabeto naquela época, então o relatório dos debates a gente transformava em música que era para os negros assoviar, cantar para que aquela realidade fosse anunciada e não saísse da memória. Aí, a gente fez a música para ir cantando durante a caminhada nos quatro KM para chegar na Prefeitura: “ai meu Deus o que que eu vou fazer para o meu filho aprender a ler/eu ganho pouco mal dá pra comer/meu Deus do céu o que que eu vou fazer o meu filho precisa estudar e no Valdir eu não posso pagar /é vergonhoso num bairro pobre ter colégio particular” [...] (Luíz Vila Nova, 06/12/2021).

Vila Nova, veio para um bairro de Imperatriz que não contava com a assistência das políticas públicas, principalmente da política educacional, naquela época os filhos dos pobres não tinham acesso à educação, era muito difícil, mesmo em uma cidade como Imperatriz. Nesse sentido, Vila Nova que já vinha de uma militância por direitos, fortalece ainda mais essa luta popular através das suas habilidades com a música que anima a luta e ajuda no processo educacional das pessoas.

Aí, nós fomos para a Prefeitura cantando isso, essa foi a primeira manifestação pública existente na Imperatriz. Isso foi em 1979. Quando chegamos à Prefeitura e, aí, as pessoas subia no banco da praça e fazia o discurso e, aí, o Prefeito mandou uma pessoa avisar para criarmos uma comissão de 8 pessoas para falar com ele lá no gabinete e aí nós fomos as 8 pessoas. Cheguei lá e entreguei o relatório da realidade da quantidade de meninos sem estudar, exigindo aula já! Aí, o Prefeito recebeu o relatório e os companheiros ficaram discursando de cima do banco e, aí, saiu um puxa saco da Prefeitura e subiu no banco e, aí, o cara disse: “bando de vagabundo vocês deviam criar era vergonha e ir trabalhar”. E, aí, o povo partiram para cima dele, logo naquela época, a oposição era muito forte e foi com a gente na multidão, e ele entrou na Prefeitura e o povo entrou junto e aí quebraram máquina de escrever, quebraram tudo, e o Prefeito pulou muro com medo do povo. E, aí, nos saímos. Então veio a polícia, ainda era a ditadura naquela época, e me apontaram como cabeça da manifestação e, aí, a polícia me pegou logo e me jogou dentro do camburão, mas a Laura viu rrs (risos), e aí ela correu lá onde estava a turma e disse: “prenderam o Luíz agorinha” e, aí, me trancaram lá na Delegacia e lá vem o povão, mas polícia toda de fúsil na mão fizeram uma esteira mais ou menos uns 100 metros de distância da Delegacia e lá vinha o povo numa rua estreita, os de trás empurrando os da frente até que Dom Marcelino e a irmã Gertrudes e o frei Raviere, que já conhecia nosso trabalho, chegou querendo entrar. Aí, o povo abriu e dom Marcelino falou com o Delegado sobre o problema de me manter preso diante daquela multidão. Aí o delegado abriu a porta e eu saí com o dom Marcelino e, quando cheguei na porta, o povo me pegara e me levantou e o Jornal Progresso da época estava lá e tirou a foto e fui primeira página do jornal e colocou na manchete o meu nome Luíz da Vila Nova. E daí, daquele dia em diante, virei Luíz da Vila Nova e com a continuação Luíz Vila Nova. Depois, o Prefeito mandou o pessoal dele matricular todo mundo e mandou nós alugar um lugar, uma casa ou galpão, alguma coisa que coubesse uma sala de aula e procurar as professoras, organizamos e foi uma grande vitória. E, foi aí, que a coisa começou, eu comecei a ser chamado de Vila Nova (Luíz Vila Nova, 06/12/2021).

Vila Nova tinha uma concepção de religião diferente, pois sua vivência era pautada na ação, na intervenção na situação concreta das pessoas e isso mobilizava os necessitados, até porque o Estado não se materializava nas políticas públicas, pelo contrário era um Estado ditatorial que não considerava a população pobre, e, é aí que a Igreja tenta intervir por meio da conscientização política sobre os direitos das pessoas. Em 1979, o Brasil vivenciava uma ditadura militar e a trajetória política de Vila Nova coincide com esse período no Maranhão,

Eu cheguei em Imperatriz no final da ditadura e aí criaram a anistia, nós tínhamos muita gente presa em outros países e Manoel da Conceição, que era um lavrador daqui de Pindaré Mirim que tinha participado de muitas lutas, Manuel da Conceição estava exilando e com a anistia ele estava voltando para o Brasil e, aí, o seu objetivo era criar um partido político dos trabalhadores, dos exilados. Ainda no exílio fizeram uma reunião e decidiram criar um partido político no Brasil, mas um partido dos trabalhadores, significava dizer que era um partido de classe, porque quando você bota trabalhador significa dizer que tem os que não são trabalhadores, os opressores. Todo mundo que vive de salário é trabalhador, não é só trabalhador rural não e nem só operário não, trabalhador é todo aquele que vive de salário porque no dia que ele for despedido está lascado igual a qualquer outro. Agora aquele que tem uma empresa não é mais trabalhador é empresário. Então, marcou-se a criação do PT em Brasília, a sua fundação, nós em Imperatriz recebemos o material direitinho de como criar as comissões e aí nós já tínhamos criado o PT no município de Imperatriz, criava primeiro nos municípios para depois criar nos estados e depois nacionalmente e aí eu fui o primeiro presidente do PT de Imperatriz. Tinha um bocado de gente, como a Querubina e outros (Luíz Vila Nova, 06/12/2021).

É necessário falar de Manuel da Conceição e de Querubina, duas personalidades marcantes na história da luta pela terra no Maranhão. Manuel da Conceição líder camponês da Pré-Amazonia Maranhense, foi vítima da violência do Estado por defender os direitos dos trabalhadores e trabalhadoras rurais quando estava à frente do Sindicato, teve que deixar o seu país, o Brasil, sendo exilado na Europa. Foi um dos fundadores do Partido dos Trabalhadores (PT) e do CENTRU no Maranhão.

No dia da fundação do PT, Manuel veio de Pernambuco, e eu tinha a maior vontade de conhecer Manuel da Conceição, eu só ouvia fala a sua história, eu conheço desde o começo, ele era muito assediado. Aí fundamos o PT e Manuel foi um dos fundadores e eu assinamos a ata de fundação e aí teve a Fundação da CUT (Central Única dos Trabalhadores) em São Paulo. Aí nós fomos daqui em uma caravana grande e lá eu consegui falar com o Manuel e ele já me conhecia, mas como Fiscal e eu agora já era Vila Nova. Lá ele me convidou para participar do encontro do CENTRU em Recife e, aí, eu fui com a Laura e outros companheiros e na discussão ele propôs que nós criássemos o CENTRU no Maranhão e nessa discussão saiu o projeto da gente tomar as terras do latifundiário e entregar para os trabalhadores. Para muita gente isso era uma loucura, os homens tudo armado aqui. Então, Mané disse: “olha nós precisamos criar um grupo forte para nós tomar essas terras”. E, aí, traçamos criar o projeto de educação e isso é um começo de uma história, sem educação você não consegue levar o trabalhador para lugar nenhum porque quem dirigir o corpo é a cabeça é o que você conhece, o que você conhece, o que você sabe, o seu entusiasmo vem da sua mente, se você não preparar uma mente, uma cabeça, esse cara não será educado pra nada, você tem que criar no indivíduo uma paixão de se envolver e se for preciso morrer você morre, mas se for preciso matar, você mata (Luíz Vila Nova, 06/12/2021).

Luíz Vila Nova desempenhou um papel fundamental na articulação entre a luta camponesa e o Partido dos Trabalhadores (PT). Quando o PT surgiu, sua representação

ideológica era predominantemente voltada para os trabalhadores urbanos e intelectuais. No entanto, houve a necessidade de repensar uma abordagem que incluísse também a luta camponesa, e é nesse contexto que Vila Nova se destacou como representante desse movimento.

A trajetória de Vila Nova é analisada criticamente à luz da teoria de Bourdieu (1996) que entende a trajetória como uma sequência de posições ocupadas sucessivamente por um mesmo agente. Nesse sentido, sua trajetória é marcada pela ocupação de diferentes posições nos espaços de luta, envolvendo relações com outros grupos e atuando como agente eficiente nos diferentes campos.

Em 1983, Vila Nova tornou-se presidente estadual do PT no Maranhão, e os trabalhadores passaram a integrar um tripé de organizações de luta, composto pelo PT, pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais e pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), ligada à Igreja. A CPT tinha uma atuação efetiva na região, desde o estado de Goiás até o Maranhão, e enfrentava os conflitos agrários do Bico do Papagaio. Um marco trágico nesse contexto foi o assassinato do Padre Josimo em 1986, em Imperatriz.

Diante dos conflitos e da necessidade de ocupação das terras públicas ocupadas pelo latifúndio, o Centro de Educação e Organização Popular (CENTRU) passou a discutir um projeto audacioso de formação, e a região do Pindaré foi escolhida como um dos laboratórios desse processo. Essas ações evidenciam a importância da atuação de Vila Nova e de outros agentes sociais na luta pela reforma agrária e na defesa dos direitos dos trabalhadores rurais.

Aí, então nós criamos um projeto e viemos para o meio da mata, fomos morar no meio da mata para educar os trabalhadores da região, para tomar a terra do latifúndio. Primeiro, veio eu e Laura e fomos assistidos por um grupo de cursilhista de Imperatriz que vieram deixar para nós no meio da mata uma cesta básica num caminhão, com comida não perecível, porque caça tinha muito e mandaram brocar e derrubar vinte linha de terra. E, aí, nós viemos, eu e Laura, para plantar essa roça e mais cinco companheiros vinham na colheita apanhar o legume para a gente poder viver no meio da mata. E, aí, eu construí um galpão coberto de cavaco e aí passamos três meses plantando a roça. Tudo era coletivo, o trabalho das mulheres e dos homens, e durante dois anos era escola, nós convidávamos caçadores, tinha muito caçador naquela época e marcava uma gincana lá no meio da mata. Mas, o objetivo não era a gincana, nem a morte da caça, nos estipulávamos um prêmio para quem matasse uma caça maior. Todo final de semana a gente fazia a gincana e levava os caçadores para a Cantareira. E Manoel da Conceição vinha para o debate, era no meio da mata para ninguém saber o que estávamos debatendo, não participava todo mundo, só participava os convidados. Nessa discussão, Manoel, o melhor professor para fazer nascer a consciência política. Depois de dois anos, nós começamos a ocupar as terras com um pequeno grupo. A primeira coisa: resolvemos criar no município o Partido dos Trabalhadores para fazer o agrupamento da luta e chegou a hora de sair da Cantareira, ou seja, da escola e para fora, para o campo [...] (Luíz Vila Nova, 06/12/2021).

A Cantareira constituía-se a materialização na prática de uma utopia, pois era um lugar isolado no meio da mata com o objetivo de preparar as pessoas que estavam excluídas do direito

à terra para reivindicar junto ao governo esse direito. Vale ressaltar que “no Maranhão, tudo piorou após a promulgação da Lei Sarney de Terras de 1969, que autorizava o governo vender as terras devolutas do Estado para grandes grupos econômicos” (NOVA, 2019, p.61).

Então,

[...]aí, o Sarney tinha sido eleito a Presidente da República e ele criou um projeto de reforma agrária, dizendo que ia dividir as terras do latifúndio com os trabalhadores. A gente sabia que isso era conversa furada, mas nós aproveitamos essa cartilha do Sarney para avançar nas ideias que nós já estávamos com ela e aí o CENTRU mandou replicar várias cartilhas e, aí, nós andávamos com as cartilhas do Sarney. E, aí, nós falávamos do Sarney, dizendo olha: “nós vamos dividir as terras do latifúndio”, aquela conversa. mas nós sabíamos que era mentira, mas para reunir o povo. E, aí, Raimundinha veio e nós marcamos quatro grandes reuniões ali no bosque. A primeira reunião foi no dia primeiro de maio, dia do trabalhador, e a gente rodou todos os lugares distribuindo essa cartilha dizendo que o povo precisava comparecer para receber a terra das mãos do Sarney e aí o povo veio tudo e a Raimundinha montou uma banca ali no bosque. Ela era a coordenadora com várias outras pessoas e ia pegando o nome de cada pessoa, de onde era se era casado se era solteiro, quantos filhos tinha, qual a idade do filho mais velho, essa história está no meu livro (Luíz Vila Nova, 06/12/2021).

Esse grupo liderado por Manoel da Conceição e Vila Nova, articulou uma série de estratégias para poder conseguir a adesão popular ao projeto de tomada da terra das mãos do latifúndio e as cartilhas elaborada pelo Sarney foi um instrumento de publicidade para reunir uma multidão de pessoas sem terra.

Nós, começamos a fazer a inscrição do povo para receber a reforma agrária do Sarney e, aí, quando o povo se inscreveu tudo, aí, nós fizemos a primeira reunião, todo mundo trazia o frito, a farofa e a água de beber, era muita gente e depois fazia passeata em Buriticupu. Aí quando foi em novembro ou outubro que era o dia das eleições e eu já era candidato em São Luís a prefeito, fui candidato para levar uma cara diferente para mostrar ao povo o Partido dos Trabalhadores, porque as pessoas achavam que o Partido dos Trabalhadores era só a sigla. Em 1985 eu fui candidato a prefeito, morava no meio da mata aqui, quando veio aí o Vavik que era reitor da Universidade, veio com o Oliveira que era um estudante da Universidade e o Cintra que hoje é advogado, eles vieram me fazer uma visita e conhecer o projeto e, aí, me convidaram para dá palestra na Universidade sobre a luta e eu disse para o Oliveira: “rapaz e eu vou dizer o que?” E aí o Vavik disse: “você só vai contar sua vivência e a forma como você vê as coisas” e eu fui e, quando eu cheguei lá na Universidade, o tanto de gente, quando eu terminava de falar que batia palma e faziam pergunta e criou um grande movimento que o Partido resolveu me lançar candidato a prefeito e eu tive mais de 5 mil voto só na Universidade Federal do Maranhão (Luíz Vila Nova, 06/12/2021).

Naquela época, havia uma hegemonia do grupo do Sarney na política do Maranhão e o PT estava nascendo e, portanto, era necessário montar palanque para divulgar as ideias do partido que era visto com muita desconfiança pela maioria da população que era levada pela disseminação do medo do comunismo espalhada pela direita conservadora. Dessa forma, a candidatura de Vila Nova era uma estratégia para divulgar, também a necessidade da reforma agrária no Maranhão que era urgente para os trabalhadores.

Aí nós distribuímos o panfleto do Sarney e a primeira fazenda que foi ocupada foi a fazenda Capoeira, do Governador de Santa Catarina. Tinha muitos homens armados, certo que mataram dois companheiros nossos. E, aí, eu estava em São Luís contando os votos quando chegou a notícia que tinha dois companheiros mortos no caminho da

Capoema. Quando eu falei para os estudantes e os professores, a professora Ieda Batista organizou logo uma caravana em um carro e nós fomos até a Capoema. Quando chegamos, os corpos na terra já apodrecendo, porque a polícia não tinha coragem de entrar porque era uma guerra, o certo é que enterramos lá mesmo, cavamos as covas e enterramos e, logo que chegamos aqui se marcou a ocupação da Capoema, onde mil e tantas famílias tomaram todas as terras da Capoema [...] (Luíz Vila Nova, 06/12/2021).

Todas essas fazendas tinham sido vendidas pelo governo para políticos de outros estados ou empresas, portanto, como podemos observar, a Capoema era do Governador de Santa Catarina que este não ficava na fazenda, mas mantinha vários pistoleiros fazendo a segurança, e, assim, com ordem para matar quem tentasse entrar ou ocupar a mesma. Capoema é muito próxima de Buriticupu, mas está dentro do território de Bom Jesus das Selvas e atualmente é um dos maiores assentamento desse município.

[...] inclusive a Celina, foi aí, onde ela se encontrou porque ela não participou da escola e nem o Raimundo França, porque a Igreja católica de Santa Luzia não aceitava as minhas ideias, as ideias do PT na religião e, aí, quando o padre Ivo soube e me convidou para dar uma palestra em um encontro em Santa Luzia sobre reforma agrária e, aí, eu fui para a palestra e era das 9 às 10 horas. E, aí, chegando lá que eu comecei falar e, aí, o pessoal perguntando e, aí, falei até o meio-dia e continuou a tarde. E, aí, daquele dia em diante, o padre Ivo liberou as Comunidades Eclesiais de Base para participar da luta inclusive do PT. Aí esse mundo aqui mudou e das 35 fazendas o povo ocupou e aí morreu 54 pessoas. Eu ajudei enterrar um bocado, morreram 28 do lado do latifúndio e 26 trabalhadores do nosso lado (Luíz Vila Nova, 06/12/2021).

Maria Celina, Raimundo França e Padre José Ivo foram agentes sociais que contribuíram com a luta pela Terra em Buriticupu Celina era muito engajada nas Comunidades Eclesiais de Bases e ajudou na educação popular sobre a importância de combater o latifúndio juntamente com padre José Ivo que fornecia um suporte para os militantes, através da Igreja Católica, como é o caso de Vila Nova que foi ameaçado de morte pelos pistoleiros da região. De acordo com a narrativa de Vila Nova, era muito perigoso enfrentar o latifúndio, pois estes tinham o domínio das instituições e muitos trabalhadores foram assassinados e nunca houve reparação e nem fora feita justiça.

[...] o enterro que mais me emocionou foi o do Juvenal, quando nós chegamos lá tinha um jumento com a cangaia. Ele foi morto pelo delegado de polícia de Buriticupu Sargento Silveira e o caso nunca foi nem investigado, a mando do Fábio Borge, que era um grande aliado da Colônia, comprou as terras da Colônia. O Juvenal já era um colono assentado e o Fabio Jorge comprou a terra na mão do INCRA ou ITERMA. Quando ele chegou, passou a cerca no fundo das casas dos Colonos e, aí, a turma se juntaram e vieram para nós resolver. Aí, fomos no INCRA e descobrimos que quem tinha vendido a terra para o Fábio Borge tinha sido o próprio INCRA. E, aí, ele, aliado com o sargento Silveira, matou o Juvenal. Isso me revoltou demais e os companheiros da luta. Aqui foi uma guerra que o jornal naquela época já falou de guerra. Manuel estava presente em todas as lutas, mas não aparecia, ele não fazia discurso público, eu era o seu porta voz. Figura central da luta de Buriticupu foi Manuel da Conceição (Luíz Vila Nova, 06/12/2021).

Vila Nova define o INCRA como traidor, sua atuação causou a morte do “camponês” Juvenal, essa instituição vendeu uma área que estava habitada sem avisar aos lavradores que só ficaram sabendo quando o fazendeiro veio cercar as terras e incluindo três lotes já ocupados por

algumas famílias. Então os trabalhadores foram à luta, formaram comissão, e em busca de justiça estiveram no INCRA reivindicando seus direitos, mas a injustiça aconteceu e o assassinato de Juvenal foi realizado por um agente do Estado e sob a omissão do mesmo.

Vila Nova e Manuel da Conceição possuem identidade de classe e cumpriram o papel de mediar a luta camponesa pela conquista da terra, frente ao Estado e ao poder privado. Dessa forma, “a construção da identidade é, pois, um fenômeno que se produz em referência aos outros e aos critérios de aceitabilidade, de admissibilidade, de credibilidade e que se dá por meio da negociação direta com os outros” (ARAUJO, 2010, p. 59).

Demarcamos que a luta pela terra em Buriticupu se deu pelas contradições do projeto de colonização da COMARCO, que colocou os lavradores em situação de miséria, as margens das terras produtivas que estava nas mãos de consórcios empresariais e que precisou da coragem e da organização de homens e mulheres sob a liderança de Vila Nova que destaca,

Olha quando a gente estava no auge desse movimento da conquista da terra a colônia já tinha falido, colônia falida significa, porque antes tinha administração e nesse período não tinha mais nenhuma assistência, tinham roubado o dinheiro todo e cresceu muito o movimento da tomada da terra através dos colonos, filhos dos colonos que morava na região, a parte mais forte da luta da terra já foi incorporada pelos filhos dos colonos e os colonos pai deram apoio. A colônia tinha o objetivo de liderar os trabalhadores, o cara tinha uma dependência porque antes ela dava uma boiazinha para o cara ficar comendo, mas ele não podia fazer uma roça grande, porque era só cinco alqueire de terra para cada família, 25 hectares, e as roças aqui era muito grande, então a terra de cada colono se acabou ligeirinho porque cinco alqueire de terra não dá nada, agora para os fazendeiros foi muita terra e aí a família dos colonos cresceram e os filhos crescidos não tinham mais para onde, então quando veio a discussão da reforma agrária aí os colonos se entusiasmaram e se inscreveram para receber a terra e aí veio as reuniões, os debates, nós fizemos quatro manifestações públicas durante o ano para receber a terra do Sarney, mandamos o projeto para lá, quantas pessoas tinha fazenda que nós queria que fosse desapropriada e demos até o final do ano para o Sarney desapropriar essas fazendas e dar as terras para os trabalhadores conforme o programa de reforma agrária do próprio Sarney, mas a gente sabia que o Sarney não iria fazer isso, mas enviamos para lá, e se no dia 25 de dezembro o Sarney não desse como presente de natal para os trabalhadores as desapropriações das terras que nós mandamos aí a gente ia invadir. (Luíz Vila Nova, 12/2021)

Era evidente, que o Sarney não tinha a menor intenção fazer a reforma agrária, essa foi uma estratégia para atrair os trabalhadores e assim, conscientizá-los sobre a importância da luta pela terra,

Nesse ano fizemos quatro grandes reuniões que lotou com muita gente e quando nos marcamos a quarta mataram um homem e uma mulher numa fazenda, não mataram mais, porque os outros correram aí nós não esperamos mais pela reforma agrária do Sarney, e aí invadiram totalmente todas as fazendas da região, que incluiu Capoeira, Verona...aí o (CENTRU) mobilizou uns caminhão para carregar o povo pra lá, chegando lá negro entrou logo cortando as terras dividindo e fazendo os povoados então o povo da colônia entrou nessa hora nas reuniões que se antecedia ao dia 25 de dezembro. Na reunião do dia de Nossa Senhora Aparecida nós combinamos, Zé do Mamede era grande liderança, falava forte, bravo, que se desse dia 25 de dezembro e o Sarney não desapropriar essas fazendas? Então o Zé de Mamede ficou para fazer o discurso e na reunião um cara fez a pergunta aí como combinado o Zé de Mamede falou no discurso “nós invade! Nós invadimos!”. (Luíz Vila Nova, 12/2021)

Vila Nova tem a consciência, pelo seu processo de formação política, que a necessidade é o motor principal que movimenta as pessoas e, após a falência do “Projeto da Colônia”, o que restou em Buriticupu foi o descaso e a truculência policial que estavam a serviço dos grileiros de terras. De um lado, o povo morrendo de fome e, do outro lado do arame, muitas terras com florestas e terras férteis. No entanto as fazendas que existiam nessa região eram diferentes do conceito convencional, pois

As fazendas eram assim, eles faziam de 80 a 100 metro perto da BR para capim e gado e o resto todo era madeira e todas elas tinham uma serraria à motor a diesel e eles traziam muita gente do sul do país e de todo lugar e, aí, serrava a madeira e beneficiava e vendia toda essa madeira para o sul do país e colocava vigia para não deixar ninguém entrar, mas todas as fazendas, o grande rendimento era madeira. Eles não tinham gado, o gado era apenas o montante que cabia nessa faixa de capim, não produziam nada (Luíz Vila Nova, 06/12/2021).

Como compreender a dinâmica desse processo? como esses fazendeiros adquiriram essas terras?

Colonização significava que o governo ia trazer para o centro dessa região dez mil famílias, mas venderam todas as terras dessa região para os fazendeiros e deram um lote de 25 hectares para cada família, fizeram um recenciamento para poder classificar a família que ia ganhar o lote de terra, então as perguntas era o seguinte: se o cara era religioso e se era praticante, esses tinham prioridade. A segunda prioridade era quem tivesse muito filho, por que isso? Porque colocaram 35 grandes latifundiários em roda dessa colonização e a propagada que era feita para o latifundiário era que na região tinha muita mão de obra para desenvolver as fazendas e, aí, os fazendeiros criavam ambição para comprar as terras. E, aí, o Sarney criou uma Lei de Terras que autorizava a vendas dessas terras, logo que ele saiu do governo colocou em prática a colonização e, aí, em vez de 10 mil famílias, trouxeram apenas 1.050 famílias, mas como a região não tinha água, não tinha nada, colocaram o pessoal na região mais seca de Buriticupu. E, aí, o povo começou voltar para os seus lugares de origem e abandonar as terras. E, aí de 1050 família que tinha vindo, quando nós começamos a luta pela terra tinha pouco mais de 500 famílias, na Colônia só tinha duas coisas: Igreja e muito campo de futebol, em todos os povoados tinha um, porque eles sabiam que as pessoas precisam ter muita fé para aguentar e não abandonar a Colônia e jogar bola distrair-se e não ver as desgraças. A Colônia foi formada assim e o pessoal que as terras acabaram estavam doidos para adquirir a terra para os filhos e parentes e entraram na luta. E dentro desse movimento surgiram novas liderança como Raimundo França, o Pacheco, a Preta e outros (Luíz Vila Nova, 06/12/2021).

Vila Nova destaca os elementos com muito detalhe, pois acompanhou de perto todos os conflitos até a conquista da terra, esse foi o primeiro passo, pois ainda faltava as políticas de apoio à produção que durante muito tempo este foi o elemento ausente, o que favoreceu às práticas de desmatamento intensivo de toda vegetação nativa da região, apesar de que esse processo já vinha ocorrendo com as fazendas que foram ocupadas. Portanto,

[...] nas ocupações das terras os donos de serraria correram tudo e deixaram tudo e, aí, foi que apareceu os madeireiros e se juntaram aos posseiros e reforçavam a luta e ficaram negociando a madeira, vendendo os motores. O nosso problema era só a terra e a gente não queriam terra que tivesse capim, queríamos plantar arroz e a maioria do pessoal tirou os lotes na mata e então os madeireiros começaram a dizer “eu faço a estrada lá para teu lote e tu me dá a madeira de lá. E, aí, os madeireiros começaram a enriquecer e chegou madeireiro de todo lado e dá dinheiro para posseiro e, aí, a coisa começou a destoar porque na verdade virou um grande negócio para ganhar dinheiro, o cara pegava a madeira dele cedia para as serrarias, recebia o dinheiro que ele

pagavam baratinho e o cara abriam estradas dentro das terras dos posseiros e usava aquela estrada para botar a roça então muita produção de abóbora, de milho, de arroz nessa época. A produção veio acabar quando acabaram com todas as terras próprias através das queimadas, da retirada da madeira e depois que virou capim (Luíz Vila Nova, 06/12/2021).

Vale ressaltar que, ganhar a terra não é suficiente, pois o trabalhador não possui o poder econômico para garantir toda estrutura necessária no processo de produção. Nesse sentido a conquista ficou pela metade, pois o Estado não garantiu as políticas públicas para o campo e os aproveitadores apropriaram-se dessas fragilidades. No entanto, é necessário observar que essa dinâmica oportunizou ao trabalhador a sua soberania no processo de produção, diferente do que ocorreu no “Projeto de Colonização”.

Todos esses trabalhadores melhoraram de vida, para chegar aí, a gente sofreu demais, muitos atentados. Eu mesmo sofri três atentados a bala, um cara atirando assim, a valência é que eu tinha ganho um colete a prova de bala e até hoje não posso dizer quem me deu esse colete, e quando era no outro dia eu mostrava as balas e o povo pensava que eu tinha aparado as balas com a mão e tinha o corpo fechado. Buriticupu virou garimpo de madeira com muita riqueza e todo mundo queria vir para cá, Buriticupu era um povoado que se transformou na maior cidade emancipada do Maranhão e o trabalhador achou muito bom isso. A riqueza da região era a madeira e os trabalhadores não estavam preparados para administrar essa madeira não. Eles queriam produzir era arroz, mandioca, feijão, abóbora e para isso precisava estrada e nesse objetivo os madeireiros se transformaram em aliados dos posseiros. É tanto que na ocupação da Cikel os madeireiros sustentaram até com a munição, então houve um casamento com esses posseiros que não eram tão politizados, pois nós formamos aqui mais ou menos uns dezoito e nós terminamos as ocupações com mais 5 mil famílias. Então, é claro que essa educação não alcançou a todos e esses dezoitos a luta era pela terra, essa luta ideológica e socialista precisava de um espaço maior para ela poder incorporar, mas com a guerra por terra e a desapropriações nós fizemos muitas caminhadas para o INCRA, para tudo quanto era lugar e era os próprios trabalhadores que mantinha a luta. Não vinha dinheiro de lugar nenhum. (Luíz Vila Nova, 06/12/2021).

Depois do processo de luta e conquista das terras, os trabalhadores resolveram participar do processo político, escolhendo Vila Nova como seu representante, então ele foi candidato a deputado estadual do Maranhão em 1990, era o deputado do chapéu pelo seu costume de sempre usar seu chapéu de palha e suas roupas simples Vila Nova é uma figura muito respeitada, tanto no mundo acadêmico, como político, pela sua atuação como sujeito que representava uma luta coletiva.

Dessa maneira,

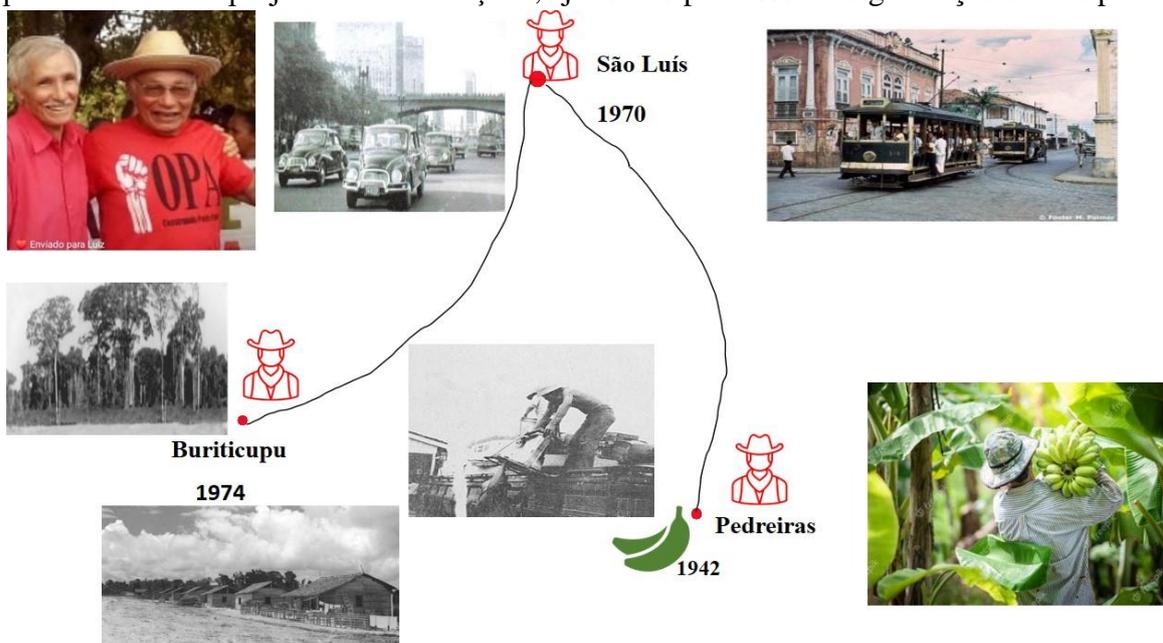
A nossa orientação era que precisava de um partido político para dirigir a luta, o papel do PT era fazer a política de classe, mostrar que tinha lado de lá e lado de cá. Então, Mané da Conceição achava que os trabalhadores tinham que votar em trabalhador e eleger um trabalhador dentro de um país era uma grande revolução. Eu tive muitos aliados, a juventude abraçava meu mandato, as universidades, pois tinha aquele marxismo, leninismo. Eu fui candidato para que os trabalhadores tivessem opção. As pessoas chegavam no meu gabinete e dizia “tu lembra lá daquele colégio na minha comunidade, Vila Nova aquele colégio está precisando de uma reforma, de uma merenda”. Então, eu era oposição e não era aliado do Governo, aí, eu dizia rapaz junta a comunidade que eu vou lá, discutir esse problema ai eu chegava lá estava toda comunidade reunida dentro do colégio e o problema era governamental. O mundo não muda se não mudar a maneira de pensar que o brasileiro tem do capitalismo, o povo

tem que construir uma sociedade com outros valores que não seja o dinheiro, que não seja o capital, já dizia Manoel da Conceição. Ele não consegue falar mais e eu, enquanto estiver vivo, repito as palavras dele (Luíz Vila Nova, 06/12/2021).

A trajetória de Vila Nova está relacionada com a dinâmica do espaço social e político do Maranhão, o seu posicionamento remete às suas inserções nos movimentos libertários religioso, sindical e político, além da necessidade de se posicionar diante da vida, sendo o dono do seu próprio trajeto.

2.3 A Trajetória de Raimundo França Cruz

Entre as trajetórias que constrói essa pesquisa destacamos, também, a entrevista com seu Raimundo França, lavrador que foi trazido como “colono” para Buriticupu, na década de 70, veio com a sua família para Buriticupu e se constituiu em uma liderança diante de toda precariedade do “projeto de colonização”, ajudou no processo de organização da luta pela terra



em Buriticupu, inclusive foi vereador por três mandatos e por conseguinte muito atuante na defesa dos direitos humanos dos trabalhadores rurais. Essas narrativas é a expressão da situação sobre os conflitos e das contradições das políticas institucionalizadas no processo de colonização de Buriticupu.

Conforme Almeida (2008), a colonização é um ato oficial do Estado que transforma o "posseiro" e outros grupos em "colonos", com o intuito de promover o povoamento da Amazônia por meio de loteamentos de terras de forma parcelar. Nesse sentido, o termo "colono" é uma invenção do Estado, que coloca os agentes sob a intervenção de políticas autoritárias de desenvolvimento.

Conforme o depoimento de seu Raimundo França Cruz, "colono" que chegou em Buriticupu em 1974 com sua família, a propaganda sobre o projeto de colonização da COMARCO era veiculada em todos os meios de comunicação. Dessa maneira, ele expõe:

[...] fui para praça e ai surgiu a propaganda da colonização de Buriticupu em 73 que foi quando os primeiros colonos vieram para cá, cerca de cem famílias que formaram ali, onde é hoje o povoado (*bairro*) da Caeminha, e quando eu tomei conhecimento do programa ai eu ouvia todo dia, porque era muito, vamos dizer, tinha uma propaganda muito grande em São Luís nos meios de comunicação, na **TV Difusora**, na **Rádio Educadora**, e ainda tinha mais um rapaz que morava na minha rua e ele acabou trabalhando comigo dirigindo um carro que eu tinha, e ele veio para cá, para colonização e era motorista da primeira ambulância que servia ao postinho do João Coama (*Posto de Saúde da Universidade Federal do Maranhão-UFMA*) [...] (Raimundo França Cruz, 25/06/2021).

Os conflitos sociais fazem parte do processo de formação de Buriticupu enquanto município, que foi idealizado por uma política de exploração e subordinação dos trabalhadores. É um município que possui muitos estigmas devido à sua história de violência e à forma como sua estrutura social foi se desenvolvendo, com pessoas vindas de diferentes regiões, cada uma com interesses particulares. Diante das dificuldades, surgiram relações, em alguns casos antagônicas, mas em outros de cooperação.

Nesse contexto, onde os estigmas estão presentes em nossas relações com os outros, como nativo do povoado de Buriticupu, coloquei-me à disposição para discorrer sobre a história social desses conflitos, buscando compreender como eles foram construídos ao longo do tempo, as mudanças em relação às políticas institucionais e em que medida cada agente social vivencia tais conflitos de forma específica.

Na análise da entrevista com o senhor Raimundo França, é possível relacionar as causas que o atraíram para o Vale do Pindaré. Raimundo França, um "camponês" natural do município de Pedreiras, situado na região dos cocais, no Vale do Mearim, estava envolvido na produção e comercialização de bananas com sua família, conforme ele relata: *"Minha terra natal é Pedreiras, uma região que produziu muita banana, e toda a minha família era composta por produtores de bananas. Meu pai teve coragem de vendê-las diretamente para os consumidores."* Isso levou Raimundo França, após seu casamento, a se deslocar para São Luís com o objetivo de intermediar a comercialização das bananas.

Marlucia eu estava em São Luís no Bairro do Anil eu estava lá há seis anos, porque minha terra natal é Pedreiras, era uma região que produziu muita banana e toda a minha família eram produtores de bananas e papai teve, assim coragem de vender direto para o consumidor. É eu, me casei e fui para lá (Raimundo França Cruz, 25/06/2021).

Com a decadência no processo de comercialização das bananas, Raimundo França foi trabalhar como taxista em São Luís:

[...] antes dos seis anos que eu estava lá, nossa banana perdeu o valor, nossa banana era essa banana casca-verde começou aparecer essa banana prata e, aí, ninguém quis

mais comprar nossa produção. E eu fiquei por lá tentando. Fui para a praça, ainda trabalhei dois anos na praça e mudei minha estrutura. Vendi um carro que eu tinha que lutava com as bananas e comprei um táxi, fui para praça e aí surgiu a propaganda da colonização de Buriticupu em 1973. [...] (Raimundo França Cruz, 25/06/2021).

Em 1973, começou a chegar em Buriticupu os primeiros “colonos”, segundo Aguiar (2002, p. 30) “muitos vinham de ônibus; outros, porém, tinham que enfrentar o desconforto do caminhão pau-de-arara.” A primeira leva de “colonos” a chegar em Buriticupu vinha do município de Imperatriz.

Segundo o relato de Raimundo França, além das necessidades financeiras, outro motivo que o fez embarcar na propaganda da colonização foi o fato de que seus conhecimentos vinham da experiência na agricultura junto com a sua família em Pedreiras, e essa era uma possibilidade de voltar a produzir em uma terra que poderia ser de sua família. E através de,

[...] um rapaz que eu nunca soube o nome dele, só conhecia ele por Gaivotá. Quando ele ia visitar o pai dele, que ele era solteiro, que ele ia visitar o pai dele que morava na mesma rua que eu morava, ele dizia: “seu Raimundo o senhor tá satisfeito com sua vida aqui, já que o senhor é um homem da roça e veio pra cá e agora tá na praça?” Eu disse: “estou não,” e ele disse: “vá pra Buriticupu” (Raimundo França Cruz, 25/06/2021).

Com toda essa propaganda e na esperança de conseguir uma terra, seu Raimundo resolveu ir conhecer a área da Colônia. No seu relato é possível imaginar as dificuldades enfrentadas para chegar até ao local, onde o projeto era desenvolvido,

Aí, eu tomei a ideia de vim para Buriticupu, aí quando foi em 74 no mês de julho eu disse: “eu vou olhar Buriticupu”, aí me juntei mais meu pai que também estava comigo em São Luís. Nós pegamos o ônibus, quando chegamos aí em Santa Inês, aí disseram: “vocês vão para Buriticupu? Vocês não vão chegar lá”, o inverno tinha sido muito pesado e as pontes era umas pontes velhas de taboa, tinham danificado as pontes, não tinha estrada. Disse: “vocês querem ir, vocês pegam estrada aqui, pega a 316, pega a 010 numa cidade que esqueci o nome, chega em Açailândia e vem” e nós toquemos, fizemos essa volta todinha (Raimundo França Cruz, 25/06/2021).

Apesar de toda essa saga, seu Raimundo teve que voltar para São Luís e só retornou em agosto:

Quando foi no mês de agosto, aí eu vim. Aí eles já tinham feito as pontes, quando eu cheguei aqui no Buriticupu era tão pequeno o povoado. Ai, eu entrei no ônibus, ele entrou nessas estradas velhas de chão que o asfalto estava para cá da floresta e o resto era estrada de chão, eu disse para o motorista: “rapaz eu vou ficar na sede da COMARCO,” que era a instituição que o governo criou para fazer a colonização, e nós passamos aqui umas horas da madrugada. O motorista se esqueceu de deixar nós, por que não via, era só centos e poucas casas lá, onde é a Caeminha, fica bem longe da BR, né? Para ver... nesse tempo era estrada de chão, mas o Gaivotá tinha me dito “seu Raimundo, lá num povoado que surgiu agora essa colonização, tá crescendo, fica perto de um rio”, quando o ônibus começa passar por cima da ponte velha de tábuas lá embaixo, né? era madrugada. Eu vou e encosto nele e digo: “rapaz nós não passamos dessa COMARCO ainda não?” Ele disse: “poxa senhor! nós passamos!” aí eu digo: “pois pare aqui!” ele travessou o rio, parou. Eu andava mais papai, pulemos no chão e voltamos (Raimundo França Cruz, 25/06/2021).

Segundo seu Raimundo França não conhecia ninguém, além do Gaivotá, o amigo que havia lhe informado sobre o projeto, mas a suposta grandeza do projeto valia à pena qualquer

sacrifício. Conforme já detalhamos acima uma das promessas do projeto era garantir a formação para os filhos dos “colonos” e nesse sentido,

O projeto estava abrindo nesse ano (1974) 12 povoados. Ele tinha aberto no primeiro ano o Buriticupu (*sede*). Ali, nós só chamávamos de “primeiro” porque era primeiro núcleo administrativo e o projeto dizia que aqui a cada dez povoados existia um povoado que era o núcleo administrativo, onde esse núcleo administrativo ia ter as condições de um filho de um trabalhador que quisesse cursar uma profissão que ia ter na região e tal. Um estímulo que qualquer pessoa quando lia o projeto imaginava assim: “bom eu vou para uma área de mata, mas vai ter algumas condições para os filhos da gente aprender, e não ficar só na roça”. A propaganda era muito grande nesse sentido [...]. Aí, quando eu voltei, cheguei e disse para mulher: “minha velha vamos para Buriticupu!” (Raimundo França Cruz, 25/06/2021).

Esse mesmo entusiasmo estava presente na minha família quando eles se deslocaram para a região de Buriticupu, buscando melhorar suas vidas e acreditando na possibilidade de encontrar terras livres para cultivar, sem a necessidade de pagar renda ou foro. Isso se deve ao fato de que o próprio "Projeto de Colonização" vendeu uma imagem de Buriticupu como um local com terras abundantes e oferta de serviços para garantir uma boa qualidade de vida às pessoas. Nessa perspectiva, buscava-se estabelecer uma "fronteira" para a produção.

[...] é necessário, além de outros fatores, que seja fabricada e difundida uma “ideologia da fronteira”, oferecendo aos migrantes potenciais um conjunto de informações e juízos sobre aquela área que se apresenta como uma alternativa às suas condições presentes (OLIVEIRA, 2016, p. 128).

Diante dessa análise, vale enfatizar como o "Projeto Pioneiro de Colonização" do estado do Maranhão, coordenado pela COMARCO, violou os direitos dos trabalhadores. Esse processo resultou em divisões e conflitos, gerando uma luta pelo acesso à terra.

Raimundo França Cruz, casado e pai de oito filhos, havia sido criado no trabalho agrícola e agora tinha a perspectiva de possuir sua própria terra, o que reacendia sua esperança de poder criar seus filhos com mais independência, assim como seu pai o criou. Quando tudo isso ocorreu,

Eu era casado e ela estava para dar à luz ao oitavo filho. Nós tínhamos sete filhas, nasceu primeiro a mais velha e para tu ter uma ideia essas sete filhas a mais velha tinha oito anos só, e ela (a esposa) estava grávida. É tanto que, nesse processo, enquanto eu estava ajeitando para vim, ela deu à luz e fez o oitavo filho que é Raimundinho. Raimundinho nasceu no dia 12 de junho e, aí, eu, quando voltei, que ela combinou: “nós vamos”. O pessoal dizia assim, os vizinhos “seu Raimundo, pelo amor de Deus seu Raimundo você vai para uma mata que o senhor não conhece com o horror de menino pequeno desse, os seus filhos estão estudando aqui no terreiro de casa”. Mas o cara criado na roça com a vocação de um dia poder ser um agricultor, ter um pedaço de terra, viver independente (Raimundo França Cruz, 25/06/2021).

Toda a expectativa de ter terra novamente para trabalhar na agricultura, trazer o restante da família e alcançar a independência foi o impulso para aderir ao “projeto de colonização”. Além disso, havia o desejo de ensinar aos filhos o que ele próprio havia aprendido com seus pais, buscando assim garantir a dignidade da família.

Nesse sentido,

[...]ela (esposa) disse para mim: “ô meu velho, aonde você for eu entro junto”. Nós todos, dois novos com trinta e poucos anos naquele tempo, eu sou mais velho do que ela só um ano. Aí eu fui à sede da Companhia que ficava ali na rua 13 de maio pertinho da Igreja São João. Quando eu cheguei lá na sede que eu disse que era uma pessoa do campo, estava em São Luís há seis anos, tinha me criado no campo trabalhando com lavoura, eles me levaram e me apresentam para o superintendente. Disseram: “o senhor é de Pedreira, produtor de banana lá?” Pedreiras tinha fama de cidade que exportava para São Luís, para Teresina, até para Fortaleza foi banana de Pedreiras. Ele disse: “olha um camarada que nem você indo para Buriticupu, você chega lá se você se agradar, você tem direito é de escolher uma área para você produzir banana que nós precisamos de gente com essa sua expertise que é uma região...”. Aí, fez uma propaganda doida. Ai, ele disse logo o que era para eu fazer: “olha, você traga seus filhos”. Perguntou quantos eu tinha? “Traga num posto de saúde para vacinar tudo contra febre amarela, contra um bocado de coisa”. Eu peguei esses meninos e fui a um posto e na danação de vim para Buriticupu eu comecei a caçar negócio para coisas que eu tinha. Comecei a caçar negócio e as pessoas foram se aproveitando daquela minha doidice. Para você ter uma ideia, eu tinha comprado um carro quando eu saí do negócio das bananas. Eu vendi o carro que eu tinha que era uma rural e eu comprei um fusca. Esse carro estava seminovo, quem acabou de pagar foi eu, um fuscão, eu estava com tanta vontade de vim me bora que eu tinha esse carro com placa, com taxímetro, tudo isso era muito difícil e eu acho que ainda hoje é. Tinha custado naquela época 16 mil reais e eu dei por 11. E tem uma coisa, o cara fechou negócio por 11 e quando foi na hora de me pagar não tinha dinheiro que desse os 11, só me deu nove, ainda ficou um cheque, quando foi para pagar deu trabalho, eu estava doido para vim para cá. (Raimundo França Cruz, 25/06/2021)

Quem vinha para a COMARCO tinha, obrigatoriamente que se inscrever e passar por uma série de entrevistas para ser aceito no projeto de colonização e, dessa maneira,

[...] me inscrevi, outras pessoas se inscreveram. Aí, eles marcaram, “olha no dia 23 de outubro o senhor venha para cá, para sede da COMARCO, porque aqui o senhor vai se juntar com outro grupo de pessoas que vai pra Buriticupu que vão junto daqui e vocês vão botar as coisas de vocês em cima de um carro no dia 23, para no dia 24 você botar a sua família num carro indo para praça Deodoro para embarcarmos nos ônibus que vai levar vocês e as coisas de vocês”. Quando foi no dia 23 de outubro de 74, eu desci para lá e ai chegou um monte de gente e foi se conhecendo ai, “eu vou para Buriticupu, era gente ali de vários lugares”, “eu também vou”, nós era 18 pais de família e passamos o dia botando coisa em cima dos carros, ia para casa de um, num bairro e arrumava lá, começamos a ser amigo, nunca tinha se visto, mas nós vinha tudo junto, quando foi de tarde nós estava com dois caminhão carregados. Aí disse: “amanhã todo mundo sete hora da manhã na praça Deodoro”, quando foi de manhã, “isso era uma tristeza dos meninos”, os que não sabiam de nada ficava alegre, os que já estava mais espertinho via os comentários dos vizinhos e chorava, “eu vou embora daqui”. Ai quando foi de manhã, nós chegamos na praça Deodoro. Estava lá os ônibus, os caminhões com a nossas coisas em cima, as famílias tinham vindo tudo ali, porque naquele dia a gente só tinha conhecido os homens. Aí uma assistente social chamava o nome do pai, da mãe, todo mundo já tinha dado o nome lá, vinha chamando todo mundo, “seu fulano, dona sicrana”, tinha casal que era sozinho, tinha casal que tinha um filho, quem tinha gente para danar mesmo foi eu, é tanto que dois ônibus trouxe 18 famílias. Aí tocamos de lá para cá, quando chegamos em Santa Inês; por volta de 11 horas. Aí, eles pararam, deram almoço para todo mundo, a gente achava que a gente estava nas mãos de gente que ia tratar da gente com todo carinho, até ali[...] (Raimundo França Cruz, 25/06/2021).

A narrativa de Raimundo França é legitimada pela sua representatividade enquanto "camponês" que vivenciou o processo de colonização. Sua trajetória pode ser interpretada como um arquivo vivo, uma memória da luta dos trabalhadores.

[...] “a noção de “preservação” aqui passa pelas experiências concretas desenvolvidas pelos “povos tradicionais”, formal ou informalmente, numa expressão escrita ou

ágrafa, em situações de conflito social ou não. Eles desenvolvem seus “archivos” desde o presente, dando uma existência física à história (ALMEIDA, 2008, p. 187).

Na compreensão de Luiz Vila Nova, que tinha uma perspectiva do processo a partir de sua atuação como militante formado pela teologia da libertação por meio das CEBs e pelo CENTRU, a "colonização significava que o governo ia trazer para o centro dessa região dez mil famílias, mas venderam todas as terras dessa região para os fazendeiros e deram um lote de 25 hectares para cada família".

Além dos trabalhadores camponeses, a COMARCO também atraiu para a região de Buriticupu, conforme Almeida e Mourão (2017, p. 84), "grupos empresariais de situação financeira considerada sólida e com experiência em implantação de projetos agropecuários, proporcionando a ocupação racional das terras devolutas". Esse processo ocorreu por meio de propagandas e anúncios sobre a oferta de terras.

[...] jornais de Pernambuco havia anúncios das terras baratíssimas do Maranhão. Quem vendesse um hectare no Sul ou em Pernambuco poderia comprar 200 na área da COMARCO. Quem vendesse um hectare em São Paulo, compraria mil em Santa Luzia. [...] Com tanta facilidade, bem depressa, centena de empresas entraram com requerimento de compra das terras e começaram a adquirir grandes extensões de 20, 25 mil hectares. Grupos mais poderosos organizavam três ou quatro empresas, conseguindo, então, 40, 50, 80 mil hectares (ASSELIN, 2009, p.178).

É válido demarcar que,

Quando nós chegamos no Segundo Núcleo, aí os ônibus pararam, os caminhões chegaram no segundo núcleo, vinha na nossa frente eles já dissera para onde nós íamos. Levaram para a Quinta Vicinal, quando nós chegamos perto da Quinta, nós já avistamos os caminhões que vinha voltando. Eles chegaram lá jogaram nossas coisas no chão, para botar em cima foi nós que botamos, para jogar no chão foi eles, quando nós chegamos lá nossas coisas estava lá no chão, coisa quebrada, perna de mesa, não tinha mais nada que prestasse. Aí, a gente já começou a ver a falta de consideração com a gente, aí a assistente social desceu com a gente, quando chegamos na Quinta. A Quinta vicinal se tornou um acampamento muito grande, porque ficou na Quinta as pessoas que ia ficar lá e muita gente que foram para outros povoados. Ai, na hora que chegamos lá. A assistente social chamava: “fulano, sicrano, beltrano vá para debaixo daquele barraco ali”. Aí dizia: “isso aqui é por quinze dias, isso aqui não é o povoado de vocês, o povoado de vocês os tratores tá fazendo a abertura, vocês vão conhecer depois,” quando chegou a minha vez que chamou eu, chamou a Zilda chamou os menino, a família pequena ela colocava debaixo de um barracão de lona de seis metros por seis, botava duas família dentro daquele barracão ali, como a minha era maior ela olhou para um lado e viu cercado de menino disse: “fique naquele ali sozinho, o senhor com sua família”. E fui para lá. O barracão era só coberto, era só com uma lona por cima e os paus e você que se virasse. A Zilda, os lençóis que ela tinha, ela gastou tudo tampando, botando a redor porque fazia um frio danado, a mata era fria. O Buriticupu hoje é diferente, e a gente com o monte de menino pequeno, a gente sofria (Raimundo França Cruz, 25/06/2021).

Pelo que podemos compreender, o povoado de Raimundo França era chamado de Trilha 410, mas ele teve que permanecer na Quinta Vicinal até que abrissem seu povoado com a ajuda de tratores, permitindo que ele construísse sua casa e trouxesse sua família para a Trilha 410. Esse povoado sempre foi conhecido por ter deficiências no fornecimento de água, portanto, podemos imaginar as dificuldades enfrentadas por essas famílias. Além disso,

Antes lá em São Luís eu disse para eles, bom, com a ida da gente para lá em outubro e eu já tinha vindo aqui e já tinha visto a mata e sabia que não era uma coisa da gente fazer roça muito tarde, se não, não tinha condição de queimar. Eu digo: “eu vou chegar lá em outubro, vou fazer o que?” Ele disse: “não, nenhum de vocês vão ficar sem roça, nós estamos lá com uma equipe, lá estão fazendo roça para todo mundo, vocês vão receber duas hectares de roça, vocês não vão passar o inverno sem produzir”. Para começar nós ficamos logo na Quinta Vicinal que não era nosso povoado, atado logo ali, perdendo muito tempo, chegamos ali dia 24 de outubro. Aí todo dia chegando gente de vários povoados, de Bacabal, de Caxias, de Coroatá, não sei de onde. Senhor, nós fizemos uma fileira de gente, nego dormia quando era de manhã já tinha barraco mais para frente ou para trás. Naquela Quinta Vicinal ficou uma fila de barraco e cadê e nada da gente ter decisão quando era que nós íamos sair dali. Na Quinta tinha um poço, na beira desse poço todo mundo apanhando água desse poço, nós ficamos perto do poço, nosso barraco era perto do poço, mas o poço nesses dias que nós estávamos lá o poço deu o prego, senhor nós tivemos que vir no Segundo Núcleo com a lata para pegar água, eu já comecei a ficar...e vá que logo eles resolveram também, nesse tempo não tinha energia, o motor era a óleo e quando foi dezembro cadê a roça? Roça nada[...] (Raimundo França Cruz, 25/06/2021).

A COMARCO havia prometido a eles que as roças já estavam sendo preparadas, e isso foi um dos elementos que incentivou pessoas como seu Raimundo a embarcar nesse projeto. Para ele, a terra representava uma forma de liberdade econômica que possibilitaria o sustento de sua família.

Aí já pelo mês de dezembro, eles disseram o seguinte para nós: “olha vocês que vão para o 410”, aí, foi dizendo a quantidade de família, “nós vamos mandar um caminhão todos os dias lá da sede que era o Primeiro Núcleo, vai levar vocês e deixar lá no povoado para vocês tirarem a madeira de fazer as casas”, a palha vinha de Santa Luzia, as casas era tudo coberta de palha de coco. Aí todo dia o caminhão ia de manhã, nós pegávamos o caminhão e descia para 410 e lá passava o dia trabalhando, quando era de tarde ele ia buscar. O certo é que quando foi em abril de 1975 as casas já estava tudo feita tampadas de barro. Aí, eles nos levaram para lá. Quando chegamos lá, não tinha poço. Aí, o nosso sofrimento, a gente foi para debaixo já de uma casa que era da gente, uma casa que a gente tinha feito. Mas, aí foi que a gente foi começar a ver o lado triste da moeda (Raimundo França Cruz, 25/06/2021).

Em meio a esse sofrimento, esses "colonos" ainda não tinham noção de todas as dificuldades que enfrentariam em Buriticupu, pois as melhores terras estavam cercadas e protegidas por jagunços. Raimundo França relata que,

Voltando um pouco os acontecimentos, nós chegamos em outubro ali na Quinta, quando foi em dezembro, um padre da paróquia Santa Luzia visitou o acampamento, chegou lá de tarde e foi de porta em porta conversando com todo mundo e perguntando para gente o que a gente estava achando, “a está bom essa matona bonita”. Aí, ele disse: “olha vamos reunir à noite aqui para gente ter uma conversa com vocês”. Quando foi de noite, o padre disse para todos nós ali cheio a redor dele assim no meio do tempo que não tinha lugar para reunir ninguém. Aí, ele foi e disse: que nós estava muito alegre porque nós não sabia o que era que estava preparado para nós aqui, disse: “olha o governo está dizendo que vai colonizar 10.000 família em 10 ano, pois não vai não, o governo já vendeu estas terras em torno de vocês aqui tudinho, vocês, nas caçadas que vocês fazem por aí logo, logo vocês vão começar a se encontrar com os jagunços que defende o latifúndio, vocês vão começar a ver faixa aberta de motor serra”, que a gente não sabia nem o que diabo era isso. E, aí, nós já ficamos com o pé atrás com aquela conversa que o padre disse, o padre era italiano e estava na paróquia de Santa Luzia, passou uns dias aí. Essa conversa que ele teve ali conosco, no outro dia a administração soube e mandou o Furrupa lá, para chegar lá e perguntar o que foi que o padre disse...o Furrupa era o delegado de polícia, um militar, mas o nome dele era Monteiro, chamava de Furrupa lá por longe, mas na frente dele era sargento

Monteiro. Aí, acho que denunciaram o padre para o bispo e o bispo levou esse padre daqui para o Acre e esse padre morreu afogado para lá e nós aqui, nunca me saiu da cabeça aquilo que aquele padre disse e a forma como ele foi tirado daqui (Raimundo França Cruz, 25/06/2021).

Furrupa, apelido dado ao delegado de polícia de Buriticupu, era temido na região e era conhecido por ser violento. Espancava pessoas e cometia assassinatos, e todos tinham medo dele, pois naquela época em Buriticupu ele era a autoridade máxima. Após esse episódio, chegou o dia em que Raimundo França finalmente pôde se mudar para o seu povoado, a Trilha 410.

Aí, quando nós chegamos no 410 que não tinha água. Quando chegou o dia do sorteio dos lotes, ora um sujeito que se desloca de uma capital com um monte de filho pequeno para receber um pedaço de terra a alegria dele é no dia que recebe o pedaço de terra que ele pode dizer o seguinte: “rapaz, com isso aqui eu vou botar minha roça, onde eu quero, vou plantar aqui o que eu quero”. Quando foi no dia do sorteio que eles já tinham os cortes, eles faziam as faixas e os corte tinha deles que eles cortavam cem metros assim e daí para a frente não cortava mais nada, só para entregar para o coitado ali, que ele sabia que o coitado não ia dar conta daquilo mesmo sem água, sem nada, era só um faz de conta. “Hoje é dia do sorteio, bora todo mundo, hoje é dia do sorteio e tal”, lá foi todo mundo. O homem que não ia, a mulher teve que ir naquele dia. Ainda hoje me lembro os lotes, tudo numerado, enrolado nuns papéis e aí o técnico botou num boné e lá vem e eu meti a mão lá dentro, quando eu meti a mão lá dentro que eu abri era o número *um* e eu comecei a vibrar, tirei o número um! Aí o técnico pergunta: “que lote o senhor tirou seu Raimundo?” Digo: “rapaz eu tirei o um”. Ele olhou para o colega dele assim e disse: “seu Raimundo o senhor tirou o último lote, começa de lá”, rapaz me deu uma tristeza. Aí ele entregou os outros ali mais por perto ficou o um, o dois e o três e o quatro para entregar (Raimundo França Cruz, 25/06/2021).

Conforme Raimundo França Cruz, era humilhante a forma como os “colonos” era tratados pela administração da COMARCO. Era como se não houvesse saída para aquela situação de abandono e imposição. Portanto,

Marlucia, era uma coisa assim tão relaxada, tão sem vergonha que eu, para ir a esse lote caminhava 08 km e o povo do P2V3 que era um povoado ficava há 4 km do 410. O lote, deles ia para o terreiro do povoado, enquanto eles caminhavam 4km para vim para aquele lote ali, eu para ir ao outro no fim do mundo. Quando chegaram lá que entregaram o quatro, entregaram três e entregaram o dois, quando chegaram lá os técnicos “aqui seu Raimundo aqui é o seu”. Eu voltei para casa e de cabeça baixa aí me sentei, a Zilda falou: “rapaz tu recebeste o lote e ficou foi triste?” “Minha velha, eu não tenho condição de ir naquele lote todo dia não”. Eu tinha passado seis anos em São Luís só dirigindo carro, acabei ficando com as mãos muito finas e na capital a gente não anda de pé. Aí eu imaginei: “o que é que eu vou fazer mesmo?” Ai os companheiros, rapaz! “Raimundo França olha rapaz por aí não dá para tu caminhar mesmo não ...rapaz dá um jeito de ir por dentro dos nossos lotes para teu lote”. Aí, um dia eu comecei a caminhar até sair no lote, aqui por dentro era só 5 km, eu fiquei caminhando por dentro do lote dessa gente ainda dois anos que só botei duas roças lá (Raimundo França Cruz, 25/06/2021).

Conforme Asselin (2009), o maior sofrimento dos "colonos", além de serem colocados em guetos, foi a falta de água, pois seus lotes ficavam na área mais seca de Buriticupu. Raimundo guarda em sua memória essa experiência de sofrimento.

Rapaz! aí via sofrimento: “cadê a água?” Nunca tinha visto no mundo gente chorando porque queria beber água, eu tirei água de cipó de mucunã muita vez para meus filhos beber. Marlucia, aquilo me dava uma revolta tão grande que eu acho que naquela hora

ali eu era capaz de fazer qualquer coisa, quando eu via um filho meu dormir com fome. A Zilda pegava lavava a roupa numa água para ali e ia guardando aquela água suja quando era de tarde ela colocava as meninas na fila e ia passando um pano molhado nas meninas, quando as meninas enxugavam, aquilo ficava pior que era só a cinza, aquele barro do 410 é uma goma e quando chove agarra na roupa da gente e quando está seco é uma tapioca danada (Raimundo França Cruz, 25/06/2021).

A experiência compartilhada por Raimundo França nos revela a extensão da violência imposta pelos atos do Estado no desenvolvimento do "Projeto de Colonização" da COMARCO. Buriticupu possuía extensas áreas de mata e uma das atividades dos colonos era caçar animais silvestres para alimentar suas famílias, o que muitas vezes os levava a entrar nas propriedades das empresas agrícolas com o objetivo de caçar. Nessas fazendas, geralmente havia açudes, rios e outras coisas das quais os colonos estavam privados. Durante uma dessas caçadas, Raimundo França e seus companheiros vivenciaram algo inimaginável.

[...] aí, rapaz, para piorar nossa situação, eu um dia numa caçada mais três companheiros; nós acabamos saindo num brejo com 20 km de distância do povoado, quando nós achamos esse brejo lá, nós parecíamos que tinha descoberto era uma mina. Rapaz nós voltamos para trás com uma alegria tão grande, chegamos dissemos no povoado, rapaz nós achamos um brejo, lá tinha juçara, bacaba, caça para danar, e esse brejo era ali, onde é aquele povoado cajueiro... o pé de caju era na beira do brejo (Raimundo França Cruz, 25/06/2021).

Em Buriticupu, havia muitas terras férteis com água disponível. No entanto, os colonos não tinham conhecimento disso e estavam proibidos de circular e acessar outras áreas além do "projeto de colonização". Diante disso, quando encontravam terras com água, começavam a considerar a possibilidade de abandonar os lotes que haviam recebido, os quais eram improdutivos, e se estabelecer naquelas terras recém-descobertas. No entanto,

Marlucia quando eles souberam disso aqui, a administração soube que estava esse comentário lá no 410, que nós tínhamos achado essa água, um técnico foi lá, chegou lá, eles vinham. Lá tinha uma casa de reunião, chegava lá dava uma volta na rua com o jipe buzinando e ia para lá, na reunião tinha que ir todo mundo das imediações. Nós achamos a água em novembro de 75 e essa reunião com eles já foi em julho de 76. Não tinha mais um homem que já não soubesse onde era a água. Lá não ia para não voltar com alguma coisa, tinha bacaba, juçara, caça. Ele perguntou: “e ai vocês tão dizendo que estão com vontade de ir embora para beira desse brejo?” Eu disse: “nós vamos para lá”, eu imaginava que a gente era considerado era um herói, pois estava dentro de uma área de colonização, estava no seco, tinha achado água e tinha coragem de ir e enfrentar um negócio daquele que para gente ir para lá só ia de pé, com um matulão nas costa e, na hora que você estava passando por debaixo de pau, tinha hora que você estava passando por riba de pau, era só mata que nunca ninguém tinha mexido ali, tinha pau que dois, cinco homens não abarcava dependendo da espécie. E aí, ele perguntou: “quem são os que querem ir pra lá?” Nós demos o nome de 12 companheiros, “eu, fulano, quem é? e eu beltrano, quem é? Eles vieram embora, quando foi no outro dia sabe o quê que fizeram? Eu estava para a roça. A roça era longe estava batendo um arroz que era no mês de julho e eu tinha um cunhado que morava comigo, um rapazinho com 16 anos, quando me espantei foi o pé do rapaz na carreira, quando chegou quase não fala, que foi rapaz? Imaginei que era uma coisa lá casa, casa cheia de menino. Ele disse: “rapaz, foi a polícia que chegou no povoado agora, foi na porta tua, foi na casa de fulano, foi na casa de beltrano e achou o Carlito e botou no jipe e levou preso”, aí naquela mesma hora eu perguntei para ele: “rapaz e tu acha que isso foi o quê, essa polícia vim assim?” “Eu não sei”, “rapaz olha casa de quem esse camarada foram rapaz, foi aquela reunião, é a história daquele brejo acolá”.

Eu voltei para trás, quando cheguei no povoado, nós éramos 66 moradores, rapaz esse povoado estava revoltado, esses companheiros estavam revoltados, tanto aqueles que tinha dado o nome como os que não tinha dado, porque era uma situação de desgraça, de miséria, de abandono (Raimundo França Cruz, 25/06/2021).

Buriticupu, conhecido como COMARCO na década de 70, era um lugar marcado pelo abandono e pela violência. Não havia justiça, escolas, políticas de saúde ou qualquer outro serviço público. O Estado era “ausente”, mas ao mesmo tempo exercia poder através da polícia. O Estado estava a serviço do poder privado, portanto tinha a presença seletiva. Diante desse contexto, Raimundo França e seus companheiros tentaram encontrar uma solução para a prisão de seu amigo.

“Rapaz vamos tirar o companheiro e quebrar aquela desgraça acolá”, eu disse: “tu estás doído rapaz, viesse aí todo mundo ia era para cadeia né? Se contar que a arma que tinha era as unhas.” Ai um velho que morava no povoado seu Chico Avelino disse: “seu Raimundo, rapaz, vá conversar, saber o que foi que aconteceu”. Aí, eu desci para cá, desci de pé do 410 até passar nessa estradinha de pé muitas vezes, bom de andar, matona, a gente andava na sombra. Quando eu cheguei aqui na delegacia, aqui no Buriti a delegacia era mais ou menos por ali onde é o hospital do Dr. Julho, ali tinha a delegacia, tinha o refeitório onde o pessoal do Projeto almoçava e jantava e a cadeia era bem assim, uma cadeia velha de madeira e o companheiro guardado lá dentro. Rapaz eu pejava para falar com o delegado e ele não me dava ouvido (Raimundo França Cruz, 25/06/2021).

O "Projeto de Colonização" não buscava garantir a autonomia dos lavradores, pelo contrário. Conforme narrado por Raimundo França, fica evidente a submissão imposta a esses trabalhadores. Eles eram tratados como invasores, pois descobriram uma área com água e outros recursos que já havia sido vendida, e os colonos foram enganados.

Ai o Zé Bráz que morava na região e tinha uma influência, foi até o administrador do projeto por algum tempo, passou lá no 410 e soube, a mulher chorando lá, “olha um tá preso e outro desceu para lá”, eu já estava com uns três dias para cá e não tinha conseguido. Aí ele desceu, quando chegou aí que me viu perguntou: “e, aí, o senhor falou com o delegado?” Eu disse: “falei não seu Zé o delegado nunca me ouviu”. Aí, esse companheiro que era meu motorista (em São Luís, o Gaivota) quando soube, disse: “rapaz o de comer para ele aí e água e para você aí, pode ficar tranquilo, que eu trago todo dia”. Aí quando seu Zé chegou que eu falei, o seu Zé tentou falar com o Delegado. O delegado nem chegou perto dele, disse: “não, não já sei o senhor quer falar para soltar esse rapaz aí, eu tenho ordem de São Luís para não soltar esse camarada”. Rapaz acha um camarada dentro de um barraco e bota na cadeia dizendo que ele é um invasor, rapaz esse país é muito injusto, quando eu me lembro dessas coisas ainda hoje eu acho que se não fosse a revira volta que nós fizemos nisso aqui para mudar essa realidade, eu não sei não, é por isso que muitas vezes a gente... viu ...lampião revoltado e as pessoas não entende a angústia e os maltrato que fizeram àquele homem. Aí eu, quando seu Zé Brás falou e eles disseram que não soltava de jeito nenhum, eu me lembrei que a única salvaguarda nossa era a gente se agarrar com as pessoas de onde a gente nasceu e se criou, porque aqui nós éramos todo mundo recém chegado e era um bocado de abandonados. Aí eu bati na porta da cadeia o companheiro respondeu lá dentro e cadeiazinha era tão frágil que ele escutou a conversa minha aqui que foi no meio da rua, escutou a conversa do seu Zé Braz com o delegado. Aí eu disse, para ele: “companheiro você escutou ai né?” Ele disse: “escutei”. Olha meu compadre, ele era até meu compadre, é meu primo, ele é casado com uma irmã minha e padrinho da Silvana, eu era padrinho de um filho dele, uma pessoa que nós se criamos junto, até o padre conhecia demais nós dois, nós até nos parecíamos muito, e até a mesma idade né. Aí ele disse logo: “compadre você vai falar com o padre né?” eu disse é, ele ficou lá coitado e eu voltei para casa imaginando

como era que eu ia da 410 pra São Luís porque não tinha dinheiro não, a passagem naquele tempo não era nada, mas nada a gente não tinha, quando eu cheguei na 410 que todo mundo aflito já com seis dias sem solução nenhuma (Raimundo França Cruz, 25/06/2021).

Um elemento a ressaltar, era a solidariedade presente entre os companheiros em momentos difíceis de injustiça, o abandono. A violência causa angústia e revolta, mas também pode ser um fator que leva a mobilização das pessoas.

[...] aí o seu Chico Avelino comprava folha de jaborandi e ele estava sempre com dinheiro na mão para comprar as folhas lá. Aí ele foi disse: “seu Raimundo o senhor quer um dinheiro, eu lhe arrumo”, pois eu disse: “seu Chico, eu preciso”. Ele me arrumou naquela época o dinheiro e eu desci para São Luís. Quando eu cheguei em Santa Inês já era de tarde e tinha um senhor ali na Laranjeira que ele já me conhecia que de uma hora para outra eu passava lá, e dormia lá que naquele tempo era muito difícil, não tinha transporte, quantas vezes eu não dormir em Santa Inês porque eu queria vir para cá e não tinha transporte, eu tinha que dormir lá. Eu cheguei na casa dele dizendo para onde era que eu ia, então ele disse: “senhor durma logo aqui, amanhã você pega um carro direto para Vargem Grande que o padre não estava mais em Pedreira e nem estava trabalhando mais, tinha ido morar na fazenda deles que eles tinham, uma fazenda de Vargem Grande para frente uns 40 km.” Aí, no outro dia eu peguei o ônibus e cheguei em Vargem Grande cedo da tarde. Aí fui à casa paroquial, cheguei lá falei com o padre perguntando se o monsenhor Gerson tinha passado por lá esses dias. Ele disse: “não ele está na fazenda”. O padre até perguntou: “o senhor vai trabalhar na fazenda?” eu disse: “não, eu vou visitar ele, sou conhecido dele lá de Pedreiras.” E para eu chegar lá Marlúcia, que era uma estrada que tinha alguns carros de linha, mas o carro de linha não entrava para fazenda, a fazenda ficava a uma légua afastado da estrada, aí o padre me orientou: “olha vá rápido suba nessa rua aí que aí tem uma caminhonete que passa na porta da fazenda, você vai andar uma légua de pé e vá ver se ainda acha esse carro se não, vai ser obrigado a dormir aqui para ir só amanhã”. Eu fui quando eu cheguei olhei umas mocinha, vi um carro debaixo de um pé de árvore já saindo, quando o motorista me viu com a malinha tratou de esperar, aí ele disse: “o povoado que esse carro vai é o cajualzeiro? Ai, eu perguntei se era o carro que ia para esse povoado, ele respondeu que era, eu disse: “passa na porta da fazenda do monsenhor Gerson?” Ele disse que sim, pois “quando você chegar lá você me avise porque eu não sei onde é nada aí não”, quando chegamos lá muito na frente já por volta das cinco horas da tarde, aí eu perguntei para motorista: “rapaz não é aqui não a entrada da fazenda?” ele: “ah rapaz! É aqui”, eu voltei e arrastei o pé, já foi turvando e eu escutando a zoadá de um jerico que estava trabalhando numa área lá, quando eu fui chegando na fazenda tinha um campo de avião e lá no fim do campo já vi uma luminária, mas de noite já aí esse cabra do jerico me acompanhou aí perguntou: “você não quer chegar mais ligeiro não?” “Opa quero sim!” Aí subi e já fui perguntado rapaz: “onde é a casa do monsenhor dessas daí?” ele disse: “é aquela que ele está deitado na rede”, uma casa de varanda e o cachorro grande deitado debaixo da rede dele. Quando desço do jerico e vou caminhando no rumo dele o cachorro se levanta e vai em meu rumo e eu comecei a caçar jeito, ele disse: “não tenha medo não, ele também é de Pedreiras”. Aquilo foi duas alegrias ao mesmo tempo, primeiro que eu perdi o medo do cachorro e segundo porque eu vi que ele estava me conhecendo. Eu cheguei me debrucei na cerca assim, dei boa noite, eu perguntei para ele: “você está me conhecendo monsenhor?” Ele disse “estou, você anda a negócio ou a passeio?” Eu digo: “monsieur eu ando a negócio”, quando eu contei o negócio para ele, ele disse: “eu podia mandar você voltar de aqui amanhã fazer uma carta para você entregar para delegado e o delegado ia atender meu pedido, mas eu vou mandar você falar com o Governador, porque o que tão fazendo com vocês lá não se faz com cristão nenhum. Porque já se sabe que o futuro daquilo ali não foi vocês serem proprietário de terra não, pois quem bota colono numa área para ser colono não fazem o que tão fazendo, botaram vocês lá para servir de boia fria para tocarem as fazendas que está tudo vendida lá”. Eu digo: “é monsenhor a gente já tem certeza disso hoje, até porque a gente já foi avisado algum tempo atrás dessa situação”. Dormi, quando foi de manhã

ele deu uma volta comigo na fazenda e disse: “vem um pessoal para deixar um óleo aqui e vão lhe levar até Vargem Grande” (Raimundo França Cruz, 25/06/2021).

Raimundo expressa sua revolta ao relatar todas as situações que enfrentou em Buriticupu e a necessidade de defender a si mesmo e seus companheiros. Ele teve que recorrer a pessoas poderosas ligadas à Igreja Católica para buscar alguma forma de auxílio.

Quando eu cheguei em São Luís já foi à tarde, não deu mais tempo ir ao Palácio. Aí fui para casa de uma irmã que com minha ida para São Luís, foi um bocado de irmão atrás de mim, foi uma coisa muito boa que fizeram que ainda hoje tem um bocado lá e por conta disso foi muito bom. Eu acho que se eu tivesse ficado lá também eu tinha tido futuro, mas a gente quando quer fazer as coisas direito, todo lugar dá certo. Aí, dormi, mas aquela preocupação, já estava com uma semana e o companheiro sem saber notícia. Ai quando foi no outro dia eu desci para Palácio dos Leões, com um pé no sapato e o outro numa japonesa com o dedo grande do pé que eu não sabia qual era, eu não lembro mais, amarrado assim a cabeça do dedo esfolada que não podia calçar um chinelo. Aí ele (monsieur) fez uma carta e colocou dentro de um envelope e escreveu na beirada do envelope assim e deixou o envelope aberto. Ele disse: “olha isso aqui é o seguinte, quando você chegar lá, você vai mostrando para os policiais, eu vim falar com o Governador”. Senhor, e nisso aí eu cheguei rápido lá dentro. Quando eu cheguei lá que eu entreguei a carta que ele leu que eu contei a minha história, ele se passou para superintendente da COMARCO. Senhor, as coisas que aquele homem disse pra aquele outro dentro de poucos minutos, tinha hora que eu pensava que estava sonhando, porque sai daqui um coitado, sabe humilhado aqui para ter uma facilidade de chegar e falar para mais alta autoridade do estado (Raimundo França Cruz, 25/06/2021).

É válido destacar a relação entre a Igreja e os representantes do Estado nessa narrativa. A influência dos padres tinha um impacto significativo, pois além de exercerem influência local, a Igreja possuía um poder de opinião internacional, o que amedrontava alguns agentes do Estado devido ao receio das repercussões dos eventos. Além disso, enfatizamos a coragem de Raimundo França ao mobilizar forças em busca de uma solução para o processo humilhante pelo qual os colonos foram submetidos, enfrentando os poderosos. Como resultado, o superintendente da COMARCO foi chamado pelo Governador para prestar esclarecimentos sobre a violência nas áreas de colonização.

Aí ele foi e disse para velho Aristide: “tem um rapaz aqui de Pedreiras amigo do Monsieur e está na colonização de Buriticupu, disse que está num povoado 410 não tem poço artesiano e disse que está com 36 dia sem o carro pipa ir lá e eles acharam uma água lá num brejo distante 20 km, estavam pensando em ir para lá e a polícia foi e prendeu um deles e eu quero que você me explique Dr. Como é que se prende um Colono dentro de uma área de colonização porque estão caçando jeito de vida?” Que certo o que o velho disse para ele eu não escutei. Ele disse: “olha eu vou mandá-lo para o escritório de vocês, lá para vocês explicarem isso para ele.” Aí me mandou levar lá com um motorista do palácio. Quando nós chegamos lá, o velho Aristide já tinha telefonado para o pessoal que trabalhava com ele, inclusive o pessoal de campo, Dr. Aristote que estava em São Luís, Dr. Benedito Prazeres e um senhor que trabalhava no rádio amador. Quando nós entramos no gabinete dele o rapaz falou para ele: “o senhor recebeu agora um telefonema do Governador?” “Eu recebi”, “pois é esse aqui é o rapaz”. Ai se despediu de mim o velho mandou eu me sentar assim, ai de repente entra o Dr. Benedito dos Prazeres e o Dr. Aristote e o do rádio, quando essas três figura entraram o velho falou: “Dr. Aristote e demais pessoa esse rapaz(acho que ele estava pensando que eu tinha ido mentir lá) foi no palácio agora fez uma denúncia e o Governador tá pê da vida, que o povoado dele não tem água 36 dia sem agua e o Governador tá pedindo explicação” (acho que ele marginou o seguinte esse

rapaz tá mentindo) ai o Dr. Aristote: “é Dr. O problema deles lá está quase resolvido (povo sem caráter, sem alma) o povoado deles lá está fácil de resolver doutor, vamos atrás de fazer um chafariz, a gente vai botar uns tambores lá, botar a bomba lá para puxar a água para eles.” Eu digo: “de onde doutor? o senhor vai puxar água de onde?” “Do poço que tem lá no seu povoado” (a sala que nós estava era uma sala pequena de 4 por 4) eles ficaram lá mais perto um do outro e eu fiquei mais para cá, o doutor Aristote para tentar me convencer se levantou de lá e botou as duas mãos dele aqui no meu joelho quase com a cara encostado da minha, “meu filho lá no seu povoado tem um poço”. Rapaz eu me levantei e disse: “doutor lá não tem poço coisa nenhuma, eu moro lá, como é que eu sendo um morador do 410 o senhor vem tentar me convencer que lá tem um poço doutor? Lá vocês tentaram fazer, agora por irresponsabilidade que eu não posso dizer de quem, vocês botaram o poço a perder, o que tem lá é um cano enfiado no chão cheio de pedra de quando vocês deixaram lá aquele maquinário dentro do chão e que o geógrafo chegou lá para ver se já estava no ponto de revestir o poço, não teve mais quem descesse lá, porque esse poço já tinha embarreirado e toda ferramenta ficou perdida lá”(Raimundo França Cruz, 25/06/2021).

É evidente a falta de organização e comprometimento por parte dos técnicos administradores, que tinham pleno conhecimento dos reais interesses por trás do "Projeto de Colonização". Eles subestimaram a capacidade de pessoas como Raimundo França de buscar seus direitos e enfrentar aquela situação deplorável. Naquela época, as dificuldades em termos de comunicação, transporte e assistência eram bastante significativas, o que tornava ainda mais desafiador o processo de reivindicação e mobilização dos direitos.

Rapaz quando o velho Aristides viu que a história do Aristote era furada, ele levantou e se de reclamar para o Aristote, partiu foi para mim, dizendo: “que por esse motivo de colono sair de Buriticupu para chegar lá gritando alto é que ele já tinha botado um na cadeia”. Eu disse: “doutor e eu não estou lá na cadeia junto com meu companheiro porque o Furrupa não quis me botar lá, porque nós não cometemos crime nenhum para estar nessa situação”. Aí o doutor Benedito Prazeres entrou no meio, “não calma, calma!” Aí foi querer saber como é que eu cheguei ao Palácio e tal e aí fui dizer para ele que era através de um amigo do irmão do Governador. “Seu Raimundo como é nome do rapaz que está preso?” Eu disse, “o que que ele é seu?” “É meu cunhado, meu irmão praticamente, primo”, sei que eles desceram aqui para Buriticupu chamaram o companheiro lá para um canto, pediram desculpa, perguntaram se ele tinha outra profissão, ele era um bom motorista, deram um emprego para ele logo. Ele não foi mais para a roça, né? (Raimundo França Cruz, 25/06/2021).

Seu Raimundo França emerge como uma figura de liderança, destacando-se por sua habilidade em intervir nos problemas que afetavam a todos. Sua capacidade de intervenção política em meio a uma conjuntura marcada pelo abandono e pela falta de estrutura para a sobrevivência humana é admirável. Diante disso, sua atuação se torna essencial para promover mudanças e buscar soluções para os desafios enfrentados pelos colonos.

[...] as pessoas passaram a ver a gente aqui também com um certo jeito diferente. Mas não acabou o problema, porque nesse dia ele prometeu, isso era no dia 22 de julho de 76 e nesse dia ele prometeu que até o dia 31 de agosto ele fazia um poço no 410. Ai quando foi no dia 31 de agosto, cadê poço? Não tinha pisado ninguém lá com história de poço e o sofrimento cada vez aumentando. Rapaz nós fizemos coisas para não morrer de sede naquele 410 que hoje, se um homem desse da república nossa, ele tivesse coragem de ir, onde eu morei na beira de brejo, largando a casa e fazendo barraco na beira de brejo, eu fiz dois barracos em beira de brejo para beber a água podre de folha, a gente sabia que podia estar bebendo uma água doente ali, água que ninguém sabe quantos ano tinha. E eu para não vim embora, o companheiro dizia assim: “rapaz tu quer fazer um barraco lá no meu lote pode fazer ali tem um brejo lá

perto” ai eu ia morar, fiz dois barraco, sai deixei a casa no povoado e fui, um brejo secava e o outro companheiro dizia assim.... “rapaz”, isso era uma vida assim.... não sei nem ... aquilo dava um desespero e eu não conto as vez que eu vi essa daqui (a esposa) chorando e dizendo: “rapaz nós viemos foi para inferno”. Eu dizia: “tenha paciência, isso passa”, ela dizia assim: “Raimundo vai passar como?”, “Deus vai dá um jeito minha velha”, meus irmão que ficaram em São Luís quando vinha me visitar aqui chorava, “compadre pelo amor de Deus você não matou gente, você não fez nada errado, compadre vamos voltar para trás, lá você não vai pagar aluguel, nós arranja uma casa pra você, nós vamos comprar um carro para você ir para praça de novo, compadre pelo amor de Deus”. “Não vou não rapaz, vocês têm as famílias de vocês”, rapaz eu tinha assim uma esperança tão grande que a gente dava um jeito nisso e as famílias que vieram mais eu, começaram a ir embora, subia no carro e batia a poeira para não voltar (Raimundo França Cruz, 25/06/2021).

Essa situação levou à deserção da maioria das pessoas do projeto, resultando em um declínio significativo no final da década de 1980. Naquela época, o projeto contava apenas com cerca de 600 famílias que, apesar das dificuldades enfrentadas, resistiam bravamente à precariedade do “projeto de colonização”.

A terra não merecia, a terra era boa, ruim era os administradores, os enganadores mentirosos que tentaram fazer de nós boia fria, esses era que não prestava, mas a terra é boa. E aí a 410 não foi para a frente, não fizeram o poço, quando foi no dia 31 de agosto quando pensei que não, chegou um companheiro lá em casa: “seu Raimundo vamos ali que tem uma reunião ali que você precisa ir lá, rapaz quando eu cheguei lá a comunidade todinha reunida, todo mundo, “rapaz é o seguinte não foi hoje que o homem disse que dava o poço pronto?” Foi. Cadê o poço? Não fez. Seu Raimundo, pois você vai voltar lá de novo, eu disse: “vou não meu irmão”, ele disse: “vai”. “Rapaz eu não tenho roupa”, ele disse:” roupa não é o problema, nós damos um jeito, você vai com uma calça de fulano com a camisa de beltrano com o sapato de cicrano e o dinheiro tá aqui” (fizeram uma coleta) e eu comecei a dizer: “não” ... por fim de conta só tinha minha mesmo a camisa, a calça era de um companheiro, o sapato já era de outro e eu imaginei o seguinte: “meu Deus do céu pra onde é que eu vou”? Segui no rumo de Vargem Grande ia falar com o padre que meu caminho é o padre, deí sorte, quando cheguei em Vargem Grade era festa de São Raimundo Nonato e o padre estava na casa paroquial não foi preciso eu ir à fazenda. Na hora que ele me viu, disse: “aí homem ainda não soltaram o homem não?” Ora! Era 40 dias atrás, ele disse aquilo foi num gesto de brincadeira que ele era assim durão. Eu disse: “soltaram monsenhor o problema é que o superintendente da (COMARCO) prometeu que fazia um poço lá até o dia 31 de agosto e hoje já espirou o prazo e ele não fez.” Ele disse: “e nem vai fazer, ele tá enganado vocês”. “Monsenhor aí a comunidade se reuniu” e eu contei toda a situação para ele. E me pediu para falar com ele lá. “Se você quiser ir, você vá, mas eles nem vão deixar você entrar lá. Agora eu vou dar uma esperança para vocês”, eu disse a ele, “meu senhor, nós estamos pedindo até pelo amor de Deus que eles nos deixem sair do povoado que não tem água e ir para outros povoados que tá habitado pela metade e tem pelo menos um brejo perto e eles não deixa e diz que ou nós ficamos lá ou sai de dentro do projeto.” Ele disse: “olha eu vou falar com o Governador dia 05 de setembro na parada da juventude e o Governador vai intervir nisso.” “Pois é monsenhor já fico grato.” “Mas você trouxe dinheiro dos companheiros e para você chegar lá dizendo que voltou daqui... eu recomendo que você vá, mas é só para você chegar lá e conferir o que eu estou dizendo, vão lhe receber não”. Aí eu desci para São Luís, cheguei lá dormir lá, quando foi no outro dia que eu parti lá para a sede da COMARCO, quando eu cheguei lá, eu só fui até na sub sala dele. “Quem é o senhor Raimundo França Cruz?” Sou eu.” Quer falar com quem?” Com o superintendente da COMARCO. Entrou um camarada lá dentro, quando espanto que não sai um cidadão de lá, educado sentou-se do lado assim e disse: “seu Raimundo o senhor quer falar com o superintendente da COMARCO né?” É sim senhor. “Qual é o assunto?” Senhor o poço que ele me disse aqui que fazia até o dia 31 de agosto, isso já era lá pelo dia 03 ou 04 de setembro, cadê o poço? Eu disse coisa lá, “Rapaz olha essa COMARCO é uma casa da mentira, eu queria que fosse um filho de vocês que tivesse lá dormindo com fome, sujo virado o diabo lá para ver se

vocês” ...rapaz ele também não se zangou comigo eu fui até grosso com aquele camarada que ele foi muito educado comigo, quem merecia aquilo era o velho lá mentiroso que ficou lá entocado lá no escritório. Aí, eu disse: “olha eu tenho uma esperança de que o Governador vai tomar conhecimento disso lá, do que nós estamos implorando lá e eles não agem, nós só queremos pelo menos que eles liberem que nós saíamos de lá e vá para um povoado, onde tenha melhores condições” (Raimundo França Cruz, 25/06/2021).

Conforme mencionado anteriormente, o "Projeto de Colonização" da "COMARCO" resultou na transformação dos homens e mulheres em condições semelhantes às de escravidão, tornando-os prisioneiros dos guetos criados pelo Estado, assemelhando-se a uma prisão. Esse projeto foi fundamentado em mentiras, desvios de dinheiro e corrupção, trazendo imenso sofrimento às famílias envolvidas.

O Segundinho estava com a metade da população só, os outros já tinha ido embora e tinha pelo menos um brejo perto, a terceira da quarta. Aí eu voltei para trás, quando cheguei disse para os companheiros, aí a tristeza encostou, eita! Pois quando foi no dia 05 o Governador tomou conhecimento e autorizou que eles liberassem para nós sair dos povoados, onde nós não estávamos tendo condição de viver e fosse pelo menos para um povoado que tinha um brejo perto como eu tinha dito. Aí eu fui para roça quando eu cheguei que eu entrei no povoado foi logo me chamando assim “ei compadre Raimundo rapaz você não sabe da boa, o que foi? Rapaz nós estamos livres. Rapaz você ver a gente estava escravo ali, só em ter a notícia que a gente podia sair dali foi alegria do povoado. Marlúcia nós chegamos lá em abril de 75 e eu fui a derradeira família que sai de lá. Eu saí no dia 07 de setembro de 77 porque eu não podia largar o que eu tinha lá. Tudo que eu tinha investi lá, eu plantei 1.200 pés de banana num boqueirão que esse lote pegou, essa banana era meus pés e minha vida, tu acredita que eu vinha na beira dessa estrada vender banana na entrada da quarta num comércio que tinha do cabeça branca num jumentinho, trazia essa banana e eu me obriguei e eu fiquei lá sozinho nesse povoado até o dia 07 de setembro, os outros companheiro tocaram foi logo, uns desceu veio para Sagrima, outros foram pra quinta, outros foram se espalhando e eu para não ficar de todo longe ainda vim para Terceira da quarta. Mas decidi que o povoado que eu vinha morar era o Segundinho. Quando o povo soube que a gente tinha ganhado esse direito de sair, aí o povo no Segundinho, aí rapaz tem um monte de lote abandonado aqui, vem para cá, no dia 15 de novembro de 77 eu cheguei no Segundinho deixando meu bananal para lá. À medida que eu me mudei para cá, ficou distante para eu ir lá. Mas, eu ia duas vezes por semana, mas aí aparecia tanta malinação, a banana cortava de metade, os povoados que estava mais perto que tinha ainda uma condição de viver lá, quando chegava lá...teve dia que eu cheguei lá estava pingando leite do pé de banana que o cara tinha cortado (Raimundo França Cruz, 25/06/2021).

Raimundo França sempre teve uma forte ligação com a roça, especialmente com a produção de bananas, e a terra em si era favorável para essa atividade. No entanto, o grande desafio residia na falta de infraestrutura adequada, como estradas, fornecimento de água e meios de transporte, para possibilitar o escoamento dos produtos agrícolas e sua comercialização.

Aí, ficamos no Segundinho, eu com uma esperança de que eles ainda botassem o projeto para frente, no Segundinho tinha uma caixa d'água numa estrutura de ferro que ele botaram, lá nunca caiu uma gota d'água dentro dessa caixa d'água. Por fim das contas nós fomos perdendo a esperança mesmo e foi todo mundo se ajustando. Tinha gente que ele não tinha um jumento, quem tinha um jumento ia lá no poço há 2 km e quando ele chegava que ele tirava a carga d'água dele lá ele emprestava o jumento para aquele outro companheiro vim. O homem que não tinha um filho ele levava a metade do tempo carregando água para beber e as mentira rolando, isso aqui vai ser melhor e nunca melhorou, só melhorou quando a gente perdeu a paciência e graça a Deus apareceu no nosso caminho três figura que o Buriticupu nem sabe o

valor que essas pessoas tem, porque senhor, se as pessoas soubessem o valor que tem o Vila Nova, se as pessoas soubesse o valor que tem o padre José Ivo e o Mané da Conceição ¹que hoje eu fico meditando como é que uma pessoa tão simples, tão importante tá lá em Imperatriz hoje, só não tá morrendo à mingua por que o Governador tá cuidando dele. E triste, esse país é muito injusto Marluca. (Raimundo França Cruz, 25/06/2021)

Raimundo França destaca três indivíduos que desempenharam um papel fundamental na luta contra a opressão vivida durante o "projeto de colonização" de Buriticupu: Vila Nova, Padre José Ivo e Manoel da Conceição. Esses indivíduos compreendiam completamente as intenções por trás do projeto da COMARCO para a região e trabalharam para organizar os trabalhadores, preparando-os para enfrentar as difíceis condições impostas. Suas ações visavam fortalecer a resistência e promover a melhoria das condições de vida dos colonos. Dessa maneira,

Graça a Deus que quando terminou toda ilusão do Projeto, porque o Projeto começou em 73 as primeiras famílias colonizadas e terminava em 82 era 10 anos. A gente nem esperou mais por isso, a gente já sabia que era um monte de mentiras e aí a gente foi vendo mesmo as placas grandes no meio das estradas "Fazenda não sei o que, não entre sem permissão". O que você via era placa dessa eles faziam questão...teve gente que entrou para dentro de uma fazenda dessa para matar um veado e o jagunço escutou o tiro, quando foi de manhã foi na casa do rapaz que tinha dado tiro no veado e botou ele na cadeia. Isso aqui era uma opressão tão terrível, tão terrível que o que você via era jagunço representante de latifúndio aqui que a polícia olhava para ele aí não estava nem aí. A polícia queria humilhar era um agricultor que se usasse uma faquinha para cortar um fumo ele tinha que se explicar, agora o jagunço que estava aí esse aí rolava solto, (Raimundo França Cruz, 25/06/2021).

Em meio a esse cenário, Buriticupu ganhou a reputação de "faroeste maranhense", onde a lei era ditada pela violência e a própria polícia atuava como guarda das propriedades. Aqueles que ousassem atravessar as cercas de arame farpado eram punidos, muitas vezes espancados e submetidos a tortura e outras formas de violência. Raimundo França destaca constantemente a falsidade do "projeto de colonização", que prometia assentar 10.000 famílias em um período de dez anos, mas em 1982 não havia cumprido nem metade dessa promessa, levando muitas pessoas a deixarem a região em busca de melhores oportunidades em outros lugares.

Ai graças a Deus que apareceram, foi em 82 a primeira vez que eu vi Manoel da Conceição, ele tinha vindo do exílio, começou a visitar essa região e dizendo para gente "olha reforma agrária? Só faz se o povo fizer, é na marra companheiros e para fazer isso aí é preciso que os trabalhadores estejam filiados a um partido que defenda os interesses deles para poder num palanque aqui e um deputado vim de onde vier, do Rio Grande do Sul, do Pará (que aqui não tinha), esses deputados ligados aí aos ricos, defensor de latifundiário não vai subir em palanque de sem-terra para pedir terra, ele é doido? Ele se eleger foi com o dinheiro do latifúndio no bolso, dos ricos, dos empresários, eles fazem isso para enganar os coitados porque esse país só é desse jeito por falta de formação política que o povo não tem". (Raimundo França Cruz, 25/06/2021).

¹ Manoel da Conceição faleceu uma semana depois da nossa entrevista com Raimundo França.

Manoel da Conceição, mesmo exilado, nunca perdeu sua conexão com a terra e continuou escrevendo sobre ela, preparando-se para auxiliar seus companheiros quando retornasse. Ele tinha estudado táticas de guerrilha e já havia organizado as roças coletivas em Pindaré Mirim, no Maranhão. Com essa experiência, Manoel, juntamente com Vila Nova, desenvolveu o projeto da *Cantareira*. Esse projeto consistia em um local no meio da mata, onde os trabalhadores poderiam plantar e colher coletivamente, ao mesmo tempo em que participavam de cursos sobre organização visando a retomada do direito a terra.

Aí a gente começou a fazer a reunião para a ocupação das terras, (grifo meu. aquele bosque era o local das nossas reunião, por que com a propaganda que o governo tinha feito para fazer uma colonização de dez mil famílias que acabou colonizando mil e poucas o que veio de gente de vários município para cá e chegava, ficava morando ai nos povoado, tinha povoado que tinha mais... chamado de agregado pelo pessoal do projeto, tinha mais agregado do que colono e tudo mal satisfeito, por estava mal satisfeito aquele que tinha vindo que o Governo não colonizou, mas estava mal satisfeito aquele que estava lá e tinha um pedaço de terra e não tinha água e não tinha estrada para ir para o lote, vivia pobre do mesmo jeito ou pior com a ilusão de ter o pedaço de terra. Porque a terra por si só não gera riqueza não, é uma ilusão do agricultor que pensa, “rapaz se eu tiver a terra vou melhorar”. Vai não companheiro, se não tiver a mãozinha do Governo lá. E tem uma coisa, quando aparece o Governo, ainda aparece um monte de satanás para roubar se ele não for inteligente, se ele não souber o que tá fazendo. Aí, quando foi em 85 a gente já estava com uma organização bem grande aqui. Ai a gente já tinha umas reuniões que quando a gente fazia era ali no bosque, a gente juntava um grupo grande de gente. Aí a gente criou uma organização: o povoado que tinha 40 famílias sem-terra vamos dividir isso em dois grupos de 20 e cada grupo escolhe um coordenador que é para nas reuniões aqui esse coordenador vim e se puder vir mais gente vem. (Raimundo França Cruz, 25/06/2021).

Os povoados de Buriticupu estavam praticamente abandonados devido à partida da maioria dos colonos. No entanto, com a notícia da reforma agrária, pessoas de diferentes lugares, sem terras, começaram a ocupar a colônia na esperança de obterem um pedaço de terra para cultivar. O bosque, que era a única reserva de mata nativa remanescente em Buriticupu, tornou-se o local ideal para realizar reuniões. Um palanque de madeira com escadarias, que antes era utilizado durante as eleições políticas, passou a ser aproveitado pelas reuniões do movimento pela conquista da terra.

As vezes a gente estava reunido ali no bosque com gente para danar. Aí chegava alguém: “ei quem é fulano de tal aqui, principalmente o Vila Nova”? “Sou eu”. “Bora na delegacia que o Delegado tá chamando ali, vem cá tu tá falando de reforma agrária?” O Delegado sabia que ele não podia prender o Vila Nova, mas na hora que chegava falando que era o Delegado quando ele voltava o pessoal já tinha ido embora, com medo. E aí meu amigo quando esse chegava no povoado dele, ele chegava dizendo: “rapaz a polícia foi lá”. Olha nós passemos a fazer reunião com menos gente, lá em casa, no Segundinho, escondido de trás da casa. Pois tu acreditas que o delegado ia lá? Chegava lá ele via logo a multidão de gente lá debaixo de um pé de jaca, o quintal aberto, batia palma na porta a mulher saia “cadê o dono?” “Está para ali”. “Manda chamar ele aí”. Ia uma pessoa lá, já conhecia, dizia: “é o delegado seu Raimundo”. Aí eu já preparava o espírito para conversar com ele, “a meu amigo que reunião é essa?” ...Rapaz tu já pensaste um negócio desse? E eu

acho que a gente do povoado não tivesse uns trabalhos comunitários, nós lá tínhamos uma casa de farinha comunitária, o poço era de todo mundo, nós cuidávamos de limpar o poço, tinha um bocado de trabalho comunitário que justificava uma reunião para tá organizando os trabalhos. E aí até que chegou o momento que um grupo de gente ocupou a Capoeira, em 85, e essa gente não fazia parte do nosso grupo e entraram coitados sem organização nenhuma. E o dono, que morava no Paraná (veja um negócio desse, um cara rico com sessenta mil hectares de terra aqui no Maranhão deixando os sem-terra...que governo é esse rapaz que engana gente pra vender a terra, o que ele queria é que nós fôssemos ser os feitores de pasto dessa gente, das cerca, os currais, o tirador de leite ou o plantador de capim deles). (Raimundo França Cruz, 25/06/2021).

Raimundo França expressa constantemente sua revolta diante do tratamento autoritário dado pelo governo aos trabalhadores, contrastando com a benevolência direcionada aos latifundiários. O processo de colonização de Buriticupu não ocorreu de forma pacífica, resultando na transformação da região em uma trincheira de resistência.

[...] aí entrou um grupo de gente do KM 100 (Bom Jesus das Selvas), nessa área lá. E quem cuidava dessa terra dele aqui era um médico, Dr. Armando, uma pessoa muito boa, casado com uma irmã dele e ele é que gerenciava e eu não sei o que passou na cabeça dele, o que eu sei é que foi lá uns pistoleiros e matou duas pessoas lá, agora aí arruinou. Porque, nessa região, o pessoal vivia assim sabe...já existia uma certa consciência e as pessoas não aceitava ver uma pessoa fazer uma malvadeza dessa com um trabalhador e ele se conformar. Aí os pistoleiros disseram que era do Arame, quando correu a notícia, só tinha aquele posto de gasolina lá embaixo e eu tinha uma caminhonete velha, que eu plantei umas bananas no Segundinho, era de carregar essas bananas para Santa Inês e eu vim botar gasolina lá, o pessoal lá do posto sabia o lado que a gente defendia, eu era delegado sindical. Quando eu cheguei, o dono do posto me viu e disse: “ei fulano tu viste falar quantas desgraças mataram lá na Capoeira?” (Aquilo era uma forma de dá um recado para mim) é o urubu está comendo essa desgraça lá, mataram 17 desgraça lá”. E eu sabia quantos eram, porque o Toim da Folha tinha arrendado a fazenda para tirar folha de jaborandi e o motorista era casado com uma sobrinha minha e ele disse “seu Raimundo mataram dois e o urubu tá comendo”. Aí foi feito uma reunião em São Luís com várias instituições, tinha criado uma comissão e foram na região. Eu não participei, mas o Vila Nova foi com a polícia, acho que foi junto, pegaram os corpos, enterraram deram sepultura. Ai o Vila Nova chegou lá em casa, “bora botar o povo pra entrar na Capoeira agora, o povo que tá inscrito”. Nós já sabíamos onde estava fulano, ciclano, beltrano e aí meu amigo, ele disse: “rapaz tem uma coisa a gente vai chegar dizendo o seguinte: tu queres ir pra uma terra boa? Lá tem água, tem uma roça queimada, se nós dissermos que é na Capoeira os companheiros não vão não por causa da notícia lá”. Nós chegávamos na casa do companheiro: “rapaz tu queres ir para uma terra boa é a 60 km daqui, tem água”. O cabra disse: “meu amigo já estou indo”. Só desespero, o que faz um pai de família que quer ver o filho dele com a barriga cheia, para ele não ver o filho dele chorando com fome. (Raimundo França Cruz, 25/06/2021).

Durante esses conflitos, as universidades e a comunidade internacional direcionaram sua atenção para Buriticupu, onde figuras como Vila Nova e Raimundo França desempenharam papéis centrais na luta e trabalharam para trazer visibilidade às situações de violência enfrentadas pelos trabalhadores.

Agora eu vou dizer Marlúcia, é como o camarada que deixa a família e vai para uma guerra. Ele não sabe se volta. Ai a Capoeira foi ocupada, muita gente deu apoio veio o Manoel da Conceição, o padre José, o Vila Nova. A instituição

do Manoel da Conceição tinha um caminhãozinho uma Toyota, esses carros ficaram a disposição para botar o povo lá dentro e por causa das pessoas que tinha morrido lá o governo agiu rápido e desapropriou e aí a gente foi ganhando confiança. Quando foi no ano seguinte que foi 86 aí foi a União Portugal foi rápido. Aí quando foi em 87, foi a Terra Bela. Agora aí foi terrível, não avançamos em nada, houve muita perseguição, companheiro baleado, teve companheiro que se assombrou e foi embora da região. E aí o Manoel da Conceição dizia o seguinte: “companheiro, nós não perdemos a guerra não companheiro nós perdemos uma batalha. Era um companheiro de muita esperança e havia um casamento tão perfeito, o Manoel era um estranho, era uma pessoa muito conhecida no mundo pelo fato dele ter sido deportado e tinha ficado muito tempo fora do Brasil, como um exilado político. Que quando ele veio para cá, alguns países deram apoio a ele, apoio financeiro e esse apoio ele investia na educação dos trabalhadores. E aí chega o padre José Ivo, em 82, com o mesmo espírito do Manoel da Conceição. O padre José juntava o povo, porque o padre é fácil de juntar o povo. É tanto que tinha gente que começou a questionar: “esse padre parece que é minhoca fala em terra demais”. E o padre não abria mão das suas ideias, certo é que ficou de 82 a 89 na região. Esse foi um período muito progressista. E aí, as conquistas foram se dando, porque a gente conquistou a Terra Bela no ano seguinte e depois da Terra Bela abriu-se as porteiras por dois motivos: um por que a organização dos trabalhadores era cada vez mais forte e a confiança que tudo ia dar certo e a outra porque o Governo pagava um preço tão alto para o latifundiário que alguns faziam era influenciar o povo para entrar para ele ser indenizado. (Raimundo França Cruz, 25/06/2021).

O Governo, que não possuía controle sobre as terras devolutas do Maranhão, foi pressionado pelos conflitos e pela denúncia da venda ilegal de terras. Como resposta, as fazendas envolvidas foram transformadas em assentamentos, porém essa decisão acabou beneficiando, mais uma vez, os latifundiários por meio de indenizações no processo de desapropriação, apesar de muitas dessas fazendas não possuírem benfeitorias significativas.

A Terra Bela foi paga por um preço tão alto que quando o INCRA começou a cadastrar nós, um funcionário do INCRA chegou e disse: “nós não vamos mais continuar com o cadastramento e não sabemos qual vai ser o fim, se vai ser terra do INCRA ou se vai voltar de novo ao latifúndio.” porque foi na gestão do Sarney, em 88. E em 89, o Collor ganhou a eleição. Quando ele ganhou, ele olhou os preços lá ele disse: “lá tem uma mina de ouro? Não pago esses preços não”. E o que é certo é que a gente entrou em 88 aqui, e o INCRA só veio considerar nós assentados nessa região em 95, nós ainda tivemos o azar de ficar esses anos sem ser reconhecido, que isso trouxe alguns problemas para trabalhador que queria se aposentar. Porque estava dentro da área trabalhando, gerando riqueza, mas não podia representar ele. O próprio INCRA nos orientou: “não rapaz, a gente não pode dar um documento que vocês estão lá, a terra tá sob juízo, agora vocês fazem um documento, duas pessoas assinam e o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) reconhece”. (Raimundo França Cruz, 25/06/2021).

Em relação a Terra Bela, houve uma negociação que resultou em um preço elevado, o qual foi questionado diversas vezes pelo Governo durante o processo de pagamento. Conforme a narrativa de Raimundo França, o conflito em Terra Bela foi particularmente violento, sendo que Luíz Vila Nova sofreu um atentado. Felizmente, ele estava utilizando um colete à prova de balas, o que lhe permitiu sobreviver. Embora tenha surgido a notícia de sua morte, isso criou

um certo misticismo ao seu redor, e a história sobre seu "corpo fechado" espalhou-se entre a população.

O conflito foi tão grande, nisso aqui que a gente estava dentro da região do conflito e nem sabia o comentário que tinha por aí. Eu, participando de uma reunião da Igreja em janeiro, no ano seguinte eu me admirei quando eu cheguei ali que eu me identifiquei dizendo que era de Buriticupu, que foi o sétimo intereclesial. Aí vieram as áreas que foi desapropriada que ficou dentro de Buriticupu, que tá dentro de Alto Alegre, dentro do KM 100 como a Capoema e a Batuta. Aqui no Alto Alegre ficou a Tucumã, em Bom Jardim, ficou a Miril. Isso foram conquistas muito grandes que acabou trazendo para essa região o Buriticupu (*como município*) que é hoje uma cidade nova, com expectativa de melhorar cada vez mais porque são terras muito boas. Mas esse desenvolvimento de Buriticupu se deve muito aos trabalhadores rurais né? Numa crise como o Brasil tá travessando hoje de desemprego, o homem do campo não tá desempregado ele tá lá no campo produzindo, gerando riqueza e só não tá muito melhor essa região porque... Eu acabei me elegendo vereador por três mandato e fiquei um período na Secretaria de Agricultura e fiquei um período indo nos bancos pegar financiamento para alavancar os trabalhos dentro dos assentamentos e eu vi os dois lados da moeda, eu vi os dois lados da safadeza, da roubalheira de gerente de banco se envolvendo em roubalheira de dinheiro de pequeno produtor, é uma vergonha esse país. E na hora que você vai denunciar, nessa minha caminhada, nessa minhas luta, o superintendente do Banco do Brasil do Maranhão, acho que ele nunca mais se esqueceu da minha presença, ele chegou a dizer na frente de um monte de gente: “seu Raimundo, eu só tenho que lhe parabenizar, se todos os secretários de agricultura do estado do Maranhão tivesse a sua coragem não tinha uma inadimplência de 38 %, agora o senhor chega e me diz que tá envolvido nessa roubalheira lá do representante do banco ao representante dos trabalhador no sindicato e toda um rede de gente cooptado, que o presidente da associação começa representando os trabalhador no fim das contas fala para o trabalhador: se tu não fizer assim, o dinheiro não sai”. (Raimundo França Cruz, 25/06/2021).

Raimundo França desempenhou o papel de mediador entre seu grupo e as instituições externas, mantendo sempre uma ligação sólida com sua base mesmo quando foi eleito vereador por três mandatos. Ele tinha plena consciência de quem representava na câmara e nunca deixou de reconhecer a profundidade de seu envolvimento na luta, apesar das dificuldades enfrentadas.

Marlucia, como a gente acabou se envolvendo de corpo e alma nessa questão da luta pela terra, a gente acabou adquirindo uma certa força política que eu mesmo não esperava, porque a pobreza era tão grande que eu ia para os povoados de pé. Eu só tinha um jumento e esse jumento não podia sair de casa porque ficava para ir buscar água, ir buscar arroz na roça, pra ir buscar mandioca. Aí os companheiros começaram: “você tem que ser candidato”. Ai eu não ouvia isso só dos companheiros, eu ouvia de pessoas assim: “Raimundo França olha a gente conquista a terra na luta, mas as leis quem faz é a política rapaz tu decide representar o povo também lá na Câmara de Vereador”.E me candidatei em 88. Não fui eleito, tive 95% dos votos da comunidade. Aí quando foi em 92. Eu me elegi, 2000 e 2004 e foi uma experiência muito boa porque aí eu vi por dentro. Eu não elegi o Prefeito fiquei na oposição. Para mim era um prato cheio. Santa Luzia era quinze vereadores a oposição ainda tinha minoria, a gente fazia muita zoada, mas não conseguia aprovar nada. Agora criava muito problema e aqui também, mas é a política que resolve, ninguém consegue nada fora dela e as pessoas ver que ainda tem gente ainda que não é corrupto que consegue entrar e sair dali limpo. Buriticupu foi uma mina de ouro para Prefeito de Santa Luzia porque ele só vinha aqui de quatro em quatro ano pedir voto. Sabe o que ele dizia? “minha gente quem cuida de Buriticupu

é o Projeto de Colonização”. Nesse período, Buriticupu teve três instituições defendendo Buriticupu do Governo que nenhum cuidou: COMARCO, quando essa COMARCO ficou sem confiança logo, logo mudou o nome e o formato do projeto, da agora para frente nós não vamos mais colonizar 10.000 famílias não, nós vamos colonizar agora só 3.500 e vai ser num período mais curto e não vai ser com 25 hectares vai ser com 50 hectares, mentindo), COTERMA (Companhia de Terras do Maranhão), mais uma vez mentindo o Braide ficava pendurado nisso que tinha o projeto do estado pra cuidar de nós, o Governo do estado não cuidava e a Prefeitura não, mas no tempo do voto ele vinha e levava, chegava e fazia uma discussão: “olha vou fazer o poço aqui, viu? E o povo se enganava que era uma beleza. Nós só viemos nos libertar disso quando se emancipamos que aí o prefeito foi pressionado mesmo aqui pelo povo. (Raimundo França Cruz, 25/06/2021).

Este breve ensaio não se trata de uma reconstrução detalhada dos conflitos, mas sim de uma análise das representações desses conflitos que ainda ecoam no presente. São consideradas as trajetórias de três indivíduos: Raimundo França Cruz, cadastrado no Projeto de Colonização da COMARCO; Luís Vila Nova, militante e líder do processo de luta e ocupação de terras em Buriticupu; e Domingas, que migrou para Buriticupu na esperança de conquistar uma terra e sair da condição de agregada.

Cada uma dessas trajetórias apresenta narrativas críticas sobre as políticas governamentais e como elas afetam a vida dos homens e mulheres presentes nesse espaço de possibilidades, os quais se posicionaram diante das ações, tanto de instituições privadas quanto estatais. Eles escreveram uma parte da história dos trabalhadores que chegaram e sobrevivem em uma região de fronteira.

Nosso objetivo é ampliar o debate sobre os conflitos sociais em Buriticupu, relacionando-os com a dinâmica da questão agrária na Amazônia, a partir das narrativas dos agentes sociais que vivenciaram diretamente a luta pela terra e tiveram seus direitos violados pelo projeto de colonização do Estado. Além disso, é necessário discutir o conceito de Estado e o caráter do Estado brasileiro, que desenvolve uma política pautada na desigualdade e marginalização dos povos.

CAPÍTULO 3 – REFLETINDO SOBRE OS ATOS DE ESTADO E CATEGORIAS CIENTÍFICAS A PARTIR DAS TRAJETÓRIAS DOS AGENTES SOCIAIS

Neste capítulo, o objetivo é analisar aspectos do projeto de colonização que geralmente são negligenciados em estudos de natureza mais histórica. Ao examinar as trajetórias dos agentes sociais envolvidos, é possível perceber as nuances do projeto em uma análise situacional em que os diferentes atores ocupam posições distintas. Isso nos ajuda a pensar de forma não substancialista, como proposto por Bourdieu (1989), ou seja, sem a pretensão de apresentar uma versão única e absoluta do processo de implementação dessa política.

Não deixaremos de mencionar as trajetórias tangenciais de agentes sociais que estiveram presentes no processo de colonização de Buriticupu, mas também estiveram envolvidos em outros conflitos, seja no Vale do Pindaré ou em Imperatriz. Entre essas trajetórias tangenciais, destaca-se a da senhora Maria Querubina Silva Neta e do senhor Manoel da Conceição, lideranças que também lutaram nesse conflito, demonstrando a complexidade e a interligação das lutas sociais em diferentes contextos.

Ao considerar essas trajetórias tangenciais, buscamos ampliar a compreensão do processo de implantação dessa política de colonização em Buriticupu, levando em conta as experiências e as perspectivas de diversos atores envolvidos. Isso permite uma análise mais abrangente e aprofundada dos impactos e das dinâmicas desse projeto em particular.

Ressaltaremos elementos semelhantes e contrastantes entre as trajetórias dos agentes sociais, correlacionando-os com os atos de Estado, bem como analisaremos como cada agente organiza suas formas de resistência e representa suas vivências. Analisaremos também como os agentes sociais utilizam categorias tanto em suas vivências pessoais como em categorias científicas. Procuraremos distinguir os conceitos das noções operacionais, destacando como acionam certas categorias, como "camponês" no caso do líder Vila Nova e "agregada" no caso de dona Domingas, para definir suas situações e posições em relação à terra.

3.1 Uma rápida digressão sobre a situação de Buriticupu e as abordagens dos trabalhos que abordam a situação a partir das noções de "camponês", "terra" e "questão agrária".

O trabalho do padre Victor Asselin, no livro "Grilagem: corrupção e violência em terras do Carajás" (ASSELIN, 2009) retrata toda a trama arquitetada pelo Governo para colocar o Maranhão na rota do chamado "desenvolvimento", criando assim um mercado de terras que favorecia grandes especuladores e grileiros. Outro trabalho a ser citado é o livro de Antonio Rafael da Silva, "A colonização agrícola de Buriticupu: a história contada por quem viveu" (SILVA, 2014). Através desse trabalho, ele revela a saga dos "colonos" no enfrentamento de várias doenças, como malária, leishmaniose, tuberculose e hanseníase, doenças que ele chama de "doenças da pobreza", pois sua proliferação se dá pelas mazelas impostas ao ser humano. No caso da colonização, homens e mulheres tiveram que enfrentar moradias precárias, um contexto de mata insalubre, fome, falta de água, entre outras mazelas causadas pela ausência de políticas públicas e pela situação de abandono.

Buriticupu não surgiu do nada; possui uma relação social com a história política, jurídica e econômica do Brasil. A Lei de Terras do Maranhão foi elaborada em 1969, durante o mandato do Governador José Sarney, e autorizava a venda de terras públicas consideradas

devolutas pelo governo. No entanto, não havia um controle efetivo sobre essa questão, o que facilitou o mecanismo de falsificação de documentos, conhecido como "grilagem" de terras.

A COMARCO foi criada em 1971, durante o mandato do Governador Pedro Neiva de Santana. Conforme relatado por Asselin (2009), o projeto de colonização abrangia todo o município de Santa Luzia, além de parte dos municípios de Bom Jardim, Amarante, Grajaú, Lago da Pedra, Altamira e Santa Inês. Esse projeto dividiu as terras em três categorias: a Área I seria destinada à regularização das ocupações antigas; a Área II abrangeria médias e grandes empresas; e a Área III seria destinada à colonização. Na primeira área, o projeto reconhecia a existência de populações, mas nas áreas destinadas à colonização, considerava-se um "espaço vazio", embora os desbravadores encontrassem vestígios de povos originários, como os Guajajara e os Awá Guajá, além de outras comunidades.

Nessa dinâmica, ocorre todo o processo de violência do "projeto de colonização" desenvolvido pela COMARCO. A área de colonização foi dividida com base em uma concepção dicotômica, centrada nas ideias de atraso e desenvolvimento, e na ideia de "espaço vazio". As áreas de terra com maior potencial estrutural foram vendidas para grupos empresariais, que muitas vezes formavam consórcios para adquirir grandes extensões de terra. Nas áreas destinadas à colonização, as terras foram subdivididas como se fossem colônias de segregação humana, guetos, onde não havia nenhuma infraestrutura. O projeto propagava que assentaria 10.000 famílias em 10 anos, algo que ficou distante de se concretizar na prática.

Os primeiros chamados "colonos" começaram a chegar em Buriticupu em 1973, sendo famílias recrutadas em diferentes partes do Maranhão através de intensa propaganda. Em 1974, chegaram outros agricultores "colonos", e em 1974, a família de seu Raimundo França, juntamente com mais 18 famílias do município de São Luís, também chegou à região. No entanto, o projeto entrou em decadência, e nada do que havia sido prometido foi cumprido. Em 1978, havia apenas cerca de 600 famílias extremamente pobres e desassistidas na colônia, muitas delas já haviam desistido e se deslocado para outras áreas ou retornado ao local de origem.

É importante mencionar os principais grupos econômicos que adquiriram terras públicas da COMARCO. Entre eles estão: Cassique, Tucumã, Pindaré, Guaracá, empresas pertencentes a um grupo paulista; Mapisa, Companhia Vale do Rio Sereno (CVS) e Santa Inácia, empresas do grupo Meira Lins de Recife; Santa Fé, de um grupo de Caruaru; Citema e Temasa; Faísa; Karina; Terra Bela; e Triângulo de Prata. Essas são apenas algumas das empresas mais conhecidas no território de Buriticupu.

Enquanto os "colonos" foram instalados em áreas completamente secas e com poucas terras agricultáveis, as chamadas fazendas possuíam vastas extensões de terra cercadas às margens dos rios Buriticupu e Pindaré, além de outros córregos e a possibilidade de grandes açudes. Essas fazendas não eram exclusivamente para criação de gado, embora tivessem gado em um pequeno corredor. Na verdade, serrarias foram instaladas dentro dessas fazendas para o processamento da madeira. Era comum ver diariamente caminhões saindo carregados de madeira pelas empoeiradas ruas de Buriticupu. Dificilmente, não havia pilhas de toras amontoadas em frente às casas. No entanto, na área da colônia, era proibida a retirada de madeira para comercialização, e os "colonos" ficavam restritos apenas às áreas de roçado. Conforme narrado por Luiz Vila Nova acima.

Um elemento a ser observado é que, apesar das hipóteses de que os "colonos" serviriam como mão de obra nas fazendas, naquele período todos os trabalhadores eram trazidos de fora da colônia para trabalhar nas propriedades. No entanto, essa hipótese pode ser verdadeira, mas é possível que o "projeto de colonização" tenha sido uma manipulação do Estado, uma teatralização para camuflar a venda de terras.

Diante de todo esse processo de corrupção, surge um projeto alternativo dos trabalhadores, baseado em reflexões e nas necessidades reais dos agentes envolvidos. Com o apoio da Igreja Católica, através das Comunidades Eclesiais de Base, do Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural (CENTRU), da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e outras organizações, esse projeto alternativo se tornou possível.

Muitos agentes sociais contribuíram para essa organização, homens e mulheres imbuídos pelo desejo de justiça. Entre eles, destacam-se Manoel da Conceição, Luiz Vila Nova, Maria Celina, D. Laura, D. Zilda, Zé de Mamede, Raimundo França, entre muitos outros. Manoel da Conceição testemunhou um tempo em que as vozes foram caladas e a democracia foi cassada pelo regime ditatorial. Ele vivenciou toda a violência física e psicológica, tendo que deixar o país e se exilar na Europa.

Manoel ajudou a fundar um dos maiores partidos do Brasil, o Partido dos Trabalhadores (PT), e foi coordenador e educador do CENTRU em Imperatriz. Luiz Vila Nova e Manoel da Conceição se encontraram em 1983 em Imperatriz e decidiram formar um grupo de lavradores e prepará-los para conquistar a terra. Naquela época, no início dos anos 80, milhares de famílias foram expulsas pelo "Programa Grande Carajás"² e se encontravam à beira

² O Programa Grande Carajás (PGC) foi um desdobramento do Projeto Ferro Carajás, da então estatal Companhia Vale do Rio Doce (hoje privatizada e autodenominada apenas "Vale"), que visava, principalmente, garantir as

das estradas com suas famílias. Falar em terra era uma esperança para acabar com a fome, e a região do Pindaré estava no centro das denúncias de grilagem de terras. O livro do Padre Vitor Asselin parecia um dossiê detalhando minuciosamente toda a violência criminosa cometida pelo Estado.

A "grilagem" é um mecanismo de corrupção que envolve fraudes na máquina pública por meio dos cartórios, que legalizam documentos falsos, permitindo o roubo de terras. Com um documento falsificado e envelhecido pela ação dos grilos, que são colocados junto ao documento em uma caixa, alguém expulsa inúmeras famílias e afirma legalmente ser o dono daquela propriedade.

Com as denúncias de irregularidades e a ocupação das terras por parte dos trabalhadores sem-terra, Buriticupu se tornou o maior protagonista da luta pela terra no Maranhão. Luiz Vila Nova, por meio do CENTRU, organizou os trabalhadores para ocuparem todas as terras públicas da região. Em Buriticupu, ocorreram ocupações em 35 fazendas, resultando em um grande conflito em que trabalhadores e jagunços, homens contratados para matar lavradores, perderam suas vidas.

Essa luta pela terra em Buriticupu teve repercussão nacional e internacional, despertando o interesse da imprensa, universidades e diversos setores da sociedade. Foi evidenciado que as terras vendidas pelo Estado para os consórcios empresariais não eram "vazias" como afirmava a COMARCO. A resposta dos trabalhadores foi ocupar essas terras e enfrentar os conflitos resultantes, mesmo com a violência e os riscos envolvidos.

Após a falência da COMARCO e a ocupação das terras pelos trabalhadores, houve uma mudança significativa em Buriticupu. Os lavradores, agora chamados de "posseiros", estavam orgulhosos por terem enfrentado o Estado e os latifundiários para conquistar o direito à terra. Um dos maiores conflitos pela terra na região foi a conquista da fazenda Terra Bela, que ficou marcado na memória das pessoas. O confronto foi tão violento que todos os ocupantes que representava o fazendeiro fugiram, abandonando tudo na propriedade.

A fazenda Terra Bela tinha uma extensão de 24.875 hectares, mas durante o processo de desapropriação, foram considerados apenas 11.500 hectares. A fazenda foi dividida em lotes de terras destinados à agricultura e lotes para construção de casas na área urbana. Atualmente, Terra Bela é o maior bairro de Buriticupu.

condições infraestruturais para a exploração e transporte das gigantescas jazidas de minério de ferro do sudeste do Pará. O PGC foi institucionalizado pelo Presidente da República, João Figueiredo, através Decreto Lei 1813, de 24 de novembro de 1980. (SANT'ANA JÚNIOR, 2014)

Conforme mencionado por Asselin (2009), a área de Terra Bela foi apropriada pela Construtora Mendes Junior durante a abertura da BR 222. Ela estava localizada em frente à administração do "projeto de colonização". A ocupação da fazenda Terra Bela ocorreu em julho de 1988, mas o assentamento só foi oficialmente reconhecido em 1989, após uma negociação entre o Ministério da Reforma Agrária e Desenvolvimento Agrário (MIRAD) que enfrentou um impasse devido ao valor exorbitante da indenização. Seu Raimundo França acompanhou todo esse processo e as negociações. Dessa maneira,

[...] a União comprou a fazenda Terra Bela junto a Ouro Verde Agropecuária Ltda. empresa sediada na cidade de Recife-Pe. por aproximadamente 11.6 bilhões de cruzados (moeda vigente a época da transação). Sendo 10% pagos no ato em moeda corrente e o restante em Títulos da Dívida Agraria, resgatáveis na seguinte proporção: 37% no 2º ano e 21% do 3º ao 5º ano, pelo câmbio oficial esse montante equivale a cerca de 15.8 milhões de dólares e corresponde ao pagamento da terra nua, da cobertura vegetal e todas as benfeitorias, sendo assim incluídas as instalações e equipamentos de uma serraria existente no imóvel. Ao cambio de hoje o valor pago aproxima-se de R\$ 14, 6 milhões. Somando-se a esse valor os gastos programados para execução do projeto em 1995 (R\$ 186.3 mil), obtém-se um montante de R\$ 14,8 milhões, o que resulta num custo bruto de R\$ 50,8 mil por cada uma das 291 famílias que foram consideradas pelo (INCRA) na implantação do assentamento. Esse valor revela-se consideravelmente elevado se comparado aos custos médios conhecidos para o Brasil e para a região Nordeste, respectivamente. R\$ 16 mil R\$ 19.8 mil. Caso se leve em conta que, na compra do imóvel, o governo federal desembolsou em dinheiro apenas 10% do valor total, isto é R\$ 1,46 milhão, o custo por família em Terra Bela reduz-se para R\$ 5.6 mil. Essa acentuada diferença demonstra que também neste caso, a parcela relativa à aquisição do imóvel e indenização de benfeitorias representa o maior peso no custo do assentamento, mais de 98,7 %. No que diz respeito a efetivação do projeto, as despesas com serviços de topografia (mensuração do perímetro) e de administração representam 1/4 do total, de forma que, enquanto destinaram-se pouco mais de R\$ 530.00 por família para o fomento agrícola, o plano previu cerca R\$ 19 mil para pagamento de diárias a quatro técnicos por um período de 12 meses de atividade. (SILVA, 1997. 117)

No presente trabalho, foram apresentadas três narrativas com o objetivo de compreender a dinâmica dos trabalhadores e os processos envolvidos em uma política de desenvolvimento territorial. Essas narrativas foram fornecidas por D. Domingas, Vila Nova e Raimundo França.

D. Domingas, uma lavradora, teve uma trajetória marcada pelo deslocamento constante em busca de proteção contra a dominação de sua força de trabalho. Ela veio de Caxias e acabou adquirindo um pequeno pedaço de terra na área da Colônia, domínio do ITERMA, em Buriticupu. Sua história se entrelaça com a de Raimundo França, que foi trazido para Buriticupu pelo projeto de colonização e se juntou a Luíz Vila Nova no processo de luta pela terra, enfrentando o Estado e os latifundiários.

ressaltamos que a construção de um objeto de pesquisa é complexa e requer uma análise relacional da conjuntura, bem como uma metodologia crítica que questione conceitos pré-estabelecidos e classificações conservadoras que não estejam alinhadas com a situação

concreta. É fundamental considerar as narrativas dos agentes sociais e suas percepções da realidade vivida. Conforme destacado por Bourdieu (2001), o problema de pesquisa não pode ser separado do prático e do teórico, e depende da interação entre o pesquisador e os agentes que serão interrogados.

3.2 Refletindo sobre os Atos de estado e a noção de colonização a partir da situação do Projeto de Colonização de Buriticupu

A colonização, enquanto ato de Estado, foi cuidadosamente planejada e executada pelos agentes responsáveis por representar o poder oficial. As marcas desse ato oficial têm suas raízes na história da formação do Estado brasileiro, desde a invasão europeia e o processo de exploração das riquezas naturais até a imposição da escravidão sobre os povos originários e africanos. De acordo com Nader e Mattei (2013), pilhar significa roubar os bens alheios por meio da força, e é exatamente isso que se refere ao processo de colonização. Essa breve reflexão nos leva a repensar o próprio nome do projeto de Buriticupu, classificado como "Projeto de Colonização", atualizando uma situação de profunda exploração e devastação.

O Estado brasileiro foi formado sobre os escombros sangrentos da pilhagem de riquezas e da exclusão intensa de negros e povos originários. Destacamos que, de tempos em tempos, o passado se faz presente na negação do direito aos territórios em nome da retórica do desenvolvimento. Nessa concepção, “a invocação do passado constitui uma das estratégias mais comuns nas interpretações do presente” (SAID, 2011, p. 34)

O "Projeto de Colonização" de Buriticupu deve ser pensado a partir da noção de Atos de Estado, considerando os efeitos diretos desses atos na vida das famílias e na natureza. Os efeitos dos atos de Estado podem ser percebidos nas trajetórias analisadas a partir das violações sofridas, mas também por meio de atos de resistência. Como os atos de Estado estão presentes na trajetória de D. Domingas? Podemos analisar sua condição de agregada como resultado da Lei de Terras de 1850, o primeiro mecanismo formal brasileiro que transformou a terra em propriedade dos ricos. Essa lei estabelecia que a terra pertencia a quem pudesse comprá-la. A família de D. Domingas foi submetida a esse ordenamento jurídico, tendo que viver sob as condições daquele que pôde comprar e possuir a terra, juntamente com a força de trabalho daqueles que não tinham condições para comprar uma terra.

Demarcamos o deslocamento de D. Domingas para o Vale do Pindaré como um ato de resistência, pois isso possibilitou outras formas de trabalho sem a submissão ao patrão. Embora ainda trabalhasse em terras alheias, agora poderia comercializar o produto de seu trabalho de forma mais livre, e, também ter uma maior liberdade no processo de deslocamento para outros

lugares. Nessa dinâmica, ela chega a Buriticupu na perspectiva de que a terra era para todos e todas.

O "Projeto de Colonização" foi um ato de Estado e, de acordo com Bourdieu (1990, p. 47), "são atos autorizados, dotados de uma autoridade que, gradualmente, por uma série de delegações em cadeia [...]." Dessa forma, os "projetos de colonização" foram criados tanto na esfera federal quanto na estadual, sendo levados a cabo pelas famílias camponesas oriundas da Baixada Maranhense, do Vale do Itapecuru e do Mearim, juntamente com as famílias camponesas "migrantes do Nordeste". (ALMEIDA e MOURÃO, 2017, p.81).

Os "Projetos de Colonização" ganharam evidência, principalmente a partir da aprovação do Estatuto da Terra, Lei 4.504 de 1964, que foi antecedida por um discurso progressista de reforma agrária antes do golpe de 1964. O Estatuto da Terra prevê uma série de medidas para promover a distribuição de terras, mas também para proteger a propriedade privada da terra e manter a estrutura agrária arcaica.

Nesse sentido, o Decreto Nº 59.428, que regulamenta o Estatuto da terra conceitua no seu Art. 5º:

Colonização é toda atividade oficial ou particular destinada a dar acesso à propriedade da terra e a promover seu aproveitamento econômico, mediante o exercício de atividades agrícolas, pecuárias e agroindustriais, através da divisão em lotes ou parcelas, dimensionados de acordo com as regiões definidas na regulamentação do Estatuto da Terra, ou através das cooperativas de produção nela previstas. (BRASIL, 1966)

Os atos estatais da colonização consistiam no ordenamento regional com o objetivo de controlar os fluxos migratórios e implantar projetos agropecuários, bem como criar infraestrutura para o "Programa Grande Carajás". No contexto da colonização, surge a partir da década de 70 o "Programa Grande Carajás", que promove uma mudança estrutural na Amazônia maranhense por meio da construção de uma série de infraestruturas e da criação de leis e órgãos estatais para o levantamento e estudo da área de implantação do projeto do corredor logístico da mineração. Essa dinâmica desenvolvimentista,

Era o "Maranhão Novo", o "Maranhão Carajás" que já esboçava. Foi o tempo da criação da infraestrutura, que permitiu a atração dos capitais sulistas e estrangeiros. Foi o tempo da construção das estradas que cortaram o Estado, ligando, em primeiro lugar, a capital, São Luís, com as capitais vizinhas, e depois penetrando nas regiões do Pindaré e Tocantins. (ASSELIN, 2009, p. 152)

Nesse sentido, enfatizamos a relação existente entre a lei de terras 2.979 de 1964, "a chamada lei Sarney", o "Projeto de Colonização" da COMARCO, e o PGC. Segundo Barbosa (2006), o II Plano Nacional de Desenvolvimento-(PND) significou a dinamização dos grandes projetos agropecuários e a instalação dos projetos minero-metalúrgicos, ou seja, esses empreendimentos estão integrados ao PGC.

Embora o PGC tenha sido aprovado somente em 1980, Barbosa (2006, p. 92) destaca que “Carajás já era objeto de interesse do governo brasileiro desde o final de 1950”, vários estudos vinham sendo realizados até descobrirem as ricas jazidas de minério de ferro da Serra dos Carajás na década de 1960.

Dessa forma, Almeida, enfatiza que,

o General Geisel assinou um decreto instituindo o Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia, mais conhecido como “POLAMAZÔNIA”, que previa 15 “pólos de desenvolvimento” destinados ao aproveitamento integrado das potencialidades agropecuárias, agroindustriais, florestais e minerais e articulados com a implantação dos sistemas rodoviários,[...]o II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), que contempla uma estratégia de ocupação econômica da Amazônia com fundamento, desde abril de 1964, numa dimensão geopolítica e de segurança nacional. Um destes polos corresponde à denominada “Pré-Amazônia Maranhense”, que será cortada pela ferrovia que vai das minas de ferro de Carajás (PA) ao Porto de Itaqui (MA). (ALMEIDA, 2017, p.30)

Em 1966, José Sarney assume o cargo de Governador do Maranhão, apresentando um discurso enfático sobre o progresso e a modernização do estado. Ele estabelece uma aliança com o governo militar que já estava no poder desde 1964, dando início ao que ficou conhecido como "Maranhão Novo", um slogan que buscava atrair grandes investimentos e promover um novo momento de mudanças, em contraposição ao que era considerado a "obscuridade corrupta" do governo anterior de Vitorino Freire (MENDES, 2018, p. 01).

O “Maranhão Novo” era a personificação do milagre que prometia a modernização, principalmente na agricultura com emprego de novas técnicas. Nesse período, o Maranhão enfrentava uma conjuntura de involução do processo industrial e têxtil e muito descréditos diante do histórico de corrupção do Governo anterior, fazendo com que viesse ocupar uma nova inserção na divisão nacional do trabalho. Para Arcangeli isso significou o

[...] avanço das áreas de lavoura temporária, produtoras de alimentos para o mercado nacional; e) ocupação do oeste do estado, antes vazio a partir da intensificação dos fluxos migratórios provenientes do núcleo nordestino; f) avanço da pecuária, antes na retaguarda das áreas de lavoura, e recentemente sobre as mesmas. (ARCANGELI, 1987, p.101)

Até 1960, havia uma crença de que o estado do Maranhão possuía muitos "espaços vazios". Na realidade, o estado não reconhecia os povos originários, nem as comunidades tradicionais e tinha a intenção de incorporar o Maranhão na dinâmica de povoamento com alta densidade demográfica e econômica, visando evitar uma revolução camponesa, além de outros motivos, como obter benefícios ilícitos por meio desse discurso. Nesse sentido, segundo o conceito de Martins (2009), Buriticupu estava situado entre a fronteira demográfica e a fronteira econômica. No entanto, é importante ressaltar, como Couto Rosa (1989) preconiza, que esse processo não se tratou simplesmente de "ocupar espaço vazio", mas sim da substituição dos

"posseiros", dos povos originários e de outras categorias de trabalhadores por empresários "grileiros de terras".

Cabe compreender que a fronteira é o lugar de resistência e encontro do diferente, como afirmado por Martins (2009), sendo um espaço que reúne sujeitos com visões totalmente distintas em relação à terra. Conforme destaca Oliveira (1979), "a fronteira existe para aniquilar ou subordinar o pequeno produtor independente".

O avanço da pecuária e a colonização direcionada foram formas de subordinar a agricultura de subsistência praticada por imigrantes nordestinos, pequenos "posseiros" e as comunidades formadas por povos originários, como os Awá-Guajá e Guajajara, que tiveram suas terras invadidas pelos projetos de desenvolvimento implementados pelo Estado e empresas privadas que receberam incentivos fiscais do próprio Estado para explorar a Amazônia.

Nessa perspectiva, a existência da fronteira se materializa principalmente pela oferta excessiva de mão de obra em relação aos recursos de subsistência disponíveis. Assim, o Governo do Maranhão, com sua retórica de desenvolvimento e modernização, conseguiu atrair inúmeros empreendimentos para a região oeste do estado.

Além dos mecanismos legais do Governo Federal para o processo de monopolização de terras, como a criação da Lei 5.173/1966 e a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), o estado do Maranhão estabeleceu seus próprios mecanismos de legalização dos procedimentos fundiários. A Lei de Terras do Maranhão foi o instrumento jurídico que possibilitou a incorporação de 1.700.000 hectares de terras em um processo de colonização e venda de terras a consórcios empresariais.

Com a promulgação da Lei de Terras, foram criados e regulamentados diversos órgãos, como a Secretaria de Negócios da Agricultura (SAGRIMA), o Departamento de Desenvolvimento Agrário (DDA) e a Companhia Maranhense de Colonização (COMARCO), esta última criada em 6 de dezembro de 1971 por meio da Lei 3.230/1971.

A COMARCO, por meio de sua Divisão de Colonização, elaborou um projeto audacioso de ocupação ordenada de terras devolutas, denominado "Projeto Pioneiro de Colonização". A proposta foi apresentada ao governo federal, solicitando apoio financeiro do Ministério do Planejamento no valor de C\$ 75.000.000,00 (setenta e cinco milhões de cruzeiros), para um programa de colonização que teria um custo total de C\$ 100.000.000,00 (cem milhões de cruzeiros) e visava assentar 10.000 (dez mil) famílias.

Agora, detalharemos os objetivos explícitos no "Projeto de Colonização", que consistia em:

- a) Incorporação ao sistema produtivo de áreas de aproximadamente 300.000 (trezentos mil) hectares de terras virgens, antes devoluta;
- b) A fixação do homem do campo à terra pondo fim ao nomadismo e a devastação florestal;
- c) A elevação da tecnologia de trabalho, da renda e do padrão de vida da população rural, transformando-a em um mercado consumidor plenamente ativo;
- d) A expansão nacional e maciça da produção agrícola do estado e dos excedentes de gêneros alimentícios para o nordeste, de matéria prima para a indústria e de produtos para a exportação;
- e) A elevação da receita estadual. (COMARCO, 1971)

De acordo como o “projeto de Colonização” da COMARCO (COMARCO, 1971) os órgãos e empresas que deveriam participar da execução do projeto são:

Secretaria da Agricultura; Secretaria de Planejamento; Secretaria da Fazenda; Secretaria de Segurança Pública; Secretaria de Saúde; Secretaria de Educação; Companhia de Desenvolvimento Rodoviário do Maranhão (CODERMA); Companhia de Água e Esgoto do Maranhão (CAEMA), Companhia de Mecanização Agrícola do Maranhão (CIMEC); Centrais Elétricas do Maranhão (CEMAR).

As instituições mencionadas anteriormente seriam responsáveis pela infraestrutura do espaço onde o “Projeto de Colonização” seria implantado, criando as condições necessárias para a colonização. Nesse contexto, a CODERMA, uma sociedade de economia mista estadual, ficou encarregada da construção e manutenção das estradas vicinais que conectavam os povoados entre si e à BR 222.

Por sua vez, a Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão (CAEMA) assumiu a responsabilidade pelo saneamento básico. Conforme mencionado pela COMARCO (1971), seu objetivo era fornecer água por meio da perfuração de poços tubulares e criação de reservatórios tanto nas vicinais quanto na agrovila. Segundo Raimundo França, uma das maiores dificuldades enfrentadas pelos colonos foi a escassez de água, especialmente nas áreas da colônia.

A construtora (CIMEC) era responsável pelo desmatamento urbano, assim como pelo arreamento e serviço de drenagem na agrovila e nas vicinais. Além dessas instituições, o projeto tinha o objetivo de estabelecer cinco estações de rádio com transmissores/receptores para facilitar a troca de informações com as comunidades.

A demarcação dos lotes ficou a cargo da própria COMARCO, dividida em dois polos: urbano e rural. A COMARCO também era responsável pelas edificações e instalações, como as residências do gerente geral, dos técnicos de nível superior e médio, os alojamentos dos funcionários da COMARCO e dos "colonos" recém-chegados, além dos espaços administrativos, como restaurante, garagem, armazém e outros equipamentos. O fornecimento de energia elétrica ficou sob responsabilidade da extinta Companhia Energética do Maranhão (CEMAR), que deveria atender os núcleos e a agrovila.

A seleção dos "colonos", o assentamento das famílias e a assistência técnico-social ficaram sob responsabilidade da COMARCO, com o apoio da Secretaria de Saúde e da Secretaria de Agricultura. Segundo a COMARCO (1971), a seleção consistia no preenchimento de um formulário de identificação e classificação dos candidatos, denominados no projeto como "parceiros". O "parceiro" é definido pelo Art. 4º do Estatuto da Terra como "aquele que venha a adquirir lotes ou parcelas em área destinada à Reforma Agrária ou à colonização pública ou privada" (BRASIL, 1964).

Esses candidatos deveriam ser informados sobre os detalhes do projeto, seus direitos e deveres, bem como sua posição como "sujeito" do projeto. Após a seleção, eles passariam por exames médicos e seriam vacinados contra febre amarela, varíola, tifo e tétano, sendo então transportados para as comunidades (COMARCO, 1971). E, conforme descrito anteriormente, a COMARCO realizou as inscrições.

Após chegarem aos assentamentos, os agricultores encontrariam toda a infraestrutura implantada e ficariam em alojamentos provisórios até receberem seus lotes urbanos e a orientação da COMARCO para a construção em mutirão de suas casas. Durante dois meses, eles receberiam um financiamento equivalente a um salário-mínimo na forma de gêneros alimentícios. Após a construção de suas residências, eles receberiam seus lotes rurais por meio de sorteio.

O "colono" contaria, de acordo com o projeto, com assistência técnico-social da própria COMARCO, que incluiria a presença de técnicos agrícolas e agentes sociais com o objetivo era orientar o agricultor no processo de trabalho com a terra e no aumento de seu nível sociocultural, além de oferecer fomento, pesquisa e outros tipos de apoio.

Era responsabilidade dos "colonos" construir suas próprias residências, conforme estabelecido pela COMARCO (1971), utilizando materiais como "taipa"³ para as paredes e "cavaco"⁴ ou palha para a cobertura, de acordo com as preferências e facilidades de obtenção de cada família.

O projeto educacional desenvolvido na área do projeto tinha como objetivo melhorar o padrão de vida dos "colonos" por meio da qualificação de seu trabalho. Para isso, foi implementado o modelo educacional "João de Barro", que oferecia educação elementar e

³ Taipa é um método construtivo vernacular que consiste no uso do barro e da madeira para criar moradias. Existem dois tipos de taipa: a taipa de mão e a taipa de pilão. (CRUZ, 2020)

⁴ Lascas de madeira usadas para cobertura de telhados de casas no interior da Amazônia, especialmente nos seringais, é uma alternativa às coberturas de palha. (WIKCIONÁRIO, 2017)

profissionalizante. A educação profissionalizante incluía aulas práticas em diversas áreas, como sapataria, alfaiataria, carpintaria, marcenaria, entre outras. Além disso, o projeto educacional previa o estabelecimento de fazendas-escolas, onde os jovens seriam internados e teriam a oportunidade de aprender práticas modernas de agricultura. No entanto, de acordo com seu Raimundo França, nada disso foi realmente implementado.

Seu Raimundo França, um senhor que tem um posicionamento muito firme diante das políticas e do mundo, em nossa entrevista, foi muito tranquilo em nos receber. Já havíamos combinado pelo telefone e, ele prontificou-se na hora. Então chegou o momento e nos encontramos em sua casa. Ele falava bem alto sobre suas memórias do “projeto de colonização”. Uma das memórias mais enfatizadas por seu Raimundo foi o modo como a COMARCO propagou o “projeto de colonização”, a forma como os agentes descreviam o lugar e os benefícios que iriam ofertar aos trabalhadores. Além disso, ele demonstra muita decepção com todas as promessas do projeto e a forma violenta pela qual foram tratados, muitos até perseguidos pelos representantes do Estado.

Na área da saúde, o projeto de colonização planejava a construção de um hospital com 25 leitos e 10 minipostos administrados pela Secretaria de Estado de Saúde. Essas instalações seriam equipadas com recursos de primeira qualidade e contariam com equipes capacitadas para atender às necessidades da colônia.

No entanto, de acordo com o relato do epidemiologista Dr. Antonio Rafael, que chegou a Buriticupu em 1974, a realidade na área da saúde era bem diferente. Ele descreve um posto de saúde improvisado, construído com estrutura de madeira e com salas de consulta, sala de espera, laboratório e uma enfermaria com apenas 4 leitos, onde trabalhavam um médico e duas auxiliares de enfermagem.

Silva (2014) relata que a taxa de mortalidade infantil era alta, com 312,5 óbitos a cada 1000 nascidos vivos, sendo a malária uma das principais causas. As precárias condições de moradia contribuía para a propagação de doenças, colocando as pessoas em contato direto com os vetores, como os mosquitos transmissores da malária e da *leishmaniose tegumentar*. Na década de 1980, era comum ver pessoas em Buriticupu com o corpo coberto de feridas.

Apesar dos perigos e das condições precárias, pessoas como Raimundo França se juntaram ao projeto pioneiro de colonização de Buriticupu, atraídas pela promessa de uma vida melhor e pela esperança de ter acesso a alimentos e terra para cultivar.

É correto afirmar que os objetivos estabelecidos pela COMARCO estavam alinhados com a ideia de desenvolvimento e com o acelerado processo de industrialização que era

impulsionado pela imposição dos Estados Unidos e pela aliança conservadora das elites brasileiras, que temiam a ameaça comunista. Nesse contexto, “o Estado definiu, com base em elementos empíricos, que a Amazônia era uma fronteira aberta para compor a unidade nacional e palco de políticas de integração”. (RABELLO, 2013, p.217)

Prevalencia um discurso de "integrar para não entregar", que buscava garantir o controle sobre a região amazônica. A construção da rodovia Transamazônica foi um marco desse processo e gerou o maior processo de especulação de terras no Maranhão, aliado a incentivos fiscais para o desmatamento na fronteira do estado. Foi nesse contexto que o projeto de colonização surgiu, e o Estado criou as condições necessárias para convencer os agentes sociais a aderirem às propostas do Projeto de Colonização.

Essa estratégia de ocupação da Amazônia visava tanto a integração territorial quanto a expansão econômica, principalmente por meio da exploração dos recursos naturais da região. O projeto de colonização, embora tenha sido apresentado como uma oportunidade de melhoria de vida para os colonos, também estava inserido nesse contexto mais amplo de interesses políticos e econômicos relacionados à ocupação da Amazônia.

Segundo Oliveira (2016, p. 125) a “fronteira não é um objeto empírico real, uma região ou ainda uma fase na vida de uma região, mas uma forma de propor uma investigação, que poderá ser através da narrativa dos povos, dos marginalizados do processo de desenvolvimento.” A “fronteira” é o lugar da invenção do outro e do espaço e, portanto, nesses espaços vão criando-se estereótipos, formas de violência e estigmas sob os agentes sociais. Seu Raimundo França foi percebendo as contradições no tratamento dos “colonos”, assim que desembarcou na colônia, quando seus pertences foram danificados pelos transportadores do projeto.

E nesse contexto de fronteira as narrativas dos povos marginalizados e excluídos é fundamental para a compreensão da natureza dos processos. Na fronteira, ocorrem interações entre diferentes grupos sociais, o que pode levar à criação de estereótipos, formas de violência e estigmas. Raimundo França, ao chegar na colônia, começou a perceber as contradições no tratamento dado aos colonos, evidenciando como as relações de poder e as dinâmicas sociais se manifestam nesses espaços de fronteira.

A compreensão da fronteira como um lugar de invenção do outro e do espaço é importante para entendermos como as relações de poder e os processos de exclusão podem ocorrer nesses contextos. A partir desse entendimento, é possível analisar de forma crítica as dinâmicas e os impactos do projeto de colonização e as experiências vividas pelos colonos.

Pelo que mencionou, parece que Raimundo França tinha uma concepção diferente do que estava sendo proposto no projeto de colonização em Buriticupu. Enquanto o projeto buscava uma colonização voltada para a modernização da agricultura e a industrialização da região, França parecia ter preocupações mais imediatas e ligadas à subsistência de sua família, como a produção de alimentos para o consumo próprio e a comercialização do excedente, como a produção de bananas.

Essa diferença de perspectivas pode refletir as expectativas e necessidades individuais dos colonos em relação ao projeto. Enquanto alguns podem ter se identificado com a proposta de modernização e desenvolvimento, outros podem ter priorizado a segurança alimentar e a continuidade de suas práticas agrícolas tradicionais.

Essa divergência de concepções e interesses entre os colonos e o projeto de colonização pode ter gerado tensões e conflitos ao longo do processo, evidenciando a importância de compreender as diferentes perspectivas e necessidades dos agentes envolvidos em um processo de colonização.

O modo de trabalho na lavoura em Buriticupu, conforme mencionado, seguia o sistema tradicional da roça, utilizando ferramentas manuais como machado, foice, facão e enxada. O uso do fogo para a queima do roçado também era comum. Diante do descaso do projeto de colonização, muitos trabalhadores acabavam trocando dias de trabalho entre si, como nas trocas realizadas nas roças, onde meu pai plantava, e às vezes realizavam os chamados "adjuntos" durante a colheita de arroz.

A colonização, como fenômeno histórico-social, é guiada por uma retórica de organização e homogeneização do território. Nesse contexto, a criação de instituições como a SUDAM, o PGC e a colonização dirigida pelo Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) refletia uma política intervencionista e ditatorial baseada no desenvolvimentismo nacional.

Segundo Almeida (2008), a colonização foi baseada em uma abordagem bio organicista, considerando os processos sociais como semelhantes aos processos biológicos. Ela se baseia na divisão entre o que é considerado moderno e atrasado na região amazônica. Esse discurso justificou a entrega de grandes extensões de terras para empresários, com o objetivo de desenvolver e modernizar a agricultura.

Essa visão dicotômica entre o moderno e o atrasado pode ter contribuído para a marginalização e subvalorização das práticas agrícolas tradicionais, como aquelas realizadas pelos trabalhadores da região de Buriticupu.

Consideramos que a presença de uma demarcação territorial requer a existência de indivíduos desprovidos do direito à posse da terra, enquanto outros são favorecidos por sua propriedade privada. A Lei de terras de 1850 representou um instrumento para o procedimento de privatização da terra, uma vez que instituiu sua propriedade exclusivamente por meio do mecanismo da aquisição mediante compra. Portanto,

A características da fronteira não são um fato natural, mas uma criação da instância política, podendo tanto transformar um território ocupado em terras livres e passíveis de apropriação, mediante certas condições especiais de restrição de uso (o caso das terras indígenas, por exemplo), quanto instaurar tipos diferentes de cidadania correspondendo a diferentes elencos de direitos e obrigações. (OLIVEIRA, 2016, p.128)

Para Almeida (2008, p.30) “as noções de “colônia” e de “povoamento” parecem extraídas de um manual de ciências naturais” tudo com suas classificações fechadas, descrição dos lugares, das pessoas, tudo muito harmônico. E foi com esse discurso de terras boas e férteis que o governo do Maranhão desenvolveu o processo de colonização do Pindaré, onde está localizado Buriticupu.

3.3 A noção de fronteira, deslocamento e colonização como categorias de análise

Analisamos Buriticupu, a partir das contribuições de Oliveira (2016), como uma fronteira construída e disseminada por meio de uma ideologia com o propósito de "transmitir informações concretas e parâmetros comparativos que tornam a migração uma escolha vantajosa, atraindo grandes contingentes humanos apesar dos riscos e custos envolvidos" (OLIVEIRA, 2016, p.128).

O Estado patrocinou o projeto de colonização visando criar uma população e força de trabalho disponível para a expansão monopolista. Essa frente de expansão “se constitui através do açambarcamento de grandes extensões territoriais, antes ocupada por “posseiros”, “pequenos proprietários” camponeses efetivados por grandes grupos capitalistas nacionais e estrangeiros.” (ARCANGELI, 1987, p.120).

É necessário afirmar que, ao mencionarmos o fenômeno da "migração" para explicar os deslocamentos humanos em direção à fronteira da Amazônia maranhense, o termo se mostra inadequado e excessivamente abrangente para descrever aqueles que se deslocam, seja em busca de terras livres para a subsistência, seja para escapar das condições de submissão em terras controladas por latifundiários. A noção de migração parece genérica para retratar os movimentos dos agentes sociais cujas trajetórias estão sendo abordadas, pois, como se pode perceber, esses deslocamentos não são simples, mas sim complexos, envolvendo diferentes

relações com a terra, busca por autonomia e implicações nos âmbitos individuais e coletivos da vida dos agentes sociais. Nesse contexto, remeto ao artigo intitulado "A invenção da migração" (ALMEIDA, PALMEIRA, 1977), no qual os autores criticam a categoria migração, que não reflete os processos sociais e a forma como os agentes sociais lidam com sua territorialidade. Trata-se de um termo genérico para descrever situações complexas e específicas.

Em seu estudo sobre a saída de membros de famílias da região do Mearim para os chamados garimpos, Martins (2012) destaca a dificuldade em compreender esses processos sociais utilizando o termo migração e migrantes. De acordo com Martins (2012), "migração" é um termo cunhado por diversos teóricos para explicar os deslocamentos sociais. No entanto, a autora alerta que não devemos generalizar todos os processos de deslocamento como se obedecessem aos mesmos parâmetros de classificação. Assim, Martins (2012, p.121) ressalta que "a categoria *migrante* não leva em consideração as formas de autodefinição utilizadas pelos agentes sociais". Portanto, os agentes sociais envolvidos em nossa pesquisa também não se consideram migrantes, mas sim lavradores, trabalhadores rurais, quebradeiras de coco e camponeses.

Dona Domingas emergiu de uma condição de "agregada", "trabalhadora rural" e "quebradeira de coco", estabelecendo sua origem na relação com a atividade agrícola até sua aposentadoria como lavradora. Seu Raimundo França se autodefine como trabalhador rural, embora tenha experienciado diferentes papéis em sua vida, como taxista, "colono", "posseiro" e até mesmo vereador. No entanto, ele jamais se distanciou de sua condição de "camponês", tanto pela conexão com a terra quanto por sua militância na defesa dos lavradores em sua atuação política. Já Luís Vila Nova é um lavrador, líder pastoral, sindical e político, tendo sido deputado estadual. Ao se apresentar, ele nunca hesita em afirmar de forma veemente: "sou camponês".

Analisaremos agora a trajetória de Luís Vila Nova e suas mudanças de posição, desde a construção de sua identidade pessoal, com a troca de seu apelido "Fiscal", como era conhecido em Amarante/PI, para Luís Vila Nova, quando chegou em Imperatriz/MA. Esse apelido estava relacionado ao bairro onde passou a residir e às características das lutas que passou a integrar como militante da reforma agrária e de um partido político. Vila Nova é um homem de voz peculiar e inconfundível, que nunca se separa de seu chapéu de palha, seja nas batalhas políticas ou em seu cotidiano em casa.

Luís Vila Nova gosta de narrar sua trajetória por meio de versos de cantos ou poemas, e para descrever melhor sua mudança para Buriticupu, trago aqui um de seus poemas mais

conhecidos: "*Se correr o bicho pega*". Esse poema não apenas expressa a trajetória de Vila Nova, mas também a de diversos outros agentes sociais que foram impelidos pelas necessidades de terras livres a se deslocarem para outros lugares. Contudo, o "bicho" também estava presente lá. Mas afinal, quem é esse "bicho" mencionado por Vila Nova no poema? O "bicho" representa o latifúndio, a prática da "grilagem" que tomou conta do Maranhão.

SE CORRER O BICHO PEGA

I

Se correr o bicho pega
Se ficar o bicho come
Se o cabra morrer de medo Prova que ele não é homem.
Qual é o jeito Zé

II

Eu saí do Piauí, vim parar no Mearim
Quando eu chegava ali, o bicho vinha atrás de mim
Qual o jeito zé?

III

Do vale do Mearim eu corri pro Pindaré
Quando eu olhei pra trás, o bicho já vinha no meu pé
Qual é o jeito Zé

IV

Do Vale do Pindaré, na região Tocantins eu fui parar
Quando eu desapeei, o bicho tava a me esperar
Qual é o jeito Zé?

V

Da região Tocantins, eu fui parar no Araguaia
Quando eu chegava lá, o bicho tava na tocaia
Qual é o jeito Zé?

VI

Não tem mais pra onde eu ir
Todo lugar o bicho tá
Não vou mais sair daqui. Não caçar outro lugar
Qual é o jeito zé?

(VILA NOVA)

Nessa perspectiva, Luís Vila Nova migrou do estado do Piauí por meio de um projeto do CENTRU, liderado por Manoel da Conceição, um lavrador maranhense que foi exilado durante a ditadura militar. Ao retornar ao Brasil, o objetivo de Conceição era organizar os trabalhadores e promover a reforma agrária popular. Dessa forma, Luís Vila Nova tornou-se um dos participantes desse movimento engajado na luta por melhores condições de vida e pela retomada da terra.

A relação de Luíz Vila Nova com a Igreja católica é um elemento que coincide com a opção de uma parte da Igreja católica pela causa dos pobres através da Teologia da Libertação. Presumo que a comunidade buriticupuense não tem a dimensão da importância desse movimento e nem o conhecimento do quanto ele foi importante para a organização da luta dos trabalhadores que transformou Buriticupu em município.

A Teologia da Libertação, de acordo com Löwy (2016), é inspirada em um corpo de textos produzidos na década de 1970, mas que é um resultado de uma reflexão da práxis

anterior. Tem como percussores Leonardo Boff, Frei Beto, Gustavo Gutierrez entre outros teóricos do Brasil e de grande parte da América Latina. A Teologia da Libertação é um movimento que reúne a Igreja católica, mas não de forma hegemônica, e sim na personificação de padres, bispos, freiras e ordens religiosas que optaram por uma visão mais progressista. Além destes, integram movimentos religiosos laicos, pastorais, movimentos de juventude, Comunidade Eclesiais de Bases e movimentos sindicais de camponeses e trabalhadores de outra ordem.

Luís Vila Nova iniciou na religião, ainda criança, em uma Igreja com ideais assistencialista que tentava ajudar aqueles que eram esquecidos pelo Estado através da Conferência Vicentina. Segundo ele narra em seu livro “Memórias da vida e da luta de um militante”, as terras onde seus pais moravam pertenciam a um coronel e seu pai e sua mãe eram agregados. Para Vila Nova,

[...] o “agregado” é uma espécie de relação subserviente. O coronel exercia o papel de juiz, promotor, delegado. O agregado, aparentemente não eram escravos, podiam ir embora, viver de sua própria rocinha, quebrar coco. Mas o fruto do seu trabalho só podia ser vendido na casa da fazenda. Não havia dinheiro. Era uma espécie de troca. (NOVA, 2019, p13)

Como tantos Severinos, o Pai de Vila Nova foi assassinado quando ele ainda estava na barriga de sua mãe. Viúva sua mãe conseguiu ir embora para o município de Amarante e é lá que Vila Nova iniciou a sua inserção na Igreja fazendo parte da Conferência Vicentina conforme já relatamos acima.

A Igreja foi avançando nas reflexões sobre a conjuntura social, a partir da **carta de Medelin** que apresentava “opção pelos pobres” e da **carta de Puebla** que afirmava “que ninguém tem o direito de ter demais quando falta o necessário para os outros”. E Vila Nova acompanhou a materialização dessa mudança de uma Igreja assistencialista para uma Igreja questionadora, capaz de promover um grande movimento de luta por direitos em meio uma massa excluída de tudo.

E, nessa perspectiva, Luís Vila Nova ingressa nesse trabalho de evangelização e militância com uma proximidade privilegiada dos trabalhadores do campo, pois todos em Amarante tinha uma relação com a terra, embora, seja na condição de agregado ou empregado. Vila Nova, passou a integrar os movimentos da Igreja com a Juventude Agrária Católica (JAC) entre outros, e com isso destacou se como um agente político, capaz de estabelecer outras relações para além da Igreja, e, é nesse sentido que passa a se relacionar com a luta sindical.

Agora como militante sindical, Vila Nova rompe as fronteiras do seu estado, ajudando a criar os sindicatos em outros lugares, onde os trabalhadores estavam se organizando para o enfrentamento da violência no campo contra os trabalhadores.

em 1978 eu fui convidado para criar o sindicato de Esperantinópolis Maranhão, eu fui convidado por um padre chamado Jorge, naquela época dom Helder Câmara já estava em Recife, recém chegado e criou uma nova forma de formar padres, criou um tema chamado teologia da enxada que era pra formar os padres que fossem trabalhar no meio rural e 17 padres do Nordeste foram se formar dentro dessa visão, inclusive lá de Amarante veio o padre João Moura, que depois de formado voltou pra lá e aí eu como uma figura muito ligada à Igreja e ao campo e aos sindicatos, fui colocado como orientador dessa teoria da enxada, a cada três meses uma pessoa de cada estado ia lá para Recife durante oito dias debater com esses seminaristas que organizavam o planejamento, eu era professor, mas eles era que planejavam, esses seminaristas vinham da roça eles trabalhavam de roça e quando a gente ia pra lá durante quatro hora a gente ia para roça e o restante das horas a gente ia para escola junto com eles, eles viviam da roça na produção de mamona. Então durante três anos eu convivi com eles. (Luíz Vila Nova, 12/2021)

Apesar de em uma análise mais profunda afirmamos que o deslocamento de Vila Nova para o Maranhão tenha uma relação com esse trabalho de formação sindical e ao mesmo tempo eclesial, ele atribui a um episódio de ordem pessoal que o fez separar-se da primeira esposa e deslocar-se para Esperantinópolis no Maranhão, onde contrai casamento com sua esposa atual D. Laura. Como Vila Nova era pai de 5 filhos e uma liderança da Igreja precisava casar-se novamente e, assim seguir em seu trabalho à frente das pastorais e dos sindicatos, e foi então que,

[...] o padre disse: tem uma mulher acolá que eu me atrevo a fazer o casamento, aí eu disse mais essa daí eu nem conheço. O padre disse olha se você quiser nós vamos na casa do pai dela pedir ela em casamento agora, aí nós fomos, chegando lá estava a família todo e a Laura estava fazendo a comida e mandaram chamar ela e o velho, chegou mais a mãe, já era muito conhecido nesse lugar, trabalhando também dentro da Igreja, aí o pai dela chamou e contou a história e perguntou você quer, então ela disse não sei não e depois nós conversamos e eu a convenci e ela aceitou. Então nos casamos e viemos para Imperatriz e aí chegando lá, a nossa vida era de Igreja mesmo de religião, de luta, e aí comecei fazer discussão na empresa que eu trabalhava e virei logo liderança dos operários e todo dia de domingo nós íamos almoçar na casa de um amigo era um almoço coletivo e aí discutíamos essa visão de classe de desigualdade. (Luíz Vila Nova, 12/2021)

Em Imperatriz/MA, nasce a liderança Luíz Vila Nova devido a sua residência está localizada no Bairro Vila Nova. Em Imperatriz Luíz foi atuar como catequista e trabalhar em uma firma de construção civil, como tinha paixão pela luta dos sindicatos, começou a fazer formação tentando aliar a luta urbana e rural.

[...] a Igreja de Vila Nova nos congregou e passamos a construir um grupo de casais, nesse tempo o meu nome era fiscal, não era vila nova, eu com 32 anos de idade e aí na Vila Nova a gente começou fazer um grande movimento de casal e aí no mês de maio, o mês de Maria aí fomos fazer o debate nas ruas do bairro, escolhia uma rua e lá discutia os problemas na mesma visão ver-julgar-agir e aí aparecia os problemas e aí a gente discutia e fomos fazer o encerramento dia 31 de maio na Igreja católica e lá Igreja topou de gente e quando fez o encerramento logo um perguntou e agora? Um dos maiores problemas do nosso bairro era educação, existia somente um colégio particular. Era pago, quem não pagasse não tinha acesso. Aí nós fomos e planejamos uma passeata até a prefeitura e aí a gente fez logo uma música, porque a gente participava dos movimentos, mas quase todo mundo era analfabeto naquela época, então o relatório dos debates a gente transformava em música que era para os negos assoviar, cantar para que aquela realidade fosse anunciada e não saísse da memória. Aí a gente fez a música para ir cantando durante a caminhada nos quatro KM para

chegar na prefeitura. “Ai meu Deus o que que eu vou fazer para o meu filho aprender a ler/eu ganho pouco, mal dá para comer/ meu Deus do céu o que que eu vou fazer o meu precisa estudar e no Valdir eu não posso pagar /é vergonhoso num bairro pobre ter colégio particular” ... ai nós fomos para a prefeitura cantando isso, essa foi a primeira manifestação pública existente na Imperatriz. Isso foi em 1979. Quando chegamos a prefeitura e aí as pessoas subia no banco da praça e fazia o discurso e aí o prefeito mandou uma pessoa avisar para criarmos uma comissão de 8 pessoas para falar com ele lá no gabinete e aí nós fomos as 8 pessoas, cheguei lá e pegamos o relatório da realidade da quantidade de meninos sem estudar, exigindo aula já! Aí o prefeito recebeu o relatório e os companheiros ficaram discursando de cima do banco e aí saiu um puxa saco da prefeitura e subiu no banco e aí o cara disse: “bando de vagabundo vocês deviam criar era vergonha e ir trabalhar”. E aí o povo partiram para cima dele, logo naquela época a oposição era muito forte e foi com a gente na multidão, e ele entrou na prefeitura e o povo entrou junto e aí quebraram máquina de escrever, quebraram tudo, e o prefeito pulou muro com medo do povo. E ai nos saímos, então veio a polícia, ainda era a ditadura naquela época, e me apontaram como cabeça da manifestação e ai a polícia me pegou logo e me jogou dentro do camburão, mas a Laura viu rrs (risos), e ai ela correu lá, onde estava a turma e disse prenderam o Luíz agorinha e ai me trancaram lá na delegacia e ai lá vem o povão, mas polícia toda de fúsil na mão fizeram uma esteira mais ou menos uns 100 metros de distância da delegacia e lá vinha o povo numa rua estreita, os de trás empurrando os da frente até que Dom Marcelino e a irmã Gertrudes e o frei Raviere que já conhecia nosso trabalho chegou querendo entrar, ai o povo abriram e dom Marcelino falou com o delegado sobre o problema de me manter preso diante daquela multidão ai o delegado abriu a porta e eu sai com o dom Marcelino e quando cheguei na porta o povo me pegaram e me levantaram e o jornal progresso da época estava lá e tirou a foto e fui primeira página do jornal e colocou na manchete o meu nome Luíz da Vila Nova e daí daquele dia em diante virei Luíz da Vila Nova e com a continuação Luíz Vila Nova. Aí o prefeito mandou o pessoal dele matricular todo mundo e mandou nós alugar um lugar, uma casa ou galpão, alguma coisa que coubesse uma sala de aula e procurar as professoras, organizamos e foi uma grande vitória e foi aí que a coisa começou, eu comecei a ser chamado de Vila Nova. (Luíz Vila Nova,06/12/2021)

Luíz Vila Nova destaca que um dos objetivos de Manoel da Conceição era criar um Partido Político da classe trabalhadora para contrapor-se a situação de opressão histórica no Brasil. Isso significava que “todo mundo que vive de salário é trabalhador, não é só trabalhador rural não e nem só operário não, trabalhador é todo aquele que vive de salário, porque no dia que ele for despedido está lascado igual a qualquer outro. Agora aquele que tem uma empresa não é mais trabalhador é empresário.” (Luíz Vila Nova, 06/12/2021)

Nessa perspectiva, Luíz Vila Nova assume uma nova posição na dinâmica social da luta, agora ele passa a representar uma luta que envolve um campo de disputa ainda pouco ocupado por representações de trabalhadores que é a política partidária com espaço demarcação de poder e nesse caso, naquele momento era um espaço fundamental, pois os trabalhadores precisavam de um espaço de fala que fosse oficial. Portanto,

[...] eu fui o primeiro presidente do (PT) de Imperatriz, tinha um bocado de gente como a Querubina e outros. No dia da fundação do (PT) Manoel veio de Pernambuco, e eu tinha a maior vontade de conhecer Manuel da Conceição eu só ouvia falar a sua história, eu conheço desde o começo, ele era muito assediado. Aí fundamos o (PT) e Manuel foi um dos fundadores e eu assinamos a ata de fundação e aí teve a Fundação da (CUT) em São Paulo aí nós fomos daqui em uma caravana grande e lá eu consegui falar com o Manoel e ele já me conhecia, mas como Fiscal e eu agora já era Vila Nova. Lá ele me convidou para participar do encontro do (CENTRU) em Recife e ai eu fui

com a Laura e outros companheiros e na discussão ele propôs que nós criássemos o (CENTRU) no Maranhão e nessa discussão saiu o projeto da gente tomar as terras do latifundiário e entregar para os trabalhadores, para muita gente isso era uma loucura, os homens tudo armado aqui, então Mané disse: “olha nós precisamos criar um grupo forte para nós tomar essas terras e aí traçamos, criar o projeto de educação e isso é um começo de uma história, sem educação você não consegue levar o trabalhador para lugar nenhum porque quem dirige o corpo é a cabeça, é o que você conhece, o que você sabe, o seu entusiasmo vem da sua mente, se você não preparar uma mente, uma cabeça, esse cara não será educado para nada, você tem que criar no indivíduo uma paixão de se envolver e se for preciso morrer você morre, mas se for preciso matar você mata.” (Luíz Vila Nova, 06/12/2021)

Luíz Vila Nova, coloca a “paixão” como sinônimo de um desejo de mudança na sociedade, de liberdade da classe trabalhadora. Movido pela “paixão” ele permeou o universo social da política partidária como militante do Partido dos Trabalhadores (PT), utilizando o lugar de fala dos trabalhadores rurais. De acordo com o quadro de paixões aristotélicas, a paixão de Vila Nova é induzida pela **compaixão** que nos coloca na “condição de lembrar que semelhantes infelicidades atingiram a nós ou a quem amamos” (ARISTÓTELES, 2013, p. 121-161), aqueles em quem nós reconhecemos como pessoas ou qual pertencemos quanto classe.

Outro fator que acende essa paixão mencionada é o sentimento de **indignação**, “quando estamos diante de sucesso de alguém e consideramos não merecido” (ARISTÓTELES, 2013, p. 121- 161). Essa é uma reflexão que Vila Nova faz constantemente, que a riqueza das elites vem da exploração da classe trabalhadora e isso desperta a indignação porque essa riqueza não é merecida, quando nos referimos a riqueza estamos falando da terra, por que tanta terra nas mãos de poucos, enquanto tantos foram excluídos desse direito?

Nesse sentido, discutimos em nossa pesquisa algumas designações como “lavadores”, “camponeses”, “posseiros”, “agregados”, “sem terras”, “foreiros”, “arrendatários”, para tratar dos agentes sociais, pois é a forma como eles se autodenominam nas nossas entrevistas. Conforme destaca Almeida (2015), essas designações nasceram do programa aprovado no IV Congresso do Partido Comunista Brasileiro (PCB) em 1954. Dessa forma,

Na documentação partidária, tal como na literatura teórica, prevalece o termo “camponês”, como conceito e como designação política de maior abrangência. Pautas reivindicatórias locais e na denominação das associações persistem os termos “lavradores” e “trabalhadores agrícolas”. Nas descrições das ocorrências de conflitos nos periódicos vigem as denominações locais: “foreiros”, “posseiros”, “meeiros” e “pequenos proprietários” (ALMEIDA, 2015, p. 36-37)

“Posseiro” é um instrumento analítico utilizado para denominar o trabalhador itinerante “que a cada ano descobre nesgas de terra de baixa fertilidade não aproveitada, e nelas fazem suas pequenas roças de subsistência, sujeitos permanentemente à expulsão” (ARCANGELI, 1987, p. 188).

Nesse contexto, denominamos alguns trabalhadores da agricultura como “agregado” que poderá também, ser chamado de morador ou encostado. Em nosso trabalho, este termo aparece na entrevista de Vila Nova, que caracteriza o seus pais como agregados e na entrevista de D. Domingas que já nasceu na condição de “agregada” no Município de Caxias.

Vila Nova se reconhece como camponês e se autodenomina como trabalhador rural, porém é preciso relativizar essas categorias, pois não se materializa dentro de uma forma preconcebida ou em uma classificação pronta e acabada do conceito oficial, a trajetória de Luíz Vila Nova se contrapõe a todas essas determinações. De trabalhador rural, a militante social, aliando a luta urbana à camponesa e deputado estadual. Fisicamente distante da roça, porém é a voz daqueles que pertencem à roça e que lutam pelo direito da terra.



De acordo com Shanin (1979), na maioria das vezes tem-se confundido a posse da terra com o direito à terra, porém é necessário refletir que nem sempre quem possui a terra tem o direito de ter à terra, e isso é bem evidente na história da questão agrária brasileira, pois aqui a terra sempre foi a fonte principal do poder econômico e político, sendo, portanto, objeto de espoliação e exploração dos trabalhadores. Nesse sentido, Luíz Vila Nova é uma representação legítima dessa luta que envolveu diversos segmentos da sociedade.

D. Domingas é o elemento contrastante entre Luíz Vila Nova e Raimundo França, pois é a personificação da roça, da lavradora que não existe fora dessa relação com a terra. Domingas se deslocou de Caxias, rompendo com as relações de unidade familiar camponesa explorada pelo senhor dono da terra, o chamado patrão, Domingas é aquela camponesa que foi forjada dentro de uma condição marginal do direito à terra.

Velho (2009) destaca o conceito do camponês marginal, aquele que nutre o forte desejo de ser livre, de fugir da subordinação do patrão. Nesse sentido, Domingas não se deslocou espontaneamente para o Pindaré, mas movida pelo desejo de liberdade de ter uma posição no espaço do possível como dona da sua força de trabalho. No entanto ela está sempre se deparando com o bicho do latifúndio e as situações de exploração.

A ideia de família para D. Domingas é totalmente diferente da classificação de núcleo familiar presentes em alguns conceitos de camponês, pois para existir enquanto pessoa autônoma ela teve que romper com esses padrões familiares, afastando-se da família para

construir sua identidade como mulher lavradora, livre das amarras daquilo que é considerado tradicionalismo, mesmo enfrentando a rejeição do seu núcleo familiar.

Minha família é toda em Bananal, mas eu não tenho nenhum contato com ninguém, logo eu fui criada com meus padrinhos, quando minha mãe teve o derradeiro filho, foram sete filhos que ela teve, ela morreu no parto aí ficaram seis filhos, aí meu pai me deu para os meus padrinhos, fui mudando e até que fiquei longe da família, não tenho contato com nenhuma família minha, eles não sabem nem se eu estou viva, eles pensam que eu já morri. Quando eu penso em ir lá imagino que todo mundo já morreu e não tenho mais ninguém, era muita gente, mas agora só tem os mais novos que nem conheço (Domingas Carneiro, 16/03/2022).

Dessa maneira, D. Domingas passa a se reconstituir como camponesa artesanal, “o camponês e o artesão trabalham de maneira independente e são inteiramente responsáveis pela sua produção e pelas suas outras atividades econômicas” (CHAYANOV, 1924, p. 489), portanto essa forma de reprodução da vida é diferente do sistema anterior baseado na renda do agregado que no caso de D. Domingas, era a circunstância vivida por sua família.

A região do Vale do Pindaré foi criada e reformulada como uma área de interesse para o controle político do seu território. Na década de 1960 já existiam rumores sobre o seu potencial, enquanto uma terra propícia. Tanto para a agricultura como para a caça de animais silvestres, além da presença do coco babaçu.

Demarcamos que Dona Domingas passou um bom tempo no município de Santa Luzia, trabalhando na roça e quebrando coco. As terras eram livres, porém com o Projeto de Colonização que foi implantado nos povoados de Buriticupu e KM 100 (Bom Jesus das Selvas), aos poucos foram aparecendo donos e, assim como outras famílias, D. Domingas foi se deslocando para outras áreas, “saímos de Santa Luzia para caçar lugar melhor para morar e meu marido gostava de andar e ele ficou sabendo que estavam abrindo a mata aqui em Buriticupu” (Domingas Carneiro, 16/03/2022).

Essa propaganda, veiculada por pessoas que vinham olhar as condições da região e voltavam para seus lugares de origem para buscar o restante da família, em rádios e outros meios de comunicação atraiu diversas famílias que eram agricultoras e viviam na condição de sem-terra, trabalhando em terras de donos e as vezes pagando foro. Portanto, um lugar de terras livres, com muita floresta e uma fertilidade para a produção de subsistência era o oásis para os sujeitos do campo.

Nesse sentido,

Muitas famílias de “lavradores” foram sendo expulsas das terras e forçadas a buscar, em direção a Oeste, os chamados “vales férteis” do Mearim e do Pindaré. Aproveitando as picadas abertas para as linhas de telégrafo iam

penetrando nas áreas de matas, que se estendiam por estes vales (ALMEIDA, 2015, p. 30).

A trajetória de D. Domingas é um exemplo desses deslocamentos em busca de condições melhores para o desenvolvimento da agricultura, “os deslocamentos, em algumas situações, são fruto de um planejamento inadequado das políticas” (MARTINS, 2012, p.128), e principalmente dos avanços do latifúndio. É necessário compreender que esse deslocamento realizado por D. Domingas não tem retorno, pois se configura um rompimento com a subalternidade e a reinvenção das formas de existência.

Nesse sentido, D. Domingas demonstra um vínculo quase inseparável com a terra e o seu conceito de camponesa é poder plantar em uma terra livre e tirar dela o seu sustento, sendo a dona da decisão de produzir, do quanto produzir sem importar-se com as imposições do mercado.

A partir do relato de seu Raimundo França que veio para Buriticupu como “colono” é possível considerar os efeitos do “projeto de colonização” em Buriticupu. Primeiro, que ele foi ludibriado pelo desejo de ter a sua própria terra e a autonomia para produzir junto com a sua família. Porém, teve que ficar um bom tempo deslocado em uma comunidade que não era a sua e sem a perspectiva da roça conforme o prometido.

Tratar da trajetória de Luíz Vila Nova e Raimundo França é projetar de certa forma Manoel da Conceição o grande ícone da luta pela reforma agrária no Maranhão, pois a sua trajetória, assim como a de Padre José Ivo tangenciam a trajetória dos agentes entrevistados aqui. Manoel da Conceição presidente do Sindicato dos Produtores Autônomos de Pindaré-Mirim nos anos 1960, foi exilado pela ditadura e vítima de vários tipos de violência, chegando a perder uma perna.

De acordo com Araújo (2010, p. 54) “Manoel da Conceição rompe, também com a relação de sujeição com o denominado dono da terra, lançando-se à nova condição de mediador da qual não consegue se libertar”. Manuel passa a representar uma luta coletiva e organizar os mecanismos de luta de classe como o PT e o CENTRU.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com esse trabalho, analisamos a estrutura das entrevistas, a forma como cada entrevistado se posiciona em relação ao "Projeto de Colonização", como constroem seus discursos e suas impressões sobre os acontecimentos. A entrevista de seu Raimundo, por exemplo, descreve constantemente as ações dos planejadores do projeto, ressaltando que as promessas feitas não eram cumpridas. A entrevista de D. Domingas retrata a perspectiva de uma "agregada", uma mulher *quebradeira de coco e lavradora* em busca de terra livre para

produzir. Já a entrevista de Luíz Vila Nova narra sua trajetória de luta e resistência, sempre com o objetivo de alcançar o bem coletivo.

O presente trabalho tem como base as narrativas dos agentes sociais que vivenciaram toda a dinâmica do "Projeto de Colonização" da COMARCO, o qual resultou na luta pela terra em Buriticupu. Ele destaca a trajetória desses agentes sociais e a maneira como foram incorporados nesse movimento real dos acontecimentos, que fazem parte da história de Buriticupu.

Para conferir um sentido etnográfico a este trabalho, é necessário considerar as trajetórias como distintas e específicas. Como foi observado, o foco desta pesquisa concentrou-se em analisar a interrelação, as aproximações e as especificidades de cada uma dessas trajetórias. Evitamos buscar similaridades, pois compreendemos que qualquer análise necessita de contrastes para se desenvolver de maneira sólida.

D. Domingas é uma mulher negra que se autodefine como *lavradora*. Atualmente aposentada, passou toda a sua vida trabalhando na roça, no que ela gosta de chamar de "*pé do toco*". Sua trajetória é caracterizada por muito trabalho e resistência, visando romper com a condição de "*agregada*" e buscar uma posição melhor em meio a uma conjuntura marcada pela concentração de terras, relações de peonagem e negação de direitos.

A trajetória de D. Domingas apresenta uma especificidade em comparação com as trajetórias de Seu Raimundo França e Luíz Vila Nova. Ela possui uma relação mais próxima com a roça, embora faça parte de um grupo, não se autodefine dessa maneira, considerando suas ações como independentes e motivadas por suas próprias necessidades. Além disso, D. Domingas tem uma formação evangélica protestante, ao contrário dos outros agentes que são católicos. Na concepção evangélica, a visão de Deus é um pouco mais transcendente, o que implica na preparação do sujeito para entrar no reino de Deus. Por outro lado, na Igreja Católica, com seus valores progressistas, a concepção é de que é necessário construir o reino de Deus na terra para que todos possam desfrutar da partilha do pão.

Essa visão impulsionou a luta pela terra nas décadas de 1980 e 1990, levando os movimentos progressistas a questionarem por que a terra estava concentrada nas mãos de poucas pessoas, enquanto uma grande massa de agentes sociais não possuía nada. Isso gerou uma grande indignação popular.

Além das igrejas evangélicas, uma parte da Igreja Católica também não via com bons olhos o envolvimento de seus fiéis em questões conflituosas, como a "reforma agrária". Em Buriticupu, havia algumas resistências devido a esse controle exercido pelas igrejas. É

importante ressaltar que, ao longo do tempo, D. Domingas ampliou sua visão sobre o tema, mas ainda é possível perceber um estigma pejorativo associado a Buriticupu quando se fala na luta dos "*posseiros*" pela terra.

É perceptível que em Buriticupu muitas pessoas, assim como D. Domingas, não estiveram diretamente envolvidas nos conflitos pela terra, mas conseguiram adquirir lotes a preços acessíveis na área da colônia. Os "colonos" que foram enganados pelo "projeto de colonização" desistiam, se mudavam para outras áreas e vendiam seus direitos para outros lavradores, a fim de custear, pelo menos, a mudança, já que o governo não fornecia nenhum subsídio. Isso teve um significado importante, pois a terra gradualmente começou a cumprir sua função social nas mãos dos trabalhadores.

Portanto, nessas terras não havia água, energia elétrica e o acesso às estradas era extremamente precário. Era uma área isolada, onde a única forma de comunicação era através do rádio de pilha da marca "Motor Rádio", que D. Domingas apreciava durante todas as horas de trabalho. Cada "colono" recebeu um lote rural e um terreno para casa na área urbana. D. Domingas e meu pai decidiram comprar o lote e a casa na área urbana, que, aliás, estavam cobertos de cavaco e com as paredes revestidas de barro.

D. Domingas chegou para morar em Buriticupu em 1985, no auge dos conflitos agrários, quando o projeto de colonização da COMARCO já havia sido concluído. Vila Nova era uma lenda na região, assim como vários pistoleiros, incluindo o conhecido "Deusdete", que coincidentemente foi nosso vizinho na Rua da Mata. "Deusdete" foi assassinado pela polícia ao se recusar a se entregar, reagindo a tiros. Esses casos contribuíram para que Buriticupu fosse conhecido como o "faroeste maranhense".

Raimundo França Cruz, um homem com uma família numerosa, pai de oito filhos, deixou o município de Pedreiras e se mudou para São Luís com o objetivo de comercializar as bananas produzidas por sua família. No entanto, ele acabou se tornando taxista. Ele viu no "Projeto de Colonização" da COMARCO uma oportunidade de obter terra para cultivar alimentos e comercializar o excedente junto com sua família. No entanto, à medida que o tempo passava, ele ficava cada vez mais desapontado, pois nenhuma das promessas do "Projeto de Colonização" foi cumprida.

Raimundo França possui uma forte conexão com a *roça*, mas, ao contrário de D. Domingas, ele também transitou por outros espaços, tanto profissionalmente quanto em outras esferas. Ele foi dirigente da Igreja Católica e líder das comunidades eclesiais de base. Além

disso, teve participação no processo de criação do Partido dos Trabalhadores (PT) em Buriticupu e lutou pela terra, especialmente na conquista do Assentamento Terra Bela.

Raimundo França foi vereador do município de Santa Luzia antes de Buriticupu se tornar um município independente. Em 1994, Buriticupu conquistou sua emancipação, e Raimundo França foi eleito vereador em 1996, sendo reeleito em 2000, em ambos os mandatos pelo PT. Sua trajetória é marcada pela luta coletiva dos trabalhadores rurais, enfrentando o Estado, e por sua participação política na construção do município de Buriticupu.

Atualmente, Raimundo França mora em uma pequena chácara às margens da BR 222, onde cultiva algumas culturas. Ele adora falar sobre sua trajetória e a luta por Buriticupu, mas ainda sente muita indignação em relação à forma como os lavradores foram enganados pela COMARCO e às políticas públicas que não correspondem às expectativas dos trabalhadores, dificultando a permanência das famílias nos assentamentos.

Luiz Vila Nova é um líder camponês com uma trajetória diversa. Filho de camponeses, ele foi formado na Igreja Católica e atuou como líder jovem na Juventude Agrária Católica (JAC). Ele desempenhou um papel importante na mudança da concepção da Igreja Católica em relação às questões sociais do Brasil e às condições de pobreza e fome que afetam os mais pobres.

Luiz Vila Nova veio para o Maranhão e encontrou em Manoel da Conceição, a quem considera seu mentor, um entendimento da luta de classes e da necessidade de enfrentar o latifúndio. Na década de 1980, ele se mudou para Buriticupu para organizar os trabalhadores sem-terra e ocupar terras públicas que haviam sido vendidas pelo governo para empresas de outras regiões. Essa ação desencadeou o maior conflito agrário do Maranhão, resultando na desapropriação de cerca de 35 fazendas e na criação de assentamentos para a agricultura camponesa.

Luiz Vila Nova foi um dos fundadores do Partido dos Trabalhadores (PT) em níveis nacional, estadual e em Buriticupu. Ele foi eleito deputado estadual por dois mandatos consecutivos e enfrentou políticos poderosos, sofrendo perseguição, atentados e ameaças de pistoleiros. Ele contou com a ajuda de muitos companheiros nessa luta. Além disso, Luiz Vila Nova é escritor, cantor, compositor e poeta da luta, sendo uma verdadeira enciclopédia viva da memória da luta por Buriticupu.

Diante disso, podemos perceber o componente simbólico do "projeto pioneiro de colonização" de Buriticupu, que se tornou uma grande ilusão, criando uma miragem e um mito da terra prometida. Muitos "*colonos*" acreditaram que seriam independentes, donos de seus

lotes e produção, e que suas famílias teriam um futuro diferente. No entanto, eles tiveram que enfrentar o próprio Estado, já que em Buriticupu havia uma simbiose entre o setor privado e o público. A própria polícia atuava como jagunços que protegiam as fazendas. A COMARCO, por meio de seus administradores, vendia terras e desviava recursos do projeto.

Luiz Vila Nova gosta de dizer que Buriticupu viveu a "ditadura do proletariado", pois o Estado foi destituído juntamente com os latifundiários pela força da luta dos *camponeses*. No entanto, mesmo com a transformação de Buriticupu de uma Colônia falida para uma área com maior assentamento da reforma agrária da América Latina, a situação de abandono por parte das instituições estatais continuou. Muitos assentamentos não possuem estradas, escolas ou atendimento adequado à saúde. O processo de desmatamento se intensificou, com muitos empresários do ramo madeireiro instalando serrarias em Buriticupu e obtendo madeira dos lotes dos assentados em troca de suporte e transporte aos assentados.

A situação em Buriticupu é caracterizada pela atuação dos madeireiros, que abriam estradas, transportavam a produção dos assentados e obtinham a madeira para comercialização após o processo de serragem nas serrarias. Atualmente, a região possui apenas uma pequena parte da reserva Araribóia, localizada próxima ao município de Arame, a qual é constantemente alvo de ataques ilegais por parte dos madeireiros. Embora todas as serrarias tenham sido fechadas na sede do município, ainda é possível observar o transporte de madeira ilegal nas proximidades.

O "Bosque Maracajá" tornou-se um símbolo de encontros subversivos, sendo uma pequena reserva de mata nativa que representa o que restou das matas que foram destruídas para fortalecer o poder econômico de um pequeno grupo de empresários. Atualmente, o bosque foi transformado em um patrimônio histórico do município.

No entanto, Buriticupu está localizado no mapa do chamado "desenvolvimento", ou seja, no centro do projeto de expansão das grandes empresas de agronegócio e monocultivo, que muitas vezes resulta em consequências negativas. Com isso, diversos assentamentos estão passando por uma nova transformação com a implantação de grandes campos de milho, soja e eucalipto. A estratégia das empresas é adquirir as terras ou arrendá-las, o que gradualmente leva à deterioração da agricultura familiar e à substituição da agricultura diversificada pelo monocultivo.

A situação descrita em Buriticupu revela um quadro alarmante para a agricultura familiar e os assentados. O envelhecimento dos assentados da década de 1990, aliado à falta de apoio do Estado diante da destruição da agricultura familiar, tem levado seus filhos a buscar

trabalho em outros estados, uma vez que a terra já não consegue garantir o sustento familiar adequado. Infelizmente, nos últimos quatro anos, o governo Bolsonaro tem utilizado o discurso da regularização fundiária de maneira enganosa, transformando a concessão de uso da terra em títulos definitivos.

Essa estratégia governamental de regularização fundiária chega em um momento em que a terra está exausta e os assentados não possuem recursos para adquirir insumos, equipamentos ou acessar crédito. Como resultado, muitas famílias jovens estão trabalhando em outros estados, e a única saída para os assentados é vender suas terras para representantes de empresas que constantemente os assediam. Essas empresas encurralam os assentados com suas plantações e utilizam pulverização aérea de veneno, o que acaba contaminando todo o solo.

A conjuntura atual em Buriticupu reflete uma expansão acelerada da população urbana, acarretando graves problemas ambientais e sociais. Embora as lutas possam parecer semelhantes às do passado, elas possuem um caráter de enfrentamento diferente. As organizações, especialmente os Sindicatos de Trabalhadores Rurais, precisam refletir sobre seu papel e o papel do Estado diante das necessidades da classe trabalhadora do campo.

A pergunta que surge é se é possível reunir novamente as bases em prol de uma causa comum, assim como Manoel da Conceição e Luís Vila Nova fizeram na década de 1980. Embora seja possível, é provável que haja perdas significativas ao longo do caminho. Essa é uma luta desafiadora que requer a mobilização e a união de diferentes atores sociais em defesa dos direitos e da sustentabilidade da agricultura familiar.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, Isaias Neres. **Buriticupu** - sua história, geografia e características gerais: do antigo Projeto de Colonização ao progressista município maranhense. São Luís: Gráfica e Editora Tauá, 2005.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Repensando a Ação Antropológica**: prefácio à edição de 2016/ Questões Agrárias no Maranhão contemporâneo. – Manaus: UEA Edições, 2017.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de e MOURÃO, Laís. **Questões Agrárias no Maranhão contemporâneo**. – Manaus: UEA Edições, 2017.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Autonomia e mobilização política dos camponeses no Maranhão** – Rio de Janeiro: Casa 8, 2015.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Trajetória tangencial: Raimundo Lopes e a antropologia no Brasil. In: **Raimundo Lopes, dois estudos resgatados**. Alfredo Wagner Berno de Almeida & Heloísa Maria Bertol Domingues (orgs). Ouro Sobre Azul: Rio de Janeiro, 2010.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Antropologia dos arquivos da Amazônia**. Rio de Janeiro: Casa 8 / Fundação Universidade do Amazonas, 2008.
- ALMEIDA, A. W.; PALMEIRA, M. G. S. A invenção da migração. In: RELATÓRIO FINAL do Projeto Emprego e Mudança Sócio-econômica no Nordeste: vol. 1. Rio de Janeiro: PPGAS-MN/UFRJ, 1977. Manuscrito.
- ARAÚJO, Helciane de Fátima Abreu. **Memória, mediação e campesinato**: As representações de uma liderança sobre as lutas camponesas da Pré-Amazônia Maranhense /- Manaus: Edições UEA, 2010.
- ARCANGELI, Alberto. **O mito da terra**: uma análise da colonização da Pré-Amazônia. São Luís: UFMA/PPPG/EDUFMA, 1987.
- ARISTÓTELES. Retórica. Trad. Edson Bini. São Paulo: Edipro, 2013.
- ASSELIN, Victor. **Grilagem**: Corrupção e Violência em Terras do Carajás. Imperatriz- MA: Editora ética, 2009.
- BACHELARD, Gaston. **A formação do espírito científico**: contribuição para uma psicanálise do conhecimento; tradução Esteia dos Santos Abreu. - Rio de Janeiro: Contraponto, 1996. 316 p.
- BARBOSA, Zulene Muniz e RODRIGUES, Jane Cavalcante. **QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL**: colonização dirigida na Amazônia como ação de planejamento do estado.VI Seminário Internacional de Desenvolvimento Regional, 2013.
- BERREMAN, Gerald D. **Etnografia e controle de impressões em uma aldeia do Himalaia**. In desvendando máscaras Sociais. ZALUAR, ALBA (ORG.), livraria Francisco Alves Ed., Rio de Janeiro, 1975, pp. 123-174.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre o Estado**: Cursos no Collège de France (1989-92) [edição estabelecida por Patrick Champagne... [et al.]]; tradução Rosa Freire d'Aguiar — 1a ed. — São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

BOURDIEU, P. **Esboço de auto-análise**; tradução, introdução, cronologia e notas Sergio Miceli. - São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

BOURDIEU, Pierre. 1930- **Razões Práticas**: Sobre a teoria da ação. Tradução: Mariza Correa - Campinas, SP: Papyrus. 1996.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 1989.

BRASIL. **DECRETO No 59.428, DE 30 DE DEZEMBRO DE 1966**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1950-1969/D59428.htm. Acessado em: 27/02/2022.

BRASIL. **LEI Nº 4.504, DE 30 DE NOVEMBRO DE 1964**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4504.htm. Acessado em: 27/02/2022.

CHAYANOV, A. V. “**Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas**”, In: GRAZIANO, José (org.) In: A Questão Agrária. São Paulo: Brasiliense, 1981, p.134-163.

COUTO ROSA, Sueli L. A Amazônia e a Reforma Agrária. Amazônia a Terra de Floresta. Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA) Ano 19 n. de 1 de abril a julho/1989, ISSN 01021184.

COMARCO, **Companhia Maranhense de Colonização**. Projeto Pioneiro de Colonização. Secretaria de Negócios da Agricultura do Maranhão. 1971.

IANNI, Octávio. 1979. **Ditadura e agricultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

LÖWY, Michael. A teoria do desenvolvimento desigual e combinado. Artigo publicado na revista Actuel Marx, 18, 1995. Tradução de Henrique Carneiro.

MARTINS, José de Souza. Fronteira: **a degradação do outro nos confins do humano**. São Paulo: Hucitec, 2009.

MARTINS, Cynthia Carvalho. **Os deslocamentos como categoria de análise**: o garimpo, lugar de se passar; a roça onde se fica e o babaçu nossa poupança. Manaus: Universidade do Estado do Amazonas, 2012.

MENDES. Raíssa Caroline Macau. **O MARANHÃO EM TEMPOS DE MILAGRE**: Política Desenvolvimentista no Governo Sarney (1966-1970). Disponível em: <http://nupehic.net.br/wp-content/uploads/2018/08/artigo-Ra%C3%ADssa-Macau.pdf>. Acessado em: 28/02/2022.

NADER, Laura; MATTEI, Ugo. **Pilhagem** - quando o Estado de direito é ilegal.pdf. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5197094/mod_resource/content/1/NADER%2C%20Laura%3B%20MATTEI%2C%20Ugo.%20Pilhagem%20-

%20quando%20o%20Estado%20de%20direito%20%C3%A9%20ilegal.pdf. Acessado em:29 de abril de 2023.

NOVA. Luíz Vila. **LUIZ VILA NOVA: memórias da vida e da luta de um militante.** Núcleo Piratininga de Comunicação-NPC. Rio de Janeiro -1ª ed.2019.

OLIVEIRA, João Pacheco de. **O nascimento do Brasil e outros ensaios: “pacificação”, regime tutelar e formação de alteridades –** Rio de Janeiro: Contracapa, 2016

OLIVEIRA. João Pacheco de. **O ‘caboclo’ e o ‘brabo’:** notas sobre duas modalidades de incorporação da força de trabalho na expansão da borracha no vale amazônico no século XIX. Encontros com a Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, v.11, p.101- 140, 1979.

RABELLO. Antônio Cláudio. **AMAZÔNIA: uma fronteira volátil.** estudos avançados 27 (78), 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/VRX8TvY9NgNfDYTFTVQkdVb/?format=pdf&lang=pt>. Acessado em: 27/02/2022.

SAID, Edward W. **Cultura e imperialismo;** tradução Denise Bottmann. — São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

SBARDELOTTI, Emerson. **DE MEDELLÍN A PUEBLA: uma igreja em saída.** REVELETEO –Revista Eletrônica Espaço Teológico ISSN 2177-952X Vol. 13, nº 24, Jul/dez 2019.

SANT'ANA JÚNIOR. Horácio Antunes de. **Projetos de desenvolvimento, resistências e mobilizações na Amazônia Oriental são temas do seminário Carajás 30 anos, que acontece essa semana no Maranhão.** Disponível em:[https://reporterbrasil.org.br/2014/05/carajas-30-anos-projetos-de-desenvolvimento-resistencias-e-mobilizacoes-na-amazoniaoriental/#:~:text=O%20Programa%20Grande%20Caraj%C3%A1s%20\(PGC,de%20min%C3%A9rio%20de%20ferro%20do](https://reporterbrasil.org.br/2014/05/carajas-30-anos-projetos-de-desenvolvimento-resistencias-e-mobilizacoes-na-amazoniaoriental/#:~:text=O%20Programa%20Grande%20Caraj%C3%A1s%20(PGC,de%20min%C3%A9rio%20de%20ferro%20do).Acessado em:24/06/2023.

SHANIN, Teodor. **Campesinos y sociedades campesinas.** México: Fondo de Cultura Economica (org). 1979.

SILVA, Antonio Rafael da. **A COLONIZAÇÃO AGRÍCOLA DE BURITICUPU: A história contada por quem a viveu.** São Luís: edições EDUFMA 2015

SILVA, Jose de Ribamar Sá. **TERRA BELA: mais um assentamento de trabalhadores rurais no Maranhão.** Campina Grande, 1997.229f. Dissertação (mestrado em economia) Universidade Federal da Paraíba, Centro de Humanidades.

VELHO, Otávio Guilherme. **Capitalismo autoritário e campesinato: um estudo comparativo a partir da fronteira em movimento [online].** Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009. 243 p. ISBN: 978-85-99662-92-2. Available from SCIELO Books <<http://books.scielo.org>>.

ENTREVISTAS

Raimundo França Cruz, Buriticupu/MA, 25 de Junho de 2021

Luíz Soares Filho (Vila Nova), Bom Jardim/MA, 06 de Dezembro de 2021

Domingas Carneiro Azevedo, Buriticupu/MA, 16 de março de 2022